
GRASIANO VIEIRA REIS



**PROAHS: PROTOCOLO DE IDENTIFICAÇÃO DE
DISCENTES COM INDICADORES DE ALTAS
HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR**

Belém - 2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS A ENSINO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO
EM METODOLOGIAS DE ENSINO SUPERIOR
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO

GRASIANO VIEIRA REIS

**PROAHS: PROTOCOLO DE IDENTIFICAÇÃO DE DISCENTES COM INDICADORES
DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR**

Belém/Pará
2024

GRASIANO VIEIRA REIS

**PROAHS: PROTOCOLO DE IDENTIFICAÇÃO DE DISCENTES COM INDICADORES
DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior do Núcleo de Inovação e Tecnologias Aplicadas a Ensino e Extensão da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino.

Área de Concentração: Metodologias de Ensino-Aprendizagem.

Linha de Pesquisa: Criatividade e Inovação em Processos e Produtos Educacionais (CIPPE).

Orientador(a): Profa. Dra. Arlete Marinho Gonçalves

Belém/Pará
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Biblioteca Central/UFPA-Belém-PA

R375p Reis, Grasioano Vieira
 PROAHS : protocolo de identificação de discentes com indicadores de altas habilidades/superdotação no ensino superior / Grasioano Vieira Reis. — 2024.
 119 f. + 1 e-book (41 p. : il., color.)

 Orientadora: Arlete Marinho Gonçalves
 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Inovação e Tecnologias aplicadas a Ensino e Extensão, Programa de Pós-graduação Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior, Mestrado Profissional em Ensino, Belém, 2024.

 Acompanhado de e-book: PROAHS: protocolo de identificação de discentes com indicadores de altas habilidades/superdotação no ensino superior.

 1. Superdotados – Educação. 2. Educação especial – Ensino superior. 3. Ensino superior – Metodologia. 4. Estudantes universitários. I. Título. II. Título: PROAHS: protocolo de identificação de discentes com indicadores de altas habilidades/superdotação no ensino superior.

CDD 23. ed. – 371.95

Elaborado por Layane Rayssa Gaia Gomes – CRB-2/1564

GRASIANO VIEIRA REIS

PROAHS: PROTOCOLO DE IDENTIFICAÇÃO DE DISCENTES COM INDICADORES DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior do Núcleo de Inovação e Tecnologias Aplicadas a Ensino e Extensão da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino.

Área de Concentração: Metodologias de Ensino-Aprendizagem.

Linha de Pesquisa: Criatividade e Inovação em Processos e Produtos Educacionais (CIPPE).

Orientador(a): Profa. Dra. Arlete Marinho Gonçalves

RESULTADO: (x) Aprovado () Reprovado

DATA: 29/01/2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente

gov.br

Arlete Marinho Gonçalves

Data: 21/02/2024 22:53:58-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Arlete Marinho Gonçalves – PPGCIMES/UFPA

Documento assinado digitalmente

gov.br

SUZANA CUNHA LOPES

Data: 23/02/2024 11:10:29-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Suzana Cunha Lopes – PPGCIMES/UFPA

Documento assinado digitalmente

gov.br

LUCELIA CARDOSO CAVALCANTE

Data: 26/02/2024 22:25:16-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Lucélia Cardoso Cavalcante – UNIFESSPA

Documento assinado digitalmente

gov.br

RENATA RODRIGUES MAIA PINTO

Data: 28/02/2024 16:12:36-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Renata Rodrigues Maia-Pinto – Consultora MEC em AH/SD

BELÉM-PARÁ

2024

Dedico este trabalho primeiramente a Jeová Deus e aos meus pais, às minhas irmãs, aos meus sobrinhos, aos meus amigos e amigas, que acreditam incondicionalmente na minha jornada!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Jeová Deus que, pela sua infinita misericórdia e bondade, me permitiu começar e concluir essa jornada, fornecendo sabedoria e saúde para seguir firme.

Agradeço aos meus pais, Afonso e Mariazinha, por acreditarem e me fazerem acreditar em todo o meu potencial, pelo apoio, pela preocupação diária, pelo incentivo e carinho que acalentam e aquecem o coração, mesmo quando a distância física faz imperar a saudade. Amo vocês!

Agradeço às minhas irmãs, Josiana Vieira e Adriana Vieira, por todo o carinho e incentivo proporcionados nas mais diversas situações. Aos meus sobrinhos Almir Estevão, Afonso Neto e Ana Cecília, que, cada um, com o seu jeito peculiar de ser, tornam os dias mais alegres e felizes na nossa família.

Agradeço aos meus amigos e amigas: Carlos Eduardo, Nélio Ribeiro e Ieda Lima pelas palavras de incentivo e ânimo. Aos amigos do trabalho: Alcione Batista, Juliene Ferreira, Paulo Dantas, Eloir Ferreira, Ivi Ramos e Jesus Moraes, que impulsionaram para iniciar essa caminhada. À coordenadora do Núcleo Acessar, professora Andrea Miranda, agradeço pela compreensão e apoio nesse período.

Agradeço aos amigos e amigas que encontrei na minha turma pelos momentos de descontração necessários para tornar a caminhada mais leve e tranquila. Agradeço ao amigo Antonio Junior pelo incentivo, apoio, parceria e pelas palavras encorajadoras e necessárias nas horas mais difíceis.

Agradeço a todos os docentes do PPGCIMES que tive contato e que de alguma forma contribuíram direta e indiretamente com esta pesquisa. Agradeço a coordenação do programa pelo zelo e dedicação com os discentes.

Agradeço especialmente à minha orientadora, a professora Arlete Marinho Gonçalves, pela paciência, encorajamento, entusiasmo e todas as orientações presenciais e remotas que conduziram esse processo, sem as quais dificilmente chegaríamos a este resultado. Muito obrigado!

Por fim, agradeço a todos que em algum momento estiveram comigo e acreditaram, incentivaram e apoiaram a realização deste processo. Gratidão!

RESUMO

Com essa pesquisa, tivemos o objetivo de desenvolver um protocolo para contribuir com a identificação de discentes com indicadores de altas habilidades/superdotação no ensino superior. Esta proposta surgiu da necessidade desses protocolos de identificação de discentes no ensino superior, o que pode contribuir para a criação de cadastros desse público da educação especial pelas universidades, a partir dos Núcleos de Acessibilidade, como já apontado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9.394, de 1996 (Brasil, 1996). As bases epistemológicas para a pesquisa foram as teorias que fundamentam protocolos para a identificação de altas habilidades/superdotação. A teoria principal da pesquisa e do produto educacional é o Modelo dos Três Anéis de Renzulli (1986). A metodologia é do tipo exploratória de cunho qualitativo. O produto educacional é um protocolo, com o nome “PROAHS: Protocolo de identificação de discentes com indicadores de Altas Habilidades/Superdotação no Ensino Superior”, confeccionado no formato de um *Portable Document Format* (PDF) para apresentação e disponibilização. A plataforma utilizada para a elaboração do produto foi o *Canva*. A abordagem do *Design Thinking* foi utilizada como parte do processo metodológico para a criação do produto. As etapas e o conteúdo do protocolo têm como base o Modelo dos Três Anéis de Renzulli (1986). Os formulários utilizados foram elaborados e adaptados a partir de modelos direcionados para a Educação Básica, uma vez que foi identificado não haver protocolos, no Brasil, para o público estudado nesta pesquisa no Ensino Superior. O protocolo está organizado da seguinte forma: a parte inicial traz uma contextualização sobre Núcleos de Acessibilidade, altas habilidades/superdotação e a Teoria dos Três Anéis de Renzulli. Após os tópicos, existem cinco etapas elencadas para o processo de identificação dos discentes. A validação do produto foi realizada com 06 coordenadores do Núcleo de acessibilidade da Região Norte e 01 coordenação do Núcleo de Atividade de Altas Habilidades/Superdotação do Pará. O resultado apontou os Núcleos de Acessibilidade, como um dos espaços possíveis para utilizar o produto, que também foi considerado como uma alternativa viável para identificação inicial de discentes nas Instituições de Ensino Superior. Assim, o protocolo é mais uma ferramenta de auxílio aos profissionais da educação, que visa garantir o direito ao atendimento educacional aos discentes com altas habilidades/superdotação no Ensino Superior, público da Educação Especial.

Palavras-chave: núcleo de acessibilidade; protocolo de identificação; altas habilidades/superdotação; ensino superior.

ABSTRACT

The research aimed to develop a protocol to contribute to the identification of students with indicators of high abilities/giftedness in higher education. This proposal arose from the need for protocols to identify students with indicators of high skills/giftedness in higher education, which can contribute to the creation of records for this special education audience by universities, based on the Accessibility Centers, as already pointed out in National Education Guidelines and Bases Law (LDBEN) – Law No. 9,394, of 1996 (Brazil, 1996). The epistemological bases for the research were the theories that support protocols for identifying high abilities/giftedness. The main theory of the research and educational product is Renzulli's Three Ring Model (1986). The methodology is exploratory with a qualitative nature. The educational product is a protocol, called “PROAHS: Protocol for identifying students with indicators of High Skills/Giftedness in Higher Education”, created in the format of a Portable Document Format (PDF) for presentation and availability. The platform used to create the product was Canva. The Design thinking approach was used as part of the methodological process for creating the product. The steps and content of the protocol are based on Renzulli's Three Ring Model (1986). The forms used were created and adapted from models aimed at Basic Education, since it was identified that there were no protocols for the public studied in this research in Higher Education. The protocol is organized as follows: the initial part provides a contextualization of Accessibility Cores, high abilities/giftedness and Renzulli's Three Rings Theory. After the topics, there are the five steps listed for the student identification process. The validation of the product was carried out with 06 coordinators from the Accessibility Center in the North Region and 01 coordinator from the High Skills/Giftedness Activity Center in Pará. The result pointed to the Accessibility Centers as one of the possible spaces to use the product, which it was also considered as a viable alternative for the initial identification of students in higher education institutions. Thus, the protocol is another tool to help education professionals, which aims to guarantee the right to educational assistance for students with high skills/giftedness in Higher Education, Special Education audiences.

Keywords: accessibility core; identification protocol; high abilities/giftedness; University education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Lista dos descritores utilizados para realizar a pesquisa nas plataformas	23
Quadro 2 - Resultado das buscas nos bancos de dados.....	23
Quadro 3 - Resumo das dissertações / artigos.....	24
Quadro 4 - Instrumentos encontrados nas pesquisas realizadas.....	75
Quadro 5 - Resumo das respostas do bloco I	86
Quadro 6 - Perfil da formação acadêmica dos participantes	87
Quadro 7 - Consolidação das respostas do bloco II	89
Quadro 8 - Consolidação das respostas do bloco III.....	91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Regiões brasileiras dos trabalhos analisados.....	30
Gráfico 2 - Tipos de Instituições de Ensino Superior.....	30
Gráfico 3 - Tipo de trabalho acadêmico	31
Gráfico 4 - Porcentagem das respostas	73

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O conceito de Superdotação na Concepção dos Três Anéis de Renzulli	48
Figura 2 - As Inteligências Múltiplas de Gardner	54
Figura 3 - Etapas da abordagem do DT utilizadas	62
Figura 4 - Idealização das propostas de logotipos pensados	67
Figura 5 - Prototipagem realizada na plataforma Canva	69
Figura 6 - Capa do produto educacional PROAHS.....	78
Figura 7 - Logotipo do produto PROAHS	79
Figura 8 - Imagens da ficha técnica e da apresentação do autor no produto.....	80
Figura 9 - Imagens da página do sumário e da apresentação do produto.....	81
Figura 10 - Imagens das páginas 6 e 7 do produto	82
Figura 11 - Imagens das páginas 08 e 09 do produto	83
Figura 12 - Imagem da página 11 do produto	84
Figura 13 - QR code para acesso ao produto educacional	85
Figura 14 - Comentários e sugestões dos avaliadores	93

LISTA DE SIGLAS

ACESSAR - Núcleo Amazônico de Acessibilidade, Inclusão e Tecnologia

AH/ SD – Altas Habilidades/Superdotação

CIPPE - Criatividade e Inovação em Processos e Produtos Educacionais

DT - *Design Thinking*

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

IES - Instituições de Ensino Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

LIBRAS - Língua brasileira de sinais

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

NAAH/S – Núcleo de Atividade de Altas Habilidades/Superdotação

NEPAHS - Núcleo de Estudos e Práticas em Altas Habilidades ou Superdotação

PAEE - Público-alvo da Educação Especial

PEGAHSUS - Programa de Evidências Globais de Altas Habilidades ou Superdotação nas Universidades

PDF - *Portable Document Format*

PNEE - Política Nacional de Educação Especial

PNEEPEI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

PPGCIMES – Programa de Pós Graduação Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior

PROAHS - Protocolo de Identificação de discentes com indicadores de Altas Habilidades/Superdotação no Ensino Superior

SciELO - Scientific Electronic Library Online

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia

SUMÁRIO

1 O COMEÇO DE NOSSA JORNADA - A TRILHA INICIAL!	15
1.1 Questão foco	18
1.2 Objetivo geral.....	19
1.3 Objetivos específicos.....	19
2 O CONTEXTO DE NOSSA JORNADA - O CENÁRIO DA ESTRADA!	22
2.1 Estado da arte: estudo sobre protocolos de identificação de discentes com altas habilidades/superdotação no ensino superior	22
2.1.1 Pesquisas no Brasil relacionadas a protocolos e instrumentos para identificação de altas habilidades/superdotação nas IES	25
2.1.2 Regiões e IES do Brasil dos trabalhos selecionados para a análise.....	29
2.1.3 Lacunas, divergências e semelhanças que inter cruzam com a pesquisa dos trabalhos analisados	31
2.2 Altas habilidades/superdotação e a educação especial	32
2.3 Núcleos de Acessibilidade no Ensino Superior	37
3 AS BASES DE NOSSA JORNADA - O ALICERCE DA ESTRADA PERCORRIDA!	42
3.1. Altas habilidades/Superdotação: concepções e identificação	42
3.2 O Modelo dos Três Anéis de Renzulli	47
3.3 A Teoria das Inteligências Múltiplas de Gardner	52
4 O PERCURSO DE NOSSA JORNADA - OS PASSOS EXECUTADOS!	58
4.1 Tipo de pesquisa e abordagem	58
4.2 Lócus e participantes	59
4.3 Técnicas e procedimentos da pesquisa e da construção do produto	60
4.4 Dos cuidados éticos	61
4.5 <i>Design thinking</i> (etapas metodológicas para a construção e validação do produto) ..	61
5 O PRODUTO DE NOSSA JORNADA - CONHECENDO O PROAHS!	71
5.1 Protocolos de identificação de altas habilidades/superdotação: mapeamento de necessidade pelos Núcleos de Acessibilidade no Brasil	71
5.2 Instrumentos de identificação de AH/SD: o que existe?	74
5.3 PROAHS: Produto educacional de identificação de discentes com indicadores de Altas Habilidades/Superdotação no Ensino Superior	77
5.4 Resultado da validação do PROAHS	85

6 UMA PAUSA NA NOSSA JORNADA: REFLEXÕES FINAIS!	96
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE A - FORMULÁRIO DA PESQUISA COM NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE DO BRASIL (VIA E-MAIL)	107
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	110
APÊNDICE C - CARTA CONVITE - ETAPA VALIDAÇÃO (VIA E-MAIL).....	112
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO DE VALIDAÇÃO	113



**O COMEÇO DE NOSSA JORNADA -
A TRILHA INICIAL!**

1 O COMEÇO DE NOSSA JORNADA - A TRILHA INICIAL!¹

Iniciei minha jornada acadêmica universitária no ano de 2006 quando ingressei no curso de licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Após concluir o curso de graduação, ingressei em duas pós-graduações em nível de especialização, uma voltada à área da coordenação e gestão escolar e outra direcionada à docência do ensino superior. Desde então, vieram outros cursos, formações e capacitações, sempre voltadas para a área da educação, tanto na docência como na parte administrativa, supervisão e gestão escolar. Na área da Educação, trabalhei como professor da educação básica e ensino técnico, atuando também como coordenador pedagógico escolar e coordenador de ensino.

O meu contato com o Público-alvo da Educação Especial (PAEE) veio primeiro no ambiente familiar do que no escolar. Isso aconteceu em razão de ter na família uma pessoa com deficiência, surda, que não fazia uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Isso despertou em mim o interesse em aprender Libras para ensiná-la e melhorar a comunicação. Assim, fiz um curso de conversação em Libras e procurei praticar no dia a dia, o que resultou de fato na aprendizagem da Libras.

No entanto, o uso da Libras se estendeu além do contexto familiar. Depois da chegada de uma família na vizinhança que tinha um filho pequeno com surdez e com muita dificuldade de se fazer ser entendido, decidi ajudá-lo com a aquisição da Libras, o que foi, para mim, uma experiência marcante. Rapidamente, o jovem se apropriou da Libras para sua comunicação, o que provocou mudanças positivas na sua vida tanto familiar quanto escolar.

Desse modo, se deu o meu primeiro contato com pessoas do PAEE, que, mais tarde, se expandiu para o contexto escolar. Após a conclusão do curso de pedagogia, comecei a lecionar na educação básica. Para minha surpresa, recebi um discente em minha turma que fazia parte desse público, um verdadeiro desafio para um recém-formado que estava iniciando o magistério. Relembro esse período com uma certa angústia por não ter conseguido, naquele momento, atender às necessidades educacionais específicas daquele discente, por várias razões, entre elas falta de formação apropriada para trabalhar com esse público.

O tempo foi passando e tive outras experiências com pessoas desse público no contexto escolar, já não mais em sala de aula, mas enquanto coordenador pedagógico. Agora, precisaria dar suporte aos professores no que tange ao atendimento de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), o que requereu estudo, pesquisa e formações para conseguir,

¹ Esta seção narra a trajetória que levou o pesquisador ao encontro do objeto de pesquisa. Por isso, utilizará a primeira pessoa do singular.

mesmo com certa dificuldade, prover o necessário suporte aos docentes nesse atendimento tão importante na vida desses discentes.

Atualmente, como pedagogo da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), desenvolvo minhas atividades no Núcleo Amazônico de Acessibilidade, Inclusão e Tecnologia (Acessar), realizando o atendimento e acompanhamento de discentes que fazem parte do público-alvo da educação especial que ingressam na universidade.

A partir do ano de 2018, a Universidade aderiu ao sistema de cotas para ingresso no ensino superior, destinado às pessoas com NEE, em especial as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD)², atendendo ao que estabelece a Lei 13.409/2016 (Brasil, 2016) que determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência dentro do programa de cotas das instituições. A partir desse ano, o número de matrículas de discentes pertencentes a esse público aumentou significativamente. Atualmente, são 155 discentes desse público na UFRA, sendo: discentes com deficiência física, auditiva, visual, múltipla, intelectual, surdez e transtorno do espectro autista, ou seja, agora eu estaria num contexto de trabalho com um público de diferentes especificidades.

Para lidar com esse novo e desafiador contexto faz-se necessário constante estudo e atualização profissional. Nessa perspectiva, o programa de pós-graduação intitulado “Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior” (PPGCIMES) apresentou-se como um excelente caminho para a minha qualificação profissional.

Daí, começou a minha relação com o programa. Busquei entendê-lo mais e conhecer as suas linhas de pesquisa, acessando o site. Analisei algumas dissertações e os produtos educacionais disponibilizados dos discentes egressos. A linha de pesquisa Criatividade e Inovação em Processos e Produtos Educacionais (CIPPE) despertou o meu interesse em conceber e desenvolver um processo ou produto que pudesse estar relacionado a educação especial e ensino superior e não tive dúvidas de que o programa poderia contribuir para minha formação profissional e com o meu interesse na área da educação especial.

A proposta de pesquisa teve como ponto de partida a seguinte inquietação: a ausência de identificação e acompanhamento de discentes com altas habilidades/superdotação pelo Núcleo de Acessibilidade da UFRA, sendo esse grupo parte integrante do público da educação

² Dadas as diferentes terminologias atualmente utilizadas no Brasil: “altas habilidades/superdotação”, “altas habilidades ou superdotação” e “altas habilidades e superdotação”, para este trabalho usaremos a expressão “altas habilidades/superdotação” com o uso da barra “/”, a fim de manter coerência com o Modelo dos Três Anéis de Renzulli (1986), referencial teórico utilizado neste estudo, que defende a concepção de superdotação em acadêmica e produtiva criativa, considerando os termos “altas habilidades” e “superdotação” como sinônimos. Salvo, as citações diretas da legislação que utilizarem outra terminologia no seu texto.

especial. A partir dessa constatação, veio a reflexão: por que esses discentes não são identificados em sala de aula, possibilitando o acompanhamento necessário ao desenvolvimento de seu potencial? A invisibilidade desses discentes acontece, na sua maioria, pela falta de conhecimento e capacitação dos docentes para a correta análise de comportamentos e características que possam ajudar a identificá-los? Há protocolos que permitam o professor em sala de aula ou os Núcleos de Acessibilidade identificar o discente com altas habilidades/superdotação?

A relevância dessa proposta tem como base a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96 que no Artigo 59-A enfatiza que:

[...] o poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com Altas Habilidades ou Superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado (Brasil, 1996).

Dadas essas considerações e reflexões, decidi pesquisar esse tema e trazê-lo como proposta para o mestrado, na tentativa de oferecer um suporte aos profissionais da UFRA que poderá contribuir com outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), no que tange a orientação para a identificação desse público, visando que a universidade possa oportunizar o desenvolvimento das potencialidades desses discentes.

Para os Núcleos de Acessibilidade, ter conhecimento sobre protocolos de identificação que tenham viabilidade de aplicação pode proporcionar contribuições para a fluidez e eficiência do trabalho desenvolvido pela equipe multiprofissional. Inicialmente, precisei compreender as finalidades de um protocolo. Destaco que esta pesquisa/produto não significa afirmar que a identificação é específica dos Núcleos de Acessibilidade, mas das faculdades e de outras unidades das universidades.

Entre as finalidades de um protocolo está a garantia de uma identificação mais precisa, a fim de reduzir a ocorrência de incidentes. Esse processo de identificação, deve assegurar que o cuidado seja prestado à pessoa para a qual se destina (Distrito Federal, 2019). Um protocolo pode ser um documento que estabelece como atuar em determinados procedimentos. Assim, entendi que a elaboração de um protocolo pautado nesses conceitos pode constituir-se um documento com contribuições relevantes para uma identificação desse público pelos Núcleo de Acessibilidade.

As leituras e discussões realizadas durante as disciplinas cursadas no mestrado possibilitaram consolidar e pensar em ajustes significativos na proposta de pesquisa/produto. A proposta que inicialmente seria um guia para avaliação foi se configurando para um protocolo

de identificação. A experiência no estágio supervisionado no Núcleo de Atividades de Altas Habilidades e Superdotação (NAAH/S) contribuiu para uma melhor compreensão entre identificação, avaliação e acompanhamento.

Para conhecer o processo de identificação de discentes com altas habilidades/superdotação nas IFES pelos Núcleos de Acessibilidade, por meio de protocolos e/ou instrumentos, realizei um levantamento dessa informação entre 69 IFES. Obtive retorno de 10 Núcleos de Acessibilidade. Verificamos que 09 informaram não possuir nenhum protocolo e/ou instrumento e apenas 01 informou possuir. Também realizei o estado do conhecimento das publicações relacionadas à área da pesquisa, no qual encontrei 07 trabalhos relevantes para a análise. Desses, apenas 02 trazem a construção de protocolo: um para contribuir com a inclusão de discentes no ensino superior e outro para identificação na educação básica de estudantes com AH/SD.

Tais pesquisas ajudam a confirmar a importância de um instrumento nesse sentido que possa contribuir com o trabalho realizado pelos Núcleos de Acessibilidade, servindo como protocolo orientador para a identificação desse público no ensino superior. É nesse intuito que com essa pesquisa, elaboramos um protocolo de identificação de discentes com indicadores de AH/SD para uso pelos Núcleos de Acessibilidade das IFES, como uma ferramenta de apoio à equipe multiprofissional, possibilitando que esses discentes sejam identificados e, conseqüentemente, acompanhados na sua jornada acadêmica para melhor desenvolvimento de seu potencial.

Vale ressaltar que um protocolo poderá contribuir para o mapeamento desse público no ensino superior para fins de registro em cadastro nacional, assim como preconiza a legislação já mencionada anteriormente. No contexto universitário, poderá proporcionar aos docentes e as coordenações de curso, auxílio no que tange as suas intervenções pedagógicas junto aos discentes, pois tem na sua proposta potencializar as habilidades identificadas para um avanço na aprendizagem.

1.1 Questão foco

Quais etapas devem constar em um protocolo para a identificação de discentes com indicadores de altas habilidades/superdotação no ensino superior pelos Núcleos de Acessibilidade?

1.2 Objetivo geral

Desenvolver um protocolo que possa contribuir com a identificação de discentes com indicadores de altas habilidades/superdotação pelos Núcleos de Acessibilidade no ensino superior.

1.3 Objetivos específicos

1. Levantar pesquisas relacionadas a protocolos utilizados por universidades que possuem núcleos/coordenadorias/assessorias de acessibilidade para identificar discentes com AH/SD;
2. Mapear a necessidade dos Núcleos de Acessibilidade de um protocolo que direcione a identificação de estudantes com AH/SD;
3. Selecionar formulários que possam contribuir com a elaboração de um protocolo de identificação dos discentes com indicadores de AH/SD para o ensino superior;
4. Elaborar um protocolo como processo/produto educacional com etapas para a identificação dos discentes com indicadores de AH/SD para a utilização pelos Núcleos de Acessibilidades das IFES;
5. Validar o processo/produto educacional PROAHS pelos Núcleos de Acessibilidade no ensino superior e pelo NAAH/S;

Esta pesquisa está organizada em 6 seções que passam pelos caminhos percorridos nessa jornada acadêmica. A primeira seção é o “Começo da jornada - a trilha inicial”, que apresenta o pesquisador e suas inquietações, relacionando com a questão norteadora e objetivos que conduzem este estudo.

A segunda seção, “O contexto de nossa jornada - o cenário da estrada principal”, destaca as evidências encontradas no estado do conhecimento sobre protocolos de identificação de AH/SD no ensino superior no Brasil, evidenciando as divergências e semelhanças que se inter cruzam com a pesquisa. Discute também as altas habilidades/superdotação e a educação especial e o papel dos Núcleos de Acessibilidade no ensino superior.

Na seção 3, intitulada “A base de nossa jornada - o alicerce da estrada percorrida”, se discute as concepções e identificação de superdotação. Essa seção discorre sobre as teorias selecionadas e estudadas nesta pesquisa, sendo elas: O modelo dos três anéis de Renzulli e a Teoria das inteligências múltiplas de Gardner.

Já a seção 4 destaca “O percurso de nossa jornada - os passos executados”, apresentando a metodologia utilizada, o tipo de pesquisa e abordagem, lócus e participantes, técnicas e procedimentos. Apresenta também as etapas metodológicas para a construção e validação do produto por meio da abordagem do *Design Thinking*.

A seção 5 tem o título: “O produto de nossa jornada - conhecendo o PROAHS”. Essa seção destaca o mapeamento da necessidade dos Núcleos de Acessibilidade de protocolos de identificação, elenca os instrumentos de identificação encontrados durante o estudo e apresenta o produto educacional detalhadamente, finalizando com o resultado da validação realizada.

Por fim, a última seção traz as reflexões finais desta pesquisa. Destaca a importância deste estudo para o ensino superior, abordando as respostas encontradas nas questões elencadas. Discute o resultado da validação do produto e evidencia as potencialidades de uso do produto, bem como a necessidade de mais estudos sobre essa área direcionados ao ensino superior.



**O CONTEXTO DE NOSSA JORNADA - O
CENÁRIO DA ESTRADA**

2 O CONTEXTO DE NOSSA JORNADA - O CENÁRIO DA ESTRADA!

Nesta seção, apresentaremos as evidências encontradas no estado do conhecimento sobre protocolos de identificação de AH/SD no ensino superior no Brasil, evidenciando as divergências e semelhanças que inter cruzam com a pesquisa. Discutiremos também as altas habilidades/superdotação e a educação especial e o papel dos Núcleos de Acessibilidade no Ensino Superior.

2.1 Estado da arte: estudo sobre protocolos de identificação de discentes com altas habilidades/superdotação no ensino superior

O estado da arte ou do conhecimento é um momento importante no início de uma pesquisa que pretende abordar temas que possuem publicações na área. O estado da arte servirá como um levantamento de base para auxiliar nos direcionamentos que se pretende percorrer na pesquisa. De acordo com Romanowski e Ens (2006, p.38):

[...] com base nos aspectos apontados, pode-se dizer que faltam estudos que realizam um balanço e encaminhe para a necessidade de um mapeamento que desvende e examine o conhecimento já elaborado e apontem os enfoques, os temas mais pesquisados e as lacunas existentes.

Os estudos denominados como “estado da arte” estão relacionados àqueles realizados a partir de uma sistematização de dados que abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções (Romanowski; Ens, 2006). Outra denominação conhecida e usada nesse tipo de estudos é “estado do conhecimento”, que, segundo as autoras, estão ligados ao “estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado” (Romanowski; Ens, 2006, p. 40).

No entanto, existem procedimentos importantes que devem ser levados em consideração quando se pretende organizar esse tipo de pesquisa. Esses procedimentos começam com a seleção e definição dos descritores, localização e busca dos bancos de pesquisa, estabelecimento dos critérios que se utilizará na seleção do material, leitura e análise das publicações encontradas, além da organização de relatórios contendo as observações, inferências, análises e conclusões preliminares encontradas (Romanowski, 2002).

A pesquisa apresentada aqui tem como objetivo levantar trabalhos relacionados a guias, protocolos e instrumentos de identificação de discentes no ensino superior existentes em

trabalhos acadêmicos e principalmente nos Núcleos de Acessibilidade das IES. As perguntas norteadoras para realização desse levantamento foram:

QP1: Quais pesquisas no Brasil relacionam-se a Protocolos para identificação de Altas Habilidades ou Superdotação nas IES?

QP2: Em quais regiões e IFES do Brasil essas pesquisas se concentram?

QP3: Quais palavras-chave inter cruzam com a pesquisa? Quais os fossos? Quais semelhanças?

Para o levantamento das respostas às questões de pesquisa (QP1, QP2 e QP 3), buscamos os trabalhos publicados nos últimos 5 anos nas seguintes plataformas de banco de dados: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, Revista de Educação Especial e SciElo com os seguintes descritores principais e adjacentes apontados no Quadro 1.

Quadro 1 - Lista dos descritores utilizados para realizar a pesquisa nas plataformas

Descritores principais	Palavras semelhantes
Protocolo	norma, regra, regulamento, registro
Altas Habilidades/ Superdotação	altas habilidades, superdotação, superdotados, gênios
Ensino superior	Educação superior
Núcleos de Acessibilidade	Coordenadorias de acessibilidade, Assessoria de acessibilidade, Divisão de acessibilidade

Elaborado pelo autor (2022)

No levantamento, conseguimos obter 552 trabalhos no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes; 22 em revistas indexadas (Revista brasileira de Educação Especial) e 04 na SciElo. Ao final, ao cruzar os critérios de inclusão e exclusão adotados, filtramos 07 trabalhos que faziam relação com os descritores da pesquisa. No Quadro 2, apresentamos o resultado das pesquisas realizadas nos bancos de dados.

Quadro 2 - Resultado das buscas nos bancos de dados

RESULTADO DAS BUSCAS EM BANCOS DE DADOS						
Descritores	Altas habilidad es AND protocolo	Superdotação AND Ensino superior	Altas habilidades AND Núcleo de Acessibilidade	Altas Habilidades AND protocolo AND Ensino superior	Altas Habilidades AND protocolo AND Núcleo de Acessibilidade	Estudos relevantes

Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	174	193	131	52	02	05
SciELO	03	01	0	0	0	0
Revista Educação Especial	01	19	01	01	0	02

Elaborado pelo autor (2022)

Determinamos os critérios de inclusão e exclusão adotados no filtro a partir da relação dos resultados com os descritores. Adotamos como critério de inclusão somente os trabalhos dos últimos 5 anos. Selecionamos os resultados obtidos a partir da pesquisa da junção dos descritores: Altas Habilidades / Protocolo / Ensino superior, bem como: Altas Habilidades / Protocolo / Núcleos de Acessibilidade para a obtenção de trabalhos. Para realizar a leitura e análise selecionamos 07 trabalhos, entre dissertações e artigos que tinham relação com a pesquisa. No Quadro 3, apresentamos o resumo das informações da pesquisa.

Quadro 3 - Resumo das dissertações / artigos

DISSERTAÇÕES / ARTIGOS				
TÍTULO	AUTOR/ANO	IES	PPG/REVISTA	REGIÃO
Estudantes com Altas Habilidades/Superdotação na universidade: análise de itinerários pedagógicos	Eliane Regina Titon (2019)	Universidade Federal do Paraná	Programa: Educação (40001016001p0)	Paraná (Sul)
Altas Habilidades ou Superdotação: Implicações na Prática Docente	Aline dos Santos Franca Venancio Goncalves (2018)	Universidade Federal Fluminense	Programa: Diversidade e Inclusão (31003010093p2)	Rio de Janeiro (Sudeste)
Identificação de altas capacidades em estudantes estrangeiros do Ensino Superior	Ana Paula Santos de Oliveira (2020)	Universidade Federal de São Carlos	Programa: Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial) (33001014002p6)	São Paulo (Sudeste)
Conhecimentos sobre Altas Habilidades/Superdotação	Alexandre Trindade de Almeida (2020)	Universidade Federal de São Carlos	Programa: Educação Especial (Educação Do Indivíduo Especial) (33001014002p6)	Paraná (Sul)

o na formação inicial de educadores musicais				
Autoconcepção de Altas Habilidades/Superdotação em Estudantes universitários com expressão de inteligência muito acima da média	Marlos Andrade de Lima; Eduarda Basso; Tatiana Izabele Jaworski De Sá Riechi; (2018)	Universidade Federal do Paraná	Anais do VIII Encontro Nacional do Conbrasd, III Congresso Internacional sobre Altas Habilidades/Superdotação , I Seminário de Altas Habilidades/Superdotação da UCDB: Multidimensionalidade das Altas Habilidades/Superdotação	Paraná (Sul)
Identificação de Estudantes com Altas Habilidades/Superdotação no Ensino Superior	Eduarda Basso; Tatiana Izabele Javorski De Sá Riechi; Laura Ceretta Moreira; Elizabeth Carvalho da Veiga; (2020)	Universidade Federal do Paraná	Revista Brasileira de Educação Especial	Paraná (Sul)
Experiência de estudantes com altas habilidades/superdotação nas graduações em saúde: orientações para a construção de protocolo institucional de inclusão	Glauce Thais Bezerra Souza Barros Bacellar (2021)	Faculdade Pequeno Príncipe	Programa: Ensino nas Ciências da Saúde (40037010002p0)	Paraná (Sul)

Elaborado pelo autor (2022)

2.1.1 Pesquisas no Brasil relacionadas a protocolos e instrumentos para identificação de altas habilidades/superdotação nas IES

Considerando os dados das pesquisas do Quadro 3 observamos que as pesquisas no Brasil que trazem protocolos para identificação de altas habilidades/superdotados nas IES ainda são escassas e se concentram em trabalhos de dissertações de mestrado sobre a temática, porém as dissertações analisadas **não trazem um protocolo específico e padrão para uso pelos Núcleos de Acessibilidade das IES**. Percebemos que as pesquisas realizadas nesse sentido tiveram diferentes foco de estudos e delimitações, sendo realizadas em campos e áreas específicas, com direcionamento a discentes de graduação de diversos cursos.

Apenas 02 (dois) trabalhos analisados em formato de artigo apresentaram algum instrumento de identificação já usado em Núcleo de Acessibilidade, ambos relacionados ao Núcleo de Estudos e Práticas em Altas Habilidades/Superdotação (NEPAHS). Um apresentou os instrumentos utilizados, enquanto o outro descreveu os procedimentos do Programa de

Evidências Globais de Altas Habilidades/Superdotação nas Universidades (PEGAHSUS) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), para identificar estudantes universitários do Estado do Paraná, com indicadores de AH/SD. A seguir, estão relacionados os trabalhos que foram selecionados de acordo com os descritores para uma análise e entendimento da temática nas pesquisas acadêmicas no Brasil.

A pesquisa de Lima, Basso e Riechi (2018), cujo tema do artigo científico é “Autoconcepção de Altas Habilidades/Superdotação em Estudantes Universitários com Expressão de Inteligência Muito Acima da Média”, teve como objetivo identificar estereótipos, mitos e padrões do discurso dos estudantes sobre AH/SD. A metodologia utilizada foi de estudo exploratório qualitativo e o método de análise foi interpretativo, contextual e etnográfico.

Os instrumentos utilizados na pesquisa de Lima, Basso e Riechi (2018) foram: I. Questionário para Identificação da Expressão da Inteligência (QIEI), que avalia indicadores de AH/SD numa classificação de 0 até 30, por meio de 25 itens, cruzando informações da autoavaliação e heteroavaliação; II. Protocolo de Anamnese NEPAHS, que é composto por 27 itens sobre dados pessoais, histórico de escolarização, dados familiares e os hábitos de vida. Com relação aos procedimentos adotados para uso dos instrumentos pelo NEPAHS, primeiro, entra-se em contato com os coordenadores e professores dos cursos para aplicação do QIEI. Após a correção dos QIEIs, convida-se os estudantes para realizarem a avaliação psicológica, na qual o Protocolo de anamnese NEPAHS é aplicado junto com outros testes psicológicos para avaliação do perfil intelectual do estudante. Antes do início da avaliação psicológica para AH/SD, o psicólogo questiona o estudante: “o que você entende por AH/SD?”. Após a avaliação, aqueles diagnosticados com AH/SD são encaminhados para outros psicólogos parceiros e para o grupo de intervenção do próprio NEPAHS. A pesquisa concluiu que a definição de quem é a pessoa com AH/SD incide no constructo de inteligência.

A pesquisa de Gonçalves (2018), dissertação denominada “Altas Habilidades ou Superdotação: Implicações na Prática Docente”, aborda a ausência da identificação de discentes com AH/SD. Nesse contexto, o papel do professor reflexivo tem implicações na prática docente. O objetivo geral desse estudo foi elaborar um protocolo complementar de identificação das altas habilidades. O procedimento metodológico utilizado foi a investigação por meio das narrativas docentes.

Foi realizada análise documental para recolher dados estatísticos. Como resultados, os professores perceberam que os jogos de aprendizagem são bons instrumentos para identificação de discentes com AH/SD e constataram que o uso de jogos revela e permite que o professor observe os indicadores de altas habilidades. O produto é um protocolo complementar de

identificação das altas habilidades que pode ser utilizado nas escolas e é composto por: instrumento indutor de narrativas docentes, oficina de jogos e catálogo de jogos de aprendizagem. Conhecer as narrativas dos professores, oferecer formação por meio de oficinas pedagógicas e utilizar os jogos de aprendizagem no processo de identificação contribuem para diminuir a invisibilidade do discente.

A pesquisa de Titon (2019) que traz como título de dissertação “Estudantes com Altas Habilidades/Superdotação na Universidade: Análise de Itinerários Pedagógicos” investiga como as necessidades educacionais dos (as) estudantes com AH/SD são identificadas e atendidas durante a trajetória educacional, da educação básica ao ensino superior. Essa pesquisa aborda a invisibilidade de tais discentes, sob a perspectiva dos obstáculos epistemológicos ao entendimento deste fenômeno.

O objetivo da pesquisa foi conhecer a trajetória educacional de estudantes universitários com AH/SD, sobretudo, para avaliar como seus direitos e suas especificidades pedagógicas se constituíram da educação básica ao ensino superior. Participaram da pesquisa 15 estudantes da Universidade Federal do Paraná, com faixa etária entre 18 e 23 anos. Os autores adotaram como delineamento metodológico a Análise de Conteúdo, tendo como elemento estruturante categorias e subcategorias organizadas a partir das informações do Inventário Pedagógico para Altas Habilidades/Superdotação (IPAHSD), instrumento criado para essa pesquisa.

Os resultados indicaram que o IPAHSD detectou a presença de indicativos de AH/SD e a manifestação do potencial dos (as) estudantes desde os anos iniciais da escolarização, porém a identificação aconteceu somente na vida adulta (universidade). Por isso, o uso de instrumentos de identificação que permitam demonstrar a trajetória escolar/acadêmica de estudantes universitários contribui para tirá-los da invisibilidade e tencionar a efetivação de políticas e práticas que concretizem o atendimento às suas necessidades e, conseqüentemente, assegurem a legitimidade de sua condição de estudante público-alvo da educação especial.

A pesquisa de Oliveira (2020), com a dissertação “Identificação de Altas Capacidades em Estudantes Estrangeiros do Ensino Superior”, teve por objetivo principal identificar indícios de altas capacidades em estudantes estrangeiros, de origem hispânica, no ensino superior. O estudo configurou-se como pesquisa de campo descritiva com abordagem qualitativa. Os participantes foram dezesseis (16), sendo oito (8) estudantes estrangeiros regularmente matriculados no ensino superior, de graduação e/ou pós-graduação, de duas universidades públicas do interior de São Paulo e oito (8) pessoas mais próximas dos estudantes estrangeiros, como segunda fonte.

Os instrumentos utilizados foram quatro (4), sendo eles: Cuestionario para Identificación de Indicadores de Altas Habilidades/Superdotación – Adultos; Cuestionario para Identificación de Indicadores de Altas Habilidades/Superdotación - Adultos - 2ª Fuente; Questionário para Identificação de Indicadores de Altas Habilidades/Superdotação Adultos - 2ª Fonte; Cuestionario de Detección de Las Inteligencias Múltiples e um questionário complementar construído pela pesquisadora.

A pesquisa de Almeida (2020) traz como título de dissertação: “Conhecimentos sobre Altas Habilidades/Superdotação na Formação Inicial de Educadores Musicais” e investigou os avanços e desafios na educação de pessoas com AH/SD, em debate com a formação inicial de educadores musicais para o atendimento desses discentes, reconhecendo a música como ferramenta e meio para identificação e estimulação de potenciais habilidades. Questionou-se: i) se os cursos de formação inicial de educadores musicais incluem em seus currículos subsídios para o ensino de música para o PAEE; ii) que tipo de formação esses licenciandos recebem para atender e atuar com o discente com AH/SD; iii) se os licenciandos em música sentem-se preparados para lecionar para discentes com AH/SD. Teve por objetivo geral: investigar e analisar os conteúdos e conhecimentos relacionados ao tema AH/SD no currículo ofertado na formação inicial dos professores de música.

Por sua vez, a pesquisa de Basso *et al.* (2020), gerou o artigo denominado: “Identificação de Estudantes com Altas Habilidades/Superdotação no Ensino Superior”, no qual estão descritos os procedimentos do Programa de Evidências Globais de Altas Habilidades ou Superdotação nas Universidades (PEGAHSUS) para identificar estudantes universitários do Estado do Paraná, com indicadores de AH/SD. Para tanto, foi realizado um estudo descritivo, retrospectivo dos estudantes acessados e avaliados durante o período de 2017 a 2018 no referido Programa.

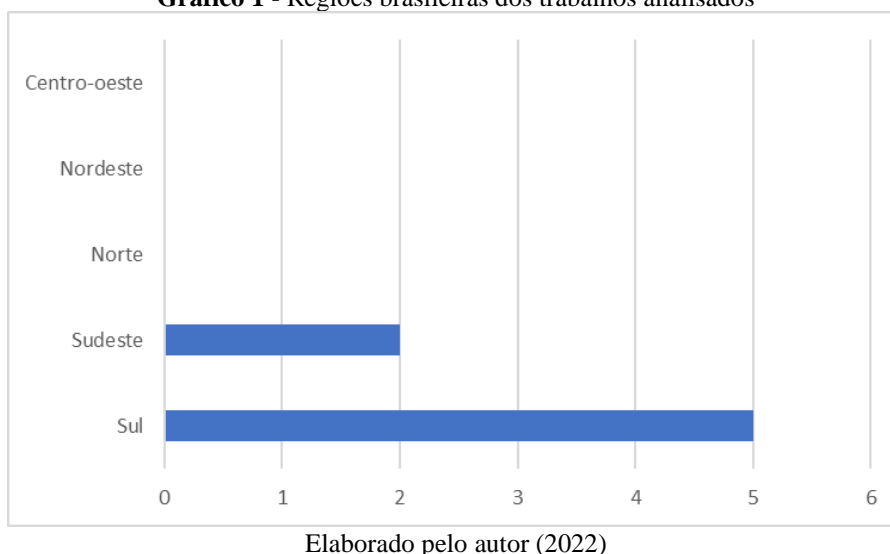
Os instrumentos utilizados foram: um Questionário para Identificação da Expressão da Inteligência (QIEI) e o teste de inteligência WAIS III. Para a avaliação da inteligência, participaram 76 discentes, dos quais 63% apresentaram quociente de inteligência total (QIT) igual ou acima de 130. A respeito da fidedignidade do instrumento de rastreio, o QIEI apresentou uma sensibilidade de 64,2% nas indicações para AH/SD e demonstrou um impacto positivo na identificação, à medida que acessou diversos estudantes que, de fato, apresentaram potencial intelectual acima da média. A pesquisa aponta, por fim, a importância de identificar e acompanhar os estudantes com AH/SD no âmbito acadêmico, visto que evidencia dados a respeito dessa população e permite que sejam desenvolvidas estratégias condizentes com o perfil dos estudantes.

Por fim, a pesquisa de Bacellar (2021) a dissertação intitulada: “Experiência de Estudantes com Altas Habilidades/Superdotação nas Graduações em Saúde: orientações para a construção de Protocolo Institucional de Inclusão” discutiu a experiência dos estudantes superdotados nas graduações em saúde, por meio de pesquisa do tipo exploratória, descritiva com abordagem qualitativa, a partir da vivência dos superdotados na universidade, do desconhecimento sobre o superdotado na universidade, da interação social dos estudantes superdotados na universidade e da autopercepção dos superdotados. A pesquisa buscou compreender como os estudantes superdotados percebem o processo de ensino e aprendizagem nas graduações em saúde e contribuir para a construção do Protocolo Institucional de Inclusão no Ensino Superior no item sobre superdotação.

2.1.2 Regiões e IES do Brasil dos trabalhos selecionados para a análise

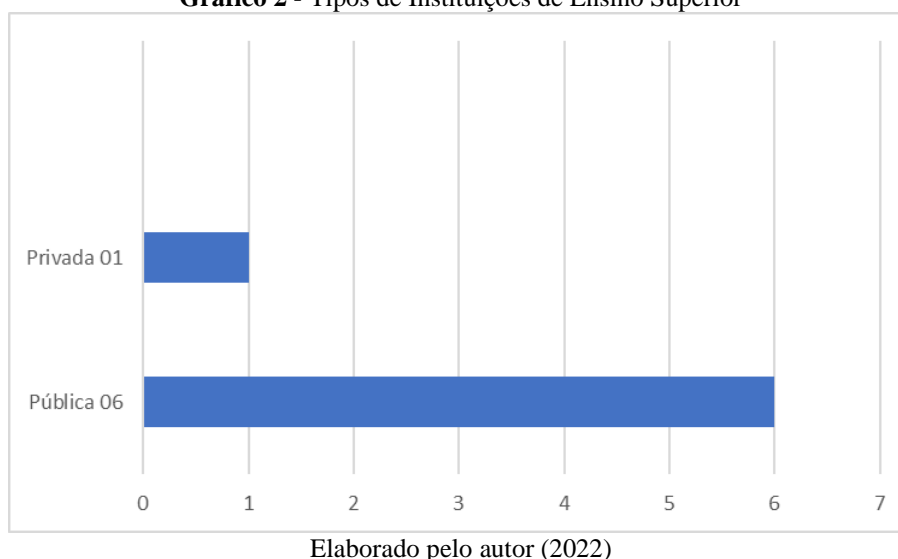
No levantamento realizado, verificamos que os trabalhos encontrados, relacionados com a temática de protocolo ou identificação de discentes do ensino superior, com indicativos de AH/SD estão mais **concentrados na Região Sul e Sudeste do Brasil**, sendo analisados 05 (cinco) trabalhos na Região Sul, mais especificamente do Estado do Paraná, dos quais 03 (três) foram dissertações de mestrado e 02 (dois) artigos científicos; 02 (dois) da Região Sudeste, 01 (um) do estado de São Paulo e 01 (um) do estado do Rio de Janeiro, esses últimos, dissertações de mestrado. Dos trabalhos analisados, 06 (seis) estão relacionados às IFES públicas e apenas 01(um) à rede privada. Todos os trabalhos, exceto os artigos científicos, foram apresentados a programas de pós-graduação, em nível de stricto sensu, para obtenção do título de mestre. Já os artigos científicos foram apresentados em anais de eventos e revistas indexadas.

A seguir, demonstramos, no Gráfico 1, como está sendo apresentada a distribuição dos trabalhos com a temática de protocolo de identificação de discentes do ensino superior com indicativos de AH/SD.

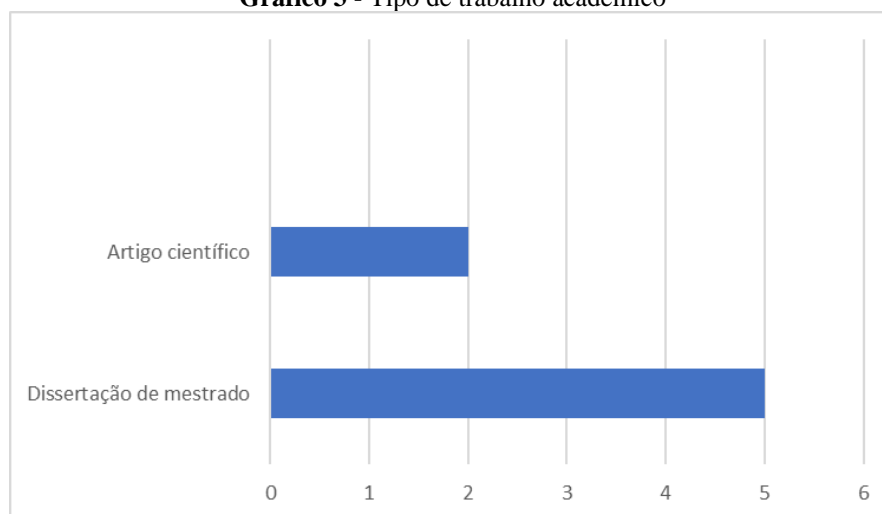
Gráfico 1 - Regiões brasileiras dos trabalhos analisados

Como pode ser observado no Gráfico 1, apenas as Regiões Sul e Sudeste apresentam estudos sobre o tema. Nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste não foram encontrados registros, o que significa que há necessidade de avançar com esse tema nessas regiões.

No Gráfico 2, são apresentados os tipos de IES que desenvolveram pesquisas no campo do objeto de pesquisa em questão. Podemos notar que as pesquisas estão concentradas nas instituições públicas.

Gráfico 2 - Tipos de Instituições de Ensino Superior

Já no Gráfico 3, identificamos um maior número de trabalhos acadêmicos nos programas de pós-graduação, um total de 05 dissertações e 02 artigos científicos que trouxeram temas relevantes para a análise.

Gráfico 3 - Tipo de trabalho acadêmico

Elaborado pelo autor (2022)

Em resumo, observamos que os trabalhos analisados não trazem um protocolo específico e padrão para uso pelos Núcleos de Acessibilidade das IES, o que reforça a necessidade de material nesse sentido que possa servir como direcionamento para os Núcleos de Acessibilidade. Referente às regiões geográficas, fica evidente a carência de pesquisas e trabalhos divulgados com essa temática para a Região Norte e Nordeste, pois os trabalhos encontrados estão mais concentrados nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, dado que realça a relevância desta pesquisa para a Região Norte.

2.1.3 Lacunas, divergências e semelhanças que inter cruzam com a pesquisa dos trabalhos analisados

Nos trabalhos analisados, os autores e autoras trazem contribuições importantes para o arcabouço de pesquisas voltadas à educação especial no viés da Educação Inclusiva, especificamente com a temática das AH/SD. Podemos encontrar algumas semelhanças ao analisarmos os trabalhos, entre elas **o uso de instrumentos já existentes** para serem usados como parte do processo de identificação, baseados nas principais teorias e estudos reconhecidos e consolidados na área. Em relação às dissertações de mestrado, **todas as 5 basearam o seu trabalho na Teoria dos Três Anéis de Renzulli (1986) e nos conceitos de inteligência de Gardner (1983)** para propostas para o ensino superior na identificação de AH/ SD.

Percebemos também que os sujeitos da pesquisa foram, na sua maioria, discentes de graduação, tendo apenas em um trabalho como foco, os docentes. Todos os trabalhos **usaram a abordagem qualitativa na pesquisa**, sendo que 03 também usaram a pesquisa quantitativa;

05 fizeram uso da **pesquisa do tipo exploratória**; 03 estudos também adotaram como métodos: a pesquisa descritiva e de campo; a abordagem mista com pesquisa documental e estudo de campo; e o método de análise interpretativo, contextual e etnográfico. Vale destacar a semelhança entre as palavras-chaves utilizadas. Dos 07 trabalhos, 06 têm altas habilidades ou superdotação como palavra-chave; destes, 04 usaram também a palavra identificação e 03 ensino superior. Essas semelhanças revelam um indicativo da relação existente entre os trabalhos analisados.

Em relação às diferenças averiguadas estão relacionadas à construção de produtos para uso na identificação de AH/SD. **Apenas 02 trazem a construção de protocolo**, um para contribuir com a inclusão de discentes no ensino superior e outro para identificação na educação básica de estudantes com AH/SD; 01 itinerário pedagógico para conhecer a trajetória do estudante; **01 objetivou diretamente a identificação de estudantes com AH/SD** pela aplicação de instrumentos já existentes; 01 se concentrou na análise de documentos e matrizes curriculares para investigar e analisar os conteúdos e conhecimentos relacionados ao tema AH/SD, no currículo ofertado na formação inicial dos professores de música; 02 fizeram uso da análise dos procedimentos, documentos e instrumentos usados para identificação e intervenção do programa PEGAHSUS da UFPR.

Em resumo, a teoria adotada pela maioria das universidades pesquisadas está envolvida com os procedimentos do Modelo dos Três Anéis de Renzulli e das Múltiplas Inteligências de Gardner. Quanto ao tipo de pesquisa, observamos que a maioria utilizou a pesquisa qualitativa do tipo exploratória. Verificamos a carência de protocolos de identificação, pois apenas um trabalho estava direcionado para essa finalidade.

Os resultados obtidos foram fundamentais para a elaboração da proposta de pesquisa/produto desta dissertação, em especial para a escolha do produto e da teoria selecionada. Como destacamos anteriormente, a pesquisa revelou que na Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste há uma escassez de trabalhos sobre o tema. Isso consubstancia a relevância em estudar o tema na Região Amazônica, em especial no Estado do Pará.

2.2 Altas habilidades/superdotação e a educação especial

A história da educação especial no Brasil foi se desenhando pautada nas práticas e organizações de espaços isolados e especializados para atender, de certa forma, aqueles que apresentavam algum tipo de necessidade específica e que ficavam à parte das escolas de educação regular. Esses espaços configuraram-se como instituições privadas e filantrópicas que

direcionaram seu atendimento ao seguimento clínico/terapêutico (Mendes, 2010). Essa segregação evidenciava o desinteresse e a falta de investimentos e serviços adequados a essa parcela da população no que tange a sua educação escolar.

A atenção para a educação escolar direcionada às pessoas com deficiências começou a se desenvolver no Brasil com a fundação de dois institutos, que se tornaram marco na história da educação especial brasileira. O primeiro foi o Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854, no Rio de Janeiro, que em 1890 passou a se chamar Instituto Nacional dos Cegos e posteriormente, em 1891, foi denominado pelo nome que permanece até os dias atuais: Instituto Benjamin Constant (IBC). Também no Rio de Janeiro foi criado, em 1857, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, permanecendo com essa nomenclatura até 1957, quando passou a ser denominado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) (Mazzotta, 2011).

Para Jannuzzi (2006), nesse período, eram evidentes duas vertentes: a primeira, a médico-pedagógica, que tinha seus direcionamentos por parte dos médicos, que atuavam também com proposições no contexto do atendimento escolar, além do diagnóstico, onde passou-se então a oferecer serviços voltados à higiene, buscando melhorar a saúde; a segunda, a psicopedagógica, que não se pautava na parte médica, mas sim, nas bases da psicologia.

Em âmbito nacional, o governo começou a dar atenção ao atendimento escolar das pessoas com deficiência com o lançamento de campanhas. Entre essas estava a Campanha para Educação do Surdo Brasileiro (a primeira lançada) em 1957. Vieram então outras como: Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão (1958), posteriormente denominada de Campanha Nacional de Educação de Cegos (1960) e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME) (Mazzotta, 2011).

A trajetória do atendimento aos superdotados no Brasil está vinculada às pesquisas da professora Helena Antipoff ao Brasil em 1929. Em 1932, fundou a Sociedade Pestalozzi em Minas Gerais que posteriormente se expandiu para outras regiões do país. Foi então a partir da identificação de crianças “supernormais” (termo utilizado na época) que se deu início ao atendimento de crianças superdotadas. Antipoff organizou projetos para o período de férias escolares, nos quais esses estudantes podiam participar de acordo com o seu interesse (Gonçalves; Stoltz, 2022).

Apenas no ano de 1961, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1961), foi que a legislação brasileira começou a tratar dos direitos dos estudantes com necessidades educacionais específicas nos seus artigos 88 e 89. O Ministério da Educação, em 1967, criou a primeira comissão para estabelecer normas para identificar e atender discentes

superdotados, mas foi a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) de 1971 (Brasil, 1971) que pela primeira vez utilizou o termo “superdotado” incluído como parte do público-alvo da educação especial e que deveria receber tratamento especial (Mazzota, 2005). Porém, não se conseguiu elucidar de que forma se daria esse tratamento especial.

Conforme aponta Mazzotta (2011), nos anos seguintes, houve a criação de órgãos que teriam a finalidade de zelar pelo atendimento educacional para as pessoas com deficiência no Brasil. Foi criado, em 1973, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) com esse objetivo. Por meio desse órgão, começou-se um apoio mais efetivo a elaboração de legislações e políticas públicas voltadas para discentes superdotados, a fim de garantir o atendimento desse público.

A Declaração de Salamanca de 1994 abriu portas no Brasil para o debate da Educação Inclusiva, que tem como premissa a inclusão da pessoa com deficiência e das pessoas com AH/SD em todos os aspectos da vida em sociedade. O documento foi elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, na Espanha, tornando-se um dos mais importantes documentos internacionais que fomenta a inclusão social. Nas orientações referente a educação especial, a Declaração de Salamanca (1994, p.5) traz o seguinte princípio fundamental da escola inclusiva:

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades.

Em 1996, foi publicada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 9.394/96 (Brasil, 1996), que vigora até os dias atuais, porém com alterações. Essa nova lei trouxe um capítulo direcionado para a educação especial esclarecendo melhor como ela aconteceria. o artigo 58 especifica que a educação especial é composta pelas pessoas com deficiência, os que apresentam algum transtorno global do desenvolvimento, bem como os que possuem altas habilidades/superdotação (Brasil, 1996). Esclarece que a rede regular de ensino deve ser o espaço de oferta da educação especial, preferencialmente. Para tanto, a lei garante que os sistemas de ensino devem assegurar currículos, terminalidade específica e professores qualificados no atendimento aos discentes que fazem parte desse público (Brasil, 1996).

Cabe ressaltar a atenção direcionada aos discentes com altas habilidades/superdotação nessa nova LDBEN. Essa atenção começa pela visibilidade desse público dentro do sistema

educacional, por meio da garantia da criação de um cadastro nacional que englobe todas as matrículas desse público tanto na educação básica como no ensino superior. Essa visibilidade fomentaria o poder público para criar ações que possibilitam o desenvolvimento do potencial desse alunado, evitando que suas potencialidades se tornem subaproveitadas na sociedade. Essa garantia está na sua mais recente alteração, que é a Lei 13.234/2015 (Brasil, 2015), conforme redação a seguir:

O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado (Brasil, 2015).

No parágrafo único do Artigo 59, a Lei estabelece a necessidade dessa identificação ser o mais cedo possível, assim como a definição de critérios e procedimentos para o cadastro desse público, conforme texto abaixo:

Parágrafo único. A identificação precoce de alunos com altas habilidades ou superdotação, os critérios e procedimentos para inclusão no cadastro referido no **caput** deste artigo, as entidades responsáveis pelo cadastramento, os mecanismos de acesso aos dados do cadastro e as políticas de desenvolvimento das potencialidades do alunado de que trata o **caput** serão definidos em regulamento (Brasil, 1996).

Conforme Gonçalves e Stoltz (2022), em 2002, foi lançado pelo Ministério da Educação e Cultura, o documento intitulado “Adaptações curriculares em ação: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos com altas habilidades/superdotação”. O documento foi distribuído e estava direcionado à prática docente no ambiente escolar.

Logo em seguida, no ano de 2003, um marco importante para o debate e defesa dos direitos da pessoa com AH/SD foi a fundação do Conselho Brasileiro para Superdotação (ConBraSD), uma organização não governamental sem fins lucrativos, composta por pessoas físicas e jurídicas de todos os estados brasileiros que desejam contribuir para a defesa e consolidação de direitos e do atendimento das pessoas com altas habilidades/ superdotação.

Como meio de suporte às demandas dos discentes com AH/SD foram criados, a partir de 2005, os Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S), pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, que atuam na identificação, avaliação e acompanhamento de discentes, na promoção de formação e capacitação de professores para garantir o acompanhamento pedagógico e curricular necessários e no

atendimento à família, no sentido de orientá-los em relação às características de seus filhos e os desafios relacionados à escola (Brasil, 2006).

Um importante documento na legislação brasileira foi a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), elaborada, em 2008, por um grupo de trabalho nomeado pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial com a finalidade de “acompanhar os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos” (Brasil, 2008). Esse documento, ao definir o público-alvo da educação especial, especifica que os discentes que compõem o grupo das AH/SD referem-se aos que apresentam elevado potencial intelectual, acadêmico, liderança, psicomotricidade e artes, demonstram também elevada criatividade, com foco na realização de tarefas em áreas de seu interesse, evidenciando grande envolvimento na aprendizagem.

Em 2015, foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), pela Lei 13.146/2015 (Brasil, 2015b). A sua finalidade é “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.” (Brasil, 2015b).

Como já mencionado acima, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com a alteração dada pela Lei 13.234/2015 (Brasil, 2015a), deixa claro que o poder público deve estabelecer as “diretrizes e procedimentos para a identificação, cadastramento e atendimento na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2015).” Atualmente, um dos caminhos mais utilizados para a identificação e atendimento na educação pública é o realizado pelo Núcleos de Atividades às Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S). A partir da indicação dos professores ou dos pais de estudantes com características de AH/SD, os profissionais do NAAH/S passam a realizar a avaliação e acompanhamento do estudante.

A história mostra mudanças substanciais ocorridas no cenário brasileiro desde as primeiras iniciativas do atendimento educacional especializado. As transformações são possíveis e podem se tornar reais, à medida que os esforços individuais e coletivos continuam sua luta, mas também revelam as lacunas ainda existentes, por exemplo, no que tange à visibilidade do grupo das altas habilidades/superdotação, que ainda é carente de diretrizes educacionais, principalmente para o ensino superior. Nesse nível de educação, um espaço que vem sendo utilizado para o debate das AH/SD tem sido os Núcleos de Acessibilidade das

Instituições de Ensino Superior e é sobre a importância desses espaços que iremos discorrer no próximo tópico.

2.3 Núcleos de Acessibilidade no Ensino Superior

Tem sido notório o crescente aumento do ingresso das pessoas que compõem o público-alvo da educação especial no ensino superior, assegurado pela legislação. Para que haja um atendimento que garanta tanto a permanência quanto a conclusão dos estudos, faz-se necessário que o ensino superior esteja preparado para receber e acompanhar, de forma efetiva, as demandas trazidas por esse público.

Nesse sentido, nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), no ano de 2005, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Superior (SESU) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), lançou o Programa Incluir, com o “[...] objetivo de promover ações para eliminar barreiras físicas, pedagógicas e de comunicação, a fim de assegurar o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES)” (Brasil, 2013). O programa visava incentivar a criação e consolidação de Núcleos de Acessibilidade no âmbito das IFES, a fim de garantir os direitos da pessoa com deficiência, conforme trecho abaixo:

A inclusão das pessoas com deficiência na educação superior deve assegurar-lhes, o direito à participação na comunidade com as demais pessoas, as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como não restringir sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência. Igualmente, a condição de deficiência não deve definir a área de seu interesse profissional. Para a efetivação deste direito, as IES devem disponibilizar serviços e recursos de acessibilidade que promovam a plena participação dos estudantes (Brasil, 2013).

De acordo com o documento orientador do “Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior” (Brasil, 2013), os Núcleos de Acessibilidade deveriam se estruturar tendo como base 4 eixos, sendo: 1) infraestrutura; 2) currículo, comunicação e informação; 3) programa de extensão; 4) programa de pesquisa. Essa organização permite desenvolver políticas institucionais e ações que assegurem a eliminação de barreiras físicas e pedagógicas nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos.

A partir dos documentos orientadores do MEC, as IFES puderam organizar a criação ou a consolidação e aprimoramento dos seus Núcleos de Acessibilidade, a fim de estarem cada vez

mais preparadas para atender as demandas das pessoas que fazem parte do público-alvo da educação especial que estão ingressando no ensino superior.

Pesquisas realizadas por Cabral e Melo (2017) revelaram que todas as universidades federais até o ano de 2014 afirmavam ter um Núcleo de Acessibilidade. A pesquisa mostrou que após a criação do Programa Incluir, 37% das universidades federais entre os anos de 2005 e de 2009 implementaram serviços/programas nessa direção. No entanto, 59% o fizeram somente a partir do ano de 2010, o que evidencia o quão recente são as iniciativas institucionais no cenário nacional (Cabral; Melo, 2017).

O Programa Incluir foi, sem dúvidas, um grande influenciador para estimular as discussões e debates no âmbito das universidades sobre educação inclusiva. Além disso, abriu caminhos para a proposição do tema para outras políticas educacionais inclusivas no cenário nacional, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (Pletsch; Melo, 2017).

O Decreto nº 7.611 de 2011 (Brasil, 2011), que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado, traz garantias e apontamentos acerca do apoio técnico e financeiro com o objetivo de ampliar a oferta ao PAEE, bem como a finalidade dos Núcleos de Acessibilidade nas IFES, conforme o texto abaixo:

Art. 2º : A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Art. 5º §2º O apoio técnico e financeiro de que trata o caput contemplará as seguintes ações:

I - Aprimoramento do atendimento educacional especializado já ofertado;

IV - Formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais;

V - Adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;

VI - Elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e

VII - Estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

§5º Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência. (Brasil, 2011).

Os Núcleos de Acessibilidade representam, assim, um papel significativo de fomentar a eliminação das barreiras que as pessoas do PAEE poderão encontrar dentro do espaço universitário. A Lei nº 13.146 de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) define barreira como:

[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança (Brasil, 2015b).

Essas barreiras podem ser: urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações, na informação, atitudinais e tecnológicas (Brasil, 2015). As ações desenvolvidas pelos Núcleos de Acessibilidade devem envolver direcionamentos que busquem dissolver tais barreiras, não só para atender as demandas internas de seu público matriculado, mas também para garantir a acessibilidade e inclusão a qualquer usuário.

Assim, os Núcleos de Acessibilidade passam a desempenhar um papel importante para avaliação do que a universidade precisa para garantir o direito das pessoas com deficiência, em especial as que necessitam de acessibilidade física/infraestrutura e comunicacional. Tornam-se referência no sentido de levantar as demandas e apresentá-las à universidade, indicando os principais problemas relacionados à falta de acessibilidade nas suas várias dimensões que dificultam a permanência dos discentes que compõem esse público (Gonçalves, 2017).

Trabalhar em prol da garantia de inclusão no ensino superior envolve ações que possibilitam o acesso e permanência pautados nos aspectos não só da eliminação de barreiras. Os estudos mostram que é necessário também pensar no desenho universal, no uso de tecnologias assistivas, na adaptação de mobiliários e na contratação de profissionais necessários nesse processo de acessibilidade e inclusão.

Uma das ações desenvolvidas nos Núcleos de Acessibilidade é o atendimento aos discentes, realizando acompanhamento, quando necessário, a fim de conhecer e executar as suas demandas acadêmicas para garantir a sua permanência com qualidade no ensino superior. Pode se desdobrar por meio de ações pedagógicas, de assistência estudantil, adaptações razoáveis, dentre outras, visando ampliar a independência e autonomia discente.

Segundo Gonçalves (2017, p.22), os Núcleos de Acessibilidade têm como função principal “produzir e garantir serviços e produtos para que esse aluno tenha os recursos e materiais acessíveis e adaptados”, garantindo a equidade nas condições de aprendizagem na sala de aula com os demais discentes que não são consideradas pessoas com deficiência.

Assim, esses espaços no ensino superior representam também um lugar de acolhimento, que pode ocorrer tanto na identificação quanto no acompanhamento das pessoas com Altas Habilidades/Superdotação, haja vista que esse público apresenta demandas que precisam ser atendidas por ações que viabilizem a sua permanência no ensino superior, considerando as suas

particularidades. Destacamos que são essas particularidades que permitem conhecer mais sobre a superdotação e seu processo de identificação.

A large, faint lightbulb graphic is centered on the page. The bulb's glass part is filled with various educational icons such as a ruler, a palette, a star, a plus sign, a speech bubble, a triangle, a pencil, and a plus sign. The base of the lightbulb is depicted with horizontal lines. The background is a light cream color with blue wavy shapes in the corners and a thin red horizontal line near the top.

**AS BASES DE NOSSA JORNADA - O
ALICERCE DA ESTRADA PERCORRIDA**

3 AS BASES DE NOSSA JORNADA - O ALICERCE DA ESTRADA PERCORRIDA!

Nesta seção, discutiremos sobre as concepções de superdotação e a identificação de indicadores de comportamentos de superdotação. Para tanto, destacamos duas teorias que são amplamente reconhecidas como base teórica nos estudos de inteligência e superdotação: O Modelo dos Três Anéis de Renzulli (1986) e o Modelo das Inteligências Múltiplas de Gardner (1994). A escolha teve como base o estado da arte que apontou esses autores como os mais referenciados nas ações das políticas públicas brasileiras, especialmente se tratando de processo de identificação de indicadores de superdotação, sobretudo, a concepção do Modelo dos Três Anéis, que é principalmente um referencial teórico para as práticas de identificação (Renzulli, 2004).

Muitos pesquisadores e estudiosos (as) brasileiro (as) (Pérez; Freitas, 2016; Guenther, 2006; Delou, 2013; Alencar; Fleith, 2001; Virgolim, 2007; Sabatella, 2013; Maia-Pinto; Fleith, 2004) também apontam essas teorias para o entendimento do comportamento de superdotação e a elaboração de instrumentos norteadores para o processo de identificação de AH/SD no contexto educacional. Como este trabalho teve por objetivo a elaboração de um protocolo contendo instrumentos para essa finalidade, tornou-se relevante o estudo e apropriação de ambas as teorias.

3.1. Altas habilidades/Superdotação: concepções e identificação

As questões relacionadas à conceituação e identificação da superdotação têm sido um debate crescente entre os estudiosos de diferentes áreas e diversos países. No que tange ao senso comum, há uma tendência em associar o termo superdotado somente à capacidade intelectual e desempenho acadêmico, sugerindo o entendimento de alguém com um alto potencial intelectual, que tem desempenho excepcional em diversas áreas do conhecimento.

O uso da palavra superdotado por instituições, escolas, professores, profissionais da educação, que não se sentem confortáveis em utilizá-la, tem sido evitado sempre que possível. Por outro lado, há vários pesquisadores e profissionais da educação que entendem que o uso da palavra não traz, necessariamente, estigmas e preconceitos aos demais grupos. Por isso, fazem uso de forma clara e sem receios (Sabatella, 2013).

Segundo Maia-Pinto e Fleith (2004), embora ainda haja visões diferentes sobre a concepção de superdotação do ponto de vista teórico-empírico, há, também, algumas concordâncias entre autores da área. Por exemplo, de que a superdotação não está associada

apenas às habilidades cognitivas, mas que está relacionada a um conjunto de características de uma pessoa, que a fazem apresentar comportamento de superdotação.

Nesse sentido, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) especifica os discentes que compõem o grupo das altas habilidades/superdotação como aqueles que apresentam elevado potencial intelectual, acadêmico, artístico, de liderança, psicomotricidade e demonstram elevada criatividade, com foco na realização de tarefas em áreas de seu interesse, evidenciando grande envolvimento com a aprendizagem (Brasil, 2008).

Algumas definições têm sido propostas para superdotação, principalmente relacionadas a uma visão multidimensional do construto de inteligência. Nos estudos de Alencar e Fleith (2001, p. 52), a “superdotação é um construto psicológico a ser inferido a partir de uma constelação de traços ou características de uma pessoa”.

Bahia e Trindade (2014) apontam a pessoa superdotada como sendo aquela que tem compreensão de problemas e orientações/instruções de maneira fácil e rápida, com perspicácia e alta capacidade de memória, apresentando, dentre outras características, a aprendizagem constante e rápida, bem como a singularidade de interesses e criatividade. Para Landau (2002), o que diferencia uma criança superdotada das demais é o talento, que deve ser estimulado para o desenvolvimento de suas potencialidades.

De acordo com Alencar e Fleith (2001), são considerados como superdotados aqueles que demonstram habilidades muito acima da média em um ou mais domínios, seja no domínio intelectual, artístico ou no domínio das relações sociais, produções criativas, esportivas e psicomotoras. As autoras ressaltam que a superdotação pode se dar não só na área intelectual, mas em diversas áreas do conhecimento humano (social, artístico etc.), num *continuum* de habilidades, em pessoas com diferentes graus de talento, motivação e conhecimento.

Para Virgolim (1997), enquanto algumas pessoas demonstram um talento significativamente superior à população geral em algum campo, outras demonstram um talento menor, nesse mesmo *continuum* de habilidades, mas o suficiente para destacá-las ao serem comparadas com a população geral. Essas AH/SD podem se manifestar com elevada potencialidade em qualquer um dos seguintes aspectos, de forma isolada ou combinada como: capacidade intelectual geral, aptidão acadêmica específica, pensamento criativo ou produtivo, capacidade de liderança, talento especial para artes e capacidade psicomotora.

Para Sternberg (2000), autor da Teoria Triárquica da Inteligência, a superdotação possui uma “natureza plural e dinâmica”. O autor concebe a superdotação como dimensões de potencial elevado, que podem ser demonstradas “pelo indivíduo de variadas formas e na

perspectiva da excelência, da raridade, da produtividade e do valor social de suas produções, quando comparado a seus pares” (Tentes; Fleith; Almeida, 2016, p. 143).

Conforme a teoria, a inteligência está composta por três tipos gerais de habilidades: a inteligência prática, a inteligência analítica e a inteligência criativa, que podem se manifestar de maneira diferente em cada sujeito. Assim, a superdotação pode se manifestar, por exemplo, na combinação desses três tipos de habilidades (Gonçalves; Stoltz, 2022).

Segundo Fleith e Alencar (2007), essas inteligências seriam tipos de superdotação. A habilidade analítica refere-se aos indivíduos com altas habilidades que envolvem esmiuçar um problema e compreendê-lo, tendo bons resultados em testes tradicionais de inteligência. As pessoas com inteligência criativa são intuitivas, criativas e lidam bem com novas situações, no entanto, não se saem bem em testes convencionais de inteligência. Por último, a inteligência prática consiste no uso da habilidade analítica ou sintética, a fim de conseguir observar aquilo que é necessário para alcançar êxito em determinado contexto.

Para Renzulli (2004), os comportamentos verificados nas pessoas que apresentam superdotação fazem parte de um conjunto bem definido, representado pelo Diagrama da Teoria dos Três Anéis, que incluem: habilidade acima da média em alguma área do conhecimento; envolvimento com a tarefa; e criatividade. Essa teoria será explorada de forma mais ampla em um tópico específico, visto que é a principal base teórica deste trabalho.

Corroborando com essa visão multidimensional de superdotação, os estudos de Gardner (1994) sobre as múltiplas inteligências permitem um entendimento de forma mais abrangente do construto inteligência. O autor associa a superdotação à existência de dimensões diferentes de inteligência. As pessoas dotadas com habilidades essenciais de determinada inteligência são consideradas superdotadas. Em um tópico específico, abrangemos a teoria das inteligências múltiplas, dada sua contribuição na identificação de AH/SD.

Para Sabatella (2013, p.75), “muitas mudanças vêm ocorrendo na definição da superdotação, sendo as principais para torná-la um conceito multidimensional, que inclua não apenas habilidade superior, mas uma variedade de talentos em áreas diversas.” Para a autora, a dimensão do conceito tem sido ampliado, a fim de considerar os superdotados como um grupo heterogêneo com suas inúmeras e diferentes características e potencialidades.

Cabe ressaltar que pessoas superdotadas podem apresentar uma dupla excepcionalidade. Segundo Tentes, Fleith e Almeida (2016, p.145), essa condição refere-se “a processos diferenciados de desenvolvimento” que são incoerentes com características de superdotação, mas coexistem com a condição de superdotação ou mesmo com outras condições, que podem

ser de cunho emocional ou comportamental, que, de alguma maneira, intervém no desempenho e na performance da pessoa superdotada.

De acordo com Vilarinho-Rezende, Fleith e Alencar (2016), algumas pessoas com características de superdotação podem, concomitantemente, apresentar uma desordem no aspecto psicológico, neurológico ou comportamental. Os autores apontam que pesquisas revelam um aumento significativo de crianças identificadas como superdotadas que apresentam, simultaneamente, alguma deficiência, como transtorno específico da aprendizagem, de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH) e do espectro autista.

Percebemos então, pelos autores citados, uma coerência no entendimento da visão multidimensional na concepção de superdotação. Esses autores não focam apenas no aspecto cognitivo, mas destacam as características associadas a superdotação. Algumas dessas características envolvem flexibilidade de pensamento; habilidade para apresentar alternativas de soluções durante suas atividades; espírito investigativo; originalidade de expressão oral e escrita; capacidade de liderança; talento incomum para expressão nas artes, como música, dança, teatro, desenho; criatividade; o domínio nas relações sociais, a aprendizagem rápida e constante, entre outros que devem ser considerados (Piske, 2021; Alencar; Fleith, 2001).

As características apresentadas pelo indivíduo servem de base para o processo de identificação das AH/SD, a partir de uma visão multifacetada. A identificação é muito importante no cenário brasileiro. A relevância da identificação é destacada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), por meio da garantia da criação de um cadastro nacional que engloba todas as matrículas desse público tanto na educação básica como no ensino superior.

No entanto, existem fatores que podem dificultar a identificação dos indicadores de AH/SD. Esses fatores podem ser individuais, familiares, sociais e educacionais. Entre os fatores individuais, Alencar (2007) cita a baixa autoestima, a depressão, a insegurança, a timidez e a baixa autoeficácia. Os fatores sociais estão associados à educação diferenciada para mulheres, à “síndrome do impostor”, aos rótulos pejorativos (“CDF” ou “nerd”) que podem gerar subdesempenho e ocultar os indicadores, bem como os mitos e crenças sobre AH/SD, que podem afetar as respostas no processo de identificação. Os fatores familiares podem ser a pressão excessiva para um bom desempenho acadêmico e os conflitos familiares. Já os fatores educacionais vão desde a baixa expectativa em relação ao desempenho do estudante e a pressão para o conformismo, à inflexibilidade dos professores (Alencar, 2007; Pérez, 2003, 2008, 2016).

Por meio da identificação é possível compreender as características e capacidades particulares de cada indivíduo que o tornam ímpar. A partir dessa identificação é que as possibilidades de apoiar o estudante podem se efetivar, por meio de uma intervenção. Simplesmente identificar e rotular o indivíduo superdotado sem oferecer intervenções pedagógicas planejadas e contextualizadas não tem valor ou importância. Para Gama (2006, p.57), “a identificação com o único propósito de rotular não presta qualquer serviço”, mas sim um desserviço, gerando “expectativas que a identificação por si só não pode satisfazer.”

Em todas as culturas, etnias e grupos socioeconômicos, podem ser encontrados estudantes superdotados. O que acontece no decorrer da sua vida acadêmica é que muitos desses estudantes não têm acesso a práticas de identificação eficientes e nem oportunidade de potencializar suas capacidades por meio dos programas e serviços que são ofertados (Piske, 2021, p. 59). Assim, até mesmo pessoas superdotadas podem passar despercebidas em sala de aula.

Guenther (2006) aponta que de 3% a 5% dos discentes que compõem a população escolar podem demonstrar uma capacidade destacadamente acima da média de seu grupo de comparação nas mais variadas áreas de conhecimento. Esses estudantes precisam ser identificados e acolhidos pelos professores, de forma a serem conduzidos a ações que estimulem essa capacidade.

Para Pérez e Freitas (2016, p. 113), no meio educacional, o documento que informa o comportamento de AH/SD nos estudantes é o Parecer Pedagógico. Ele deve relatar todos os processos desenvolvidos com o estudante, descrever o processo de identificação e os instrumentos utilizados com os resultados obtidos em cada instrumento. Vale ressaltar que o processo de avaliação deve ser multiprofissional e multidimensional, a fim de garantir uma prática de identificação eficiente.

A legislação brasileira (Brasil, 1996) assegura o direito dos estudantes de serem identificados para o devido encaminhamento de acordo com as políticas públicas que preconizam o atendimento educacional especializado, conforme suas áreas, características e interesses, em espaços destinados e apropriados com níveis mais elevados de ensino, segundo as suas capacidades.

Essa identificação tem relação direta com o mapeamento desses discentes no sistema escolar. Segundo dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) é possível observar um avanço no número de matrículas, o que é um indicativo de avanço também na identificação. Em relação ao quantitativo de matrículas desse público no ensino

superior, o Censo da Educação Superior de 2021 (Brasil, 2022) apresentou o total de 2.146 discentes com AH/SD matriculados.

No entanto, devido à falta de programas específicos nas escolas de educação básica, muitos discentes superdotados ainda chegam às Instituições de Ensino Superior sem serem identificados e estimulados a participarem de programas que possibilitam a potencialização de suas habilidades e criatividade.

Para esse público, o sistema educacional precisa estar disposto a sair do padrão tradicional de ensino e buscar novas metodologias que se encaixem no perfil dos discentes atendidos. Para Morán (2015), a escola padronizada, que ensina e avalia a todos de forma igual e exige resultados previsíveis, ignora que a sociedade do conhecimento é baseada em competências cognitivas, pessoais e sociais, que não se adquirem da forma convencional e que exigem proatividade, colaboração, personalização e visão empreendedora.

A porta de entrada para a garantia desses direitos está em práticas eficazes de identificação desse público. É nesse sentido que muitos pesquisadores buscam trazer contribuições que possibilitem dar visibilidade a esses discentes. Nesse sentido, é essencial para o processo de elaboração de um procedimento de identificação, conhecer as bases teóricas que fundamentam essa identificação e que conduzem esse trabalho.

3.2 O Modelo dos Três Anéis de Renzulli

Os estudos sobre Altas Habilidades/Superdotação têm avançado de forma crescente, possibilitando a avaliação e o surgimento de novas teorias e a ampliação de conhecimento de outras já existentes. Esse compilado de conhecimento construído e catalogado tem se tornado referência para dar visibilidade às pessoas com AH/SD, principalmente para o atendimento no âmbito do contexto educacional.

Um dos maiores especialistas nessa área é o psicólogo educacional Joseph Renzulli que, na década de 70, desenvolveu a teoria conhecida como O Modelo dos Três Anéis sobre a concepção de superdotação. Para Sánchez e Avilés (2000, p. 23), a definição proposta por Renzulli atualmente é “uma das mais influentes na teoria da superdotação”.

Para Renzulli (1986), a atuação do indivíduo tem um papel bem mais significativo do que a potencialidade, pois a sua teoria não se ancora no quociente de inteligência, embora seja também um fator importante. Segundo a teoria, é necessário haver uma confluência de três fatores: habilidade acima da média, envolvimento com a tarefa (motivação) e criatividade. Na

Figura 1, podemos verificar a representação gráfica da definição do comportamento de superdotação para Renzulli, segundo a concepção dos três anéis.

Figura 1 - O conceito de Superdotação na Concepção dos Três Anéis de Renzulli



Fonte: Adaptado de Virgolim (2007)

Podemos notar que os três anéis estão dispostos em um plano com estampa parecida com o xadrez, representados por um gráfico formado por conjuntos, possibilitando uma intersecção entre os círculos, que segundo Renzulli (2004), tem o objetivo de transmitir as propriedades dinâmicas do conceito, tais como as “propriedades de movimento, interação, mudança e energias contínuas e não um estado fixo e estático”. O plano com uma estampa denominada *Houndstooth* ou *pied poule* (uma trama de tecido bem trançada) tem a finalidade de mostrar uma representação da interação dos fatores que estão relacionados e favorecem a superdotação, os fatores ambientais e de personalidade (Maia-Pinto, 2002).

Segundo a teoria, a habilidade acima da média é um dos fatores que, relacionados com os outros dois fatores (conforme mostra a Figura 1), produzem comportamentos de superdotação. A habilidade acima da média envolve duas categorias: habilidades gerais e habilidades específicas. A primeira está relacionada com a capacidade de processar informações com o uso do pensamento abstrato, adaptar-se a novas situações, correlacionando experiências com respostas adequadas. Essas habilidades podem ser medidas em testes cognitivos e de aptidão, incluindo raciocínio lógico, relações espaciais, raciocínio verbal, entre outros (Renzulli, 2004; Virgolim, 2007).

Já a habilidade específica está vinculada com a aquisição e uso de um conhecimento, de uma certa técnica relacionada a realização de uma atividade especializada; podendo “aplicar

várias combinações das habilidades gerais a uma ou mais área especializada do conhecimento ou do desempenho humano, como dança, química, liderança, matemática, composição musical, administração” (Virgolim, 2007, p.37).

O segundo anel destacado por Renzulli (1986) é o comprometimento em se empenhar em fazer algo, chamado pelo autor de “envolvimento com a tarefa”. Esse fator está relacionado com a motivação intrínseca, que para Amabile (2012), é um dos componentes interno nos indivíduos que exerce uma influência na sua criatividade. Tem a ver com o desejo de realizar algo que é desafiador ou que traga satisfação, prazer, paixão, levando ao esforço contínuo e perseverante, tendo como foco a realização de uma tarefa ou resolução de um problema.

Quando se analisa o fator denominado “envolvimento com a tarefa” (Virgolim, 2014, p.585) fica nítido que ele vai além da motivação intrínseca, pois refere-se “à energia exercida em um problema particular ou área específica de desempenho” (Virgolim, 2014, p.585), assim como também pode-se descrever como uma “crença na própria habilidade de desenvolver um trabalho importante e ação específica aplicada à área de interesse” (Virgolim, 2014, p.585).

Como um terceiro anel que caracteriza as pessoas com superdotação na concepção da teoria dos três anéis está a criatividade, que, por sua vez, geralmente pode envolver aspectos como fluência, flexibilidade e originalidade de pensamento, bem como outros aspectos que podem estar relacionados à abertura a novas experiências, curiosidade, sensibilidade e coragem para correr riscos. Essa criatividade não estará, necessariamente, direcionada somente à área artística, mas permeia as mais diversas áreas de conhecimento de interesse do estudante (Maia-Pinto, 2002).

A criatividade tem sido foco de vários estudiosos, resultando em algumas teorias na busca pela elucidação do processo criativo. No entanto, é um termo de difícil conceituação, pois geralmente está relacionado com outros termos como: inovação, originalidade, pensamento divergente, aplicação, ambiente e contexto cultural (Rhodes, 1961; Csikszentmihalyi, 1999). Para Neves-Pereira e Alencar (2018), é importante entender as condições que podem limitar as oportunidades para o desenvolvimento da criatividade discente.

Para Renzulli (2004), a habilidade superior está dentro de duas grandes categorias, considerando dois tipos de superdotação: superdotação escolar ou acadêmica e outra denominada superdotação produtiva-criativa.

A superdotação escolar ou acadêmica, como o próprio nome sugere, está mais relacionada à aprendizagem escolar, podendo ser identificada por meio de testes padronizados como teste de QI, possibilitando o ingresso em programas específicos para o desenvolvimento desse potencial. É o tipo mais facilmente identificável por conta do uso de instrumentos de

mensuração, no caso, os testes psicométricos. Comumente, esse discente tende a ter um bom desempenho escolar, tendo, nesses casos, alguns processos de aprendizagem como foco, por exemplo: “aprendizagem dedutiva, treinamento estruturado nos processos de pensamento e aquisição, estoque e recuperação da informação.” (Virgolim, 2014, p.583).

A superdotação produtiva-criativa tem sido o foco do trabalho de Renzulli nos últimos anos. Segundo o autor, o superdotado produtivo-criativo busca a produção e desenvolvimento de ideias, materiais e processos como concepções originais nas áreas do conhecimento que atingem um público específico. Partindo de sua análise, o esforço deve estar direcionado para a solução de um problema real, dando ênfase ao uso e aplicação de um determinado conhecimento e dos processos de pensamento de forma integrada, indutiva e orientada para promover os momentos de aprendizagem. Sendo assim, o discente passa a ser um “aprendiz de lições pré-determinadas”, assumindo assim o papel de “investigador” (Renzulli, 2004, p. 83).

O autor destaca que se a concepção de superdotação fosse pautada apenas nos testes de inteligência, muitas pessoas talentosas, com realizações relevantes não teriam tido a oportunidade de ingressarem em programas que desenvolvessem o seu potencial. Renzulli (2004) aponta que 20% da população escolar deveria ser identificada e atendida, considerando uma visão multifacetada; e que a identificação é um processo que envolve a utilização de vários instrumentos. No entanto, ainda não temos no Brasil a identificação e atendimento desse público nessa proporção (Maia-Pinto, 2002).

Nesse sentido, na análise realizada por Virgolim (2014) sobre os instrumentos de identificação de Renzulli para a identificação de discentes com Altas Habilidades/Superdotação são destacados três aspectos enfatizados no Modelo dos Três Anéis:

(1) Os comportamentos de superdotação podem se manifestar mesmo quando os três conjuntos de traços não estão presentes ao mesmo tempo. O autor deixa claro que nenhum deles é mais importante que o outro, podendo ser utilizados separadamente para a indicação de uma criança para o programa de altas habilidades (Renzulli; Reis, 1997 apud Virgolim, 2014, p.585; Renzulli; Reis; Smith, 1981 apud Virgolim, 2014, p.585); (2) Embora os comportamentos de superdotação sejam influenciados tanto por fatores de personalidade (como autoestima, autoeficácia, coragem, força do ego, energia, etc.) quanto por fatores ambientais (nível sócioeconômico, personalidade e nível educacional dos pais, estimulação dos interesses infantis, fatores de sorte etc.), assim como por fatores genéticos, ainda assim podem ser modificados e influenciados positivamente por experiências educacionais bem planejadas (Gubbins, 1982 apud Virgolim, 2014, p.585; Renzulli, 1985 apud Virgolim, 2014, p.585; Reis; Renzulli, 1982 apud Virgolim, 2014, p.585; Renzulli; Reis, 1997 apud Virgolim, 2014, p.585), e (3) Criatividade e envolvimento com a tarefa são traços variáveis, não permanentes, que podem estar presentes em maior ou menor grau, dependendo da atividade. Mesmo que uma pessoa tenha frequentemente muitas ideias criativas e demonstra bastante energia e envolvimento na maioria das situações, é natural que sua produção criadora sofra variações. Nota-se, também, que, quase sempre, um traço estimula o outro. Ao ter uma ideia criativa, a pessoa se sente encorajada e é reforçada por si mesma e pelos

outros; ao colocar sua ideia em ação, seu envolvimento com a tarefa começa a emergir. Da mesma forma, um grande envolvimento para se resolver uma situação-problema pode ativar o processo de resolução criativa de problemas (Renzulli; Reis, 1997 apud Virgolim, 2014, p.585).

Renzulli (2004) acentua que nem sempre as pessoas mantêm o nível de criatividade e envolvimento com a tarefa no decorrer da vida, pois há momentos de altos e baixos, quando se trata em manter a excelência, embora isso possa não acontecer com a parte cognitiva, podendo manter-se estável. De acordo com a definição dos três anéis, a “criatividade pode ser influenciada por práticas educacionais e desenvolvida por meio de estimulação e treinamento.” (Maia-Pinto; Fleith, 2004, p. 63).

A fim de proporcionar a identificação e o desenvolvimento das potencialidades de discentes que apresentam comportamento de superdotação, foi elaborado por Renzulli (1986) um modelo chamado de Modelo das Portas Giratórias, baseado na teoria dos três anéis. Para Virgolim (2014, p. 587):

O Modelo das Portas Giratórias (que se relaciona com as questões de como identificar e selecionar o aluno que apresenta altas habilidades) foi concebido para facilitar a seleção do grupo de alunos que fará parte do chamado “Pool de Talentos”; ou seja, se um aluno exibe comportamentos de superdotação (habilidade superior em alguma área; envolvimento com a tarefa; e criatividade) em relação a uma área particular ou tópico de estudo, ele poderá, por algum tempo, desenvolver este interesse ou tópico com maior profundidade em uma sala de recursos.

Segundo Virgolim (2014), o modelo é composto de seis etapas que auxiliam no processo de descoberta de talentos, a fim de serem incluídos no *Pool de Talentos*, ou seja, grupo de discentes que poderão participar do programa de atendimento. A primeira etapa é a indicação por meio de testes ou instrumentos, e visa possibilitar a participação em programas de atendimento de estudantes que apresentam um resultado acima da média em testes de inteligência.

A segunda etapa leva em conta a indicação de professores, dada a sua relação mais próxima com os discentes. Essa indicação possibilita a inclusão de estudantes que demonstram criatividade, liderança, aptidão para esportes, para artes cênicas, visuais, dança e música, diferentes daquelas que tradicionalmente são acessadas por testes de inteligência. A terceira etapa é o uso de caminhos alternativos que ocorre pela indicação feita pelos pais, colegas, ou no caso dos mais velhos, a sua auto-nomeação (Virgolim, 2014).

A quarta etapa envolve as indicações especiais. A organização do *Pool de Talentos*, em virtude da flexibilidade do modelo, permite também, a entrada de discentes que tenham se destacado em anos anteriores, mas que atualmente estejam com baixo desempenho escolar,

acarretado, talvez, por uma carga de problemas emocionais, pessoais ou motivacionais (Virgolim, 2014).

A quinta etapa pode ocorrer pela indicação por meio da informação da ação. Essa nomeação evidencia o papel prevaemente da motivação no processo de aprendizagem. Sendo o *Pool de Talentos* um processo dinâmico, a qualquer momento do ano escolar, o professor pode indicar para o atendimento algum discente que tenha demonstrado um interesse incomum por alguma matéria, disciplina ou tópico que esteja sendo estudado naquele momento (Virgolim, 2014).

A sexta e última etapa consiste na notificação e orientação aos pais. Os pais dos estudantes identificados para o programa são convidados a participarem de reuniões com o responsável pela área de superdotação na escola e serem esclarecidos sobre o funcionamento do programa e os procedimentos que serão realizados para potencializar as habilidades do estudante (Virgolim, 2014).

É importante destacar que o Modelo dos Três Anéis possibilita a elaboração de projetos que auxiliam na identificação e no enriquecimento escolar de estudantes que demonstram comportamentos de superdotação, mas que ficam invisíveis no ambiente escolar, principalmente aqueles que apresentam a superdotação produtiva-criativa, por demonstrarem comportamentos como criatividade e envolvimento com a tarefa, que tradicionalmente não são mensurados em testes de inteligência.

É nesse sentido que essa “concepção deixa bem claro que as AH/SD envolvem aspectos tanto cognitivos quanto de personalidade do indivíduo” (Virgolim, 2014, p. 586). Dessa forma, os talentos vão aparecendo proporcionalmente por meio da apresentação de diferentes habilidades e do seu reconhecimento, especialmente quando o indivíduo está motivado e, assim, de forma criativa, busca desenvolver seus potenciais.

3.3 A Teoria das Inteligências Múltiplas de Gardner

A Teoria das Inteligências Múltiplas apresentou um conceito de inteligência, diferente daqueles comumente expostos pelos estudiosos. Em sua definição, Gardner (1994, p. x), formula o seguinte conceito: “uma inteligência é a capacidade de resolver problemas ou de criar produtos que sejam valorizados dentro de um ou mais cenários culturais.” Quando consideramos a definição de AH/SD especificada pelos documentos oficiais do MEC, já apresentada anteriormente, verificamos o quanto essa teoria fornece base e respaldo para o estudo das AH/SD, principalmente referente a identificação desse público.

Gardner (1994) analisa o conceito de inteligência pelo viés do potencial biológico e psicológico que se concretizam, de certa forma, pelo que o contexto social e cultural é capaz de proporcionar ao indivíduo mediante o que lhe é oferecido, como: motivações, oportunidades, estímulos e decisões. Assim, pela teoria proposta, qualquer pessoa tem potencial para resolver algum problema e criar algum produto dentro das áreas de inteligência apontadas (Gama, 2006).

Gardner (1994) discute o conceito de inteligência sem focar em um tipo ou um conceito único, estático e inquestionável. Assim, apresenta a existência de múltiplas inteligências que podem ser entendidas como grandes áreas intelectuais, possibilitando o foco no potencial, por conseguinte, no indivíduo e na sua relação com os diferentes símbolos do seu contexto cultural. O autor observou que as teorias de concepção de inteligência “são insensíveis à gama de papéis relevantes na sociedade humana” (Gardner, 1994, p.19).

Gardner (1994) analisou em seus estudos o conceito de inteligência mensurado por meio de instrumentos verbais usados frequentemente pelos estudiosos que buscam obter respostas curtas pelos testes com papel e lápis embora reconheça a validação dos testes psicométricos para a avaliação do potencial na área acadêmica. No entanto, afirmou que os conceitos de inteligência obtidos por esses instrumentos não conseguem de forma satisfatória acessar e discriminar a grande diversidade de habilidades cognitivas do ser humano.

Partindo de uma visão multidimensional de superdotação, os estudos de Gardner (1994) sobre as múltiplas inteligências permitem um entendimento de forma mais abrangente do construto inteligência. O autor associa a superdotação à existência de dimensões diferentes de inteligência que “quando expostas a conteúdos específicos das inteligências nas quais têm potencial, bem como têm oportunidades para explorar tais conteúdos,” poderão tornarem-se excepcionais em relação às atividades associadas às inteligências em questão (Gama, 2006, p. 40). As pessoas com habilidades excepcionais de determinada inteligência são consideradas superdotadas.

Gardner (1994) propôs, inicialmente, sete tipos de inteligências múltiplas (inteligência linguística, inteligência musical, inteligência lógico-matemática, inteligência espacial, inteligência corporal-cinestésica, inteligência interpessoal, inteligência intrapessoal). Com a continuidade dos seus estudos, posteriormente, acrescentou a inteligência naturalista a esse grupo primário. Na Figura 2, apresentamos um mapa mental com as oito inteligências.

Figura 2 - As Inteligências Múltiplas de Gardner



Elaborado pelo autor (2022)

Em seguida, apresentamos de forma resumida o que está envolvido em cada uma das oito inteligências elencadas por Gardner.

a) Inteligência linguística

É a habilidade de fazer uso excepcional das funções da linguagem e dos significados das palavras; aprender novos idiomas; reconhecer ritmos e sons e usar a linguagem para se comunicar de forma a persuadir, agradar, transmitir ideias e pensamentos. Claramente observada na dedicação e sensibilidade dos grandes poetas.

b) Inteligência musical

Como o próprio nome sugere, está relacionada à música, sendo a capacidade de apreciar, identificar e discriminar sons, ritmos, timbres, reproduzir ou compor músicas e peças musicais.

c) Inteligência lógico-matemática

Pode ser classificada como a habilidade que o indivíduo tem para lidar com raciocínio dedutivo, ordem, padrões, identificar problemas matemáticos e solucioná-los. O indivíduo lida com certa facilidade com cálculos, sistematização e raciocínio lógico. É onde destacam-se os matemáticos e cientistas.

d) Inteligência espacial

Refere-se a percepção precisa do mundo visual, a capacidade de recriar, modificar e transformar essas percepções. Pode ser observada fortemente em navegadores, artistas, geógrafos, jogadores de xadrez, etc.

e) Inteligência corporal-cinestésica

Expressa pela habilidade de controlar e executar movimentos do corpo, não apenas de forma decorativa, mas pelo conhecimento e compreensão do corpo, explorando-o ao máximo. Extremamente presente nos praticantes habilidosos da dança e dos esportes, bem como em atores. Envolve também o uso da coordenação motora fina em diversas especificidades.

f) Inteligência interpessoal

Traduzida na capacidade de entender, conhecer e responder de forma propícia as intenções, motivações e desejos dos outros. É notada em pessoas que ocupam cargos políticos e religiosos.

g) Inteligência intrapessoal

Expressa na habilidade de se autoconhecer, entendendo seus limites, sentimentos, anseios, necessidades e emoções. É fazer uso do autocontrole. Capacidade de reconhecer a imagem de si e ser capaz de reformulá-la, neutralizando os aspectos indesejáveis. Essa habilidade nem sempre é de fácil percepção nos outros, pois está mais relacionada a comportamentos internos.

h) Inteligência naturalista

Inclui a capacidade de conhecer e compreender a natureza, reconhecer e classificar os seres vivos, como animais, plantas e não vivos, minerais, rochas, bem como a variedade do meio ambiente e seus fenômenos. Agir de forma adequada aos acontecimentos que ocorrem na natureza, mostrando preocupação e sensibilidade. São características encontradas em geólogos, biólogos e oceanógrafos, entre outros.

Segundo Gardner (1994), as pessoas possuem níveis variados de cada uma das inteligências e diferentes maneiras com que se combinam e se organizam, a ponto de solucionarem problemas e criarem produtos por meio das suas capacidades intelectuais. Essas inteligências não precisam ter, necessariamente, uma relação direta entre si, podendo existir de forma independente, mas não isoladamente.

Um indivíduo que apresenta uma inteligência para a percepção espacial não precisa, obrigatoriamente, revelar uma habilidade lógico-matemática ou corporal-cinestésica, o que não invalida sua habilidade. Porém, o autor ressalta a importância de reconhecer que “em nenhum caso uma inteligência é completamente dependente de um único sistema sensorial” (Gardner, 1994, p.51), destacando que “as inteligências são, por sua própria natureza, capazes de realização (pelo menos em parte) através de mais de um sistema sensorial” (Gardner, 1994, p.51), ou seja, para a demonstração de uma inteligência haverá uma ligação com outras de forma combinada.

A demonstração dessas inteligências está muito relacionada ao contexto sociocultural do qual o indivíduo faz parte. Daí, a importância, segundo o autor, dos sistemas simbólicos de cada cultura que são e devem continuar sendo repassados de geração a geração. Nesses símbolos, estão incluídas a linguagem, a escrita, a matemática, as artes visuais e plásticas, além de outros predominantes nas mais diferentes culturas, ficando claro o quanto a Teoria das Inteligências Múltiplas está relacionada ao contexto cultural.

A Teoria das Inteligências Múltiplas tem sido muito significativa nos estudos relacionados à área das altas habilidades/superdotação. A visão “multifacetada da inteligência” proposta por Gardner (1994) possibilitou o uso de caminhos alternativos, além dos testes psicométricos, no processo de identificação de superdotação, pois oferece uma base para o desenvolvimento de instrumentos, procedimentos e protocolos para identificação e acompanhamento de estudantes com AH/SD, considerando os diferentes talentos e habilidades humanas apresentadas.



**O PERCURSO DE NOSSA JORNADA - OS
PASSOS EXECUTADOS**

4 O PERCURSO DE NOSSA JORNADA - OS PASSOS EXECUTADOS!

Nesta seção, apresentamos a metodologia utilizada, destacando o tipo de pesquisa e abordagem, o lócus, os participantes, as técnicas e os procedimentos. Conheceremos também as etapas metodológicas para a construção e validação do produto por meio da abordagem do *Design Thinking*.

4.1 Tipo de pesquisa e abordagem

A metodologia proposta para esta pesquisa foi do tipo exploratória de cunho qualitativo, com a intenção de desenvolver um protocolo que possa contribuir para a identificação de discentes com indicadores de altas habilidades/superdotação pelos Núcleos de Acessibilidade no Ensino Superior, por meio de etapas.

A escolha dessa metodologia considerou os objetivos elencados para a pesquisa e o produto educacional. Para Chizzotti (2003, p. 221), o vocábulo qualitativo tem relação direta de partilha com os aspectos que constituem o objeto da pesquisa, que são: “as pessoas, os fatos e os locais”, com a finalidade de “extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível”. Assim, essa abordagem de pesquisa possibilita a imersão no espaço pesquisado para a investigação de questões educativas (Vilela, 2003).

Segundo Gil (2008, p. 27), “as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. O autor destaca ainda que essas pesquisas são bastante utilizadas quando o tema selecionado ainda é pouco explorado, fazendo-se necessário uma ampla investigação. Nesse sentido, aponta a necessidade de levantamento bibliográfico e documental, que por sua vez está presente neste trabalho, a fim de atender o primeiro objetivo específico do uso de curadoria sobre pesquisas e produtos relacionados a protocolos utilizados pelas universidades que possuem núcleos/coordenadorias/assessorias de acessibilidade para identificar discentes com AH/SD. Além disso, esse tipo de pesquisa proporcionou selecionar formulários que possam contribuir com os Núcleos de Acessibilidades das Instituições Federais de Ensino Superior para identificação do público em questão.

A pesquisa exploratória contou com técnicas como o uso de entrevistas com sujeitos com experiência pertencentes ao cenário do problema pesquisado com intuito de identificar a

necessidade dos Núcleos de Acessibilidade de um protocolo que direcione a identificação e orientação dos discentes com AH/SD.

Realizamos a pesquisa bibliográfica por meio da consulta ao acervo bibliográfico já existente sobre a temática, especialmente livros, artigos científicos e teses e dissertações, cujo resultado é possível encontrar na seção 2.1, enquanto o levantamento documental buscou contribuir para a pesquisa por meio de documentos diversos que podem ou não terem passado por uma avaliação analítica, como: relatórios, documentos oficiais, tabelas estatísticas, reportagens de jornais, etc (Gil, 2008). Portanto, realizamos o levantamento de modelos de formulários e testes executados para identificar AH/SD presentes em participantes dos Núcleos de Acessibilidade, mesmo que de forma experimental, por grupos de pesquisas ou por NAAH/S dos estados.

Como parte do desenvolvimento da metodologia para atingir o objetivo da construção de um protocolo como processo/produto educacional, com etapas para identificação dos discentes com indicativos de AH/SD para a utilização pelos Núcleos de Acessibilidade das IFES e ainda para validar o produto, ora pensado neste estudo, realizamos também a pesquisa aplicada, que, segundo Gil (2008), se enriquece no seu desenvolvimento, pois tem como característica principal a aplicação, visando a utilização de conhecimentos práticos numa realidade estudada. Contribui ainda para trazer possibilidades de soluções a problemas investigados.

4.2 Lócus e participantes

O lócus da pesquisa foram os Núcleos de Acessibilidade das Universidades Federais de Ensino Superior (IFES), tendo como ponto de partida o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), local de atuação profissional do pesquisador, espaço de observação e investigação que deu origem a este trabalho.

A pesquisa teve como participantes os coordenadores e profissionais que atuam nos Núcleos de Acessibilidade das IFES do estado do Pará. A escolha desse público ocorreu em razão da experiência profissional desses participantes no lócus da pesquisa e por conhecerem a realidade e a necessidade dos Núcleos de Acessibilidade de ter um protocolo que direcione a identificação e acompanhamento dos discentes com AH/SD. Foi incluída também como participante a coordenação do Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S), por se tratar de referência no Estado na identificação desse grupo. Tanto os

coordenadores dos núcleos como a coordenação do NAAH/S participaram da etapa de validação do produto educacional.

Adotamos os seguintes critérios de inclusão de participantes: a) ser coordenador do Núcleo de Acessibilidade nomeado por portaria; b) ser profissional com lotação no Núcleo, trabalhando diretamente no atendimento do público-alvo da educação especial; c) possuir no mínimo 01 ano de experiência de atuação nos núcleos. Em relação ao NAAH/S, foi selecionado o seguinte critério: ser coordenador nomeado por portaria com experiência em avaliação de discentes com indicadores de AH/SD.

Os critérios de exclusão foram: a) não possuir portaria de coordenador do Núcleo de Acessibilidade; b) ser profissional do Núcleo que não atua diretamente no atendimento do público-alvo da educação especial; c) não ter no mínimo 01 ano de experiência de atuação nos núcleos. Quanto ao NAAH/S, foi excluído o coordenador sem portaria de nomeação e que não possui experiência em avaliação de discentes com indicadores de AH/SD.

4.3 Técnicas e procedimentos da pesquisa e da construção do produto

A técnica utilizada inicialmente na pesquisa foi um questionário com perguntas abertas e fechadas com respostas subjetivas e objetivas, aplicado para identificar a necessidade dos Núcleos de Acessibilidade de ter um protocolo que direcione a identificação e orientação dos discentes com AH/SD. Segundo Gil (2008, p. 121), o questionário pode ser usado como “técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos” podendo ter questões abertas, fechadas e dependentes na sua estrutura.

Realizamos um levantamento contendo 10 perguntas, 05 abertas e 05 fechadas (Apêndice A). Elaboramos o questionário a fim de facilitar a coleta das informações e o enviamos como busca ativa de informações a 69 IFES brasileiras, ficando disponível para resposta por 45 dias. Dessas, apenas 10 deram retorno com respostas ao questionário.

Uma das vantagens dessa técnica é conseguir chegar aos sujeitos participantes independentemente da sua localização geográfica. Neste caso, alcançar os Núcleos de Acessibilidade em todas as regiões brasileiras e permitir que eles respondessem o questionário de acordo com sua disponibilidade de tempo (Gil, 2008). Utilizamos essa mesma técnica para atingir o objetivo da validação do processo/produto educacional pelos Núcleos de Acessibilidade e NAAH/S na etapa de validação.

4.4 Dos cuidados éticos

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) sob CAAE: 73641423.1.0000.0018. Como parte do protocolo básico do pesquisador e buscando seguir o que é determinado pela Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 113.709/2018 (Brasil, 2018) foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) como documento que tem a finalidade de informar os participantes sobre o objetivo da pesquisa e garantir a confiabilidade e o sigilo das informações colhidas.

4.5 *Design thinking* (etapas metodológicas para a construção e validação do produto)

A abordagem do *Design thinking* (DT) tornou-se conhecida mundialmente por meio da empresa de design IDEO³, que acreditava no potencial de caminhos dinâmicos para solucionar os mais diversos problemas do cotidiano. Brown (2010, p. 6) considera essa abordagem como um “conjunto de princípios que podem ser aplicados por diversas pessoas a uma ampla variedade de problemas”.

Para Brown (2010, p. 16), o DT é fundamentado em um “processo exploratório” que é capaz de conduzir a novas descobertas que não podem ser ignoradas. Para ele, a abordagem faz uso da sensibilidade e do reconhecimento de padrões no desenvolvimento de ideias que sejam tanto funcionais quanto emocionais. É uma abordagem que tem o ser humano como centro do processo de inovação na busca por soluções viáveis de maneira colaborativa (Bonini; Sbragia, 2011).

Cardon e Leonard (2010) apontam que o DT é uma ferramenta útil capaz de encontrar soluções inovadoras, por meio da compreensão, visualização e descrição dos problemas no contexto do projeto em desenvolvimento, de maneira criativa. Segundo Brown (2010), ter o *design thinking* associado ao contexto de um projeto favorece a obrigatoriedade de estabelecer uma meta clara desde o começo, pois essa abordagem envolve “prazos finais naturais que impõem disciplina e nos dão a oportunidade de avaliar o progresso, fazer correções no meio do caminho e redirecionar as atividades futuras” (Brown, 2010, p. 21).

A abordagem do DT é um processo composto de etapas no seu desenvolvimento. Na literatura ainda não encontramos um consenso a respeito da quantidade de etapas envolvidas.

³ A Ideo é uma empresa de consultoria em design, localizada no Vale do Silício, nos Estados Unidos, pioneira na abordagem do *Design Thinking*.

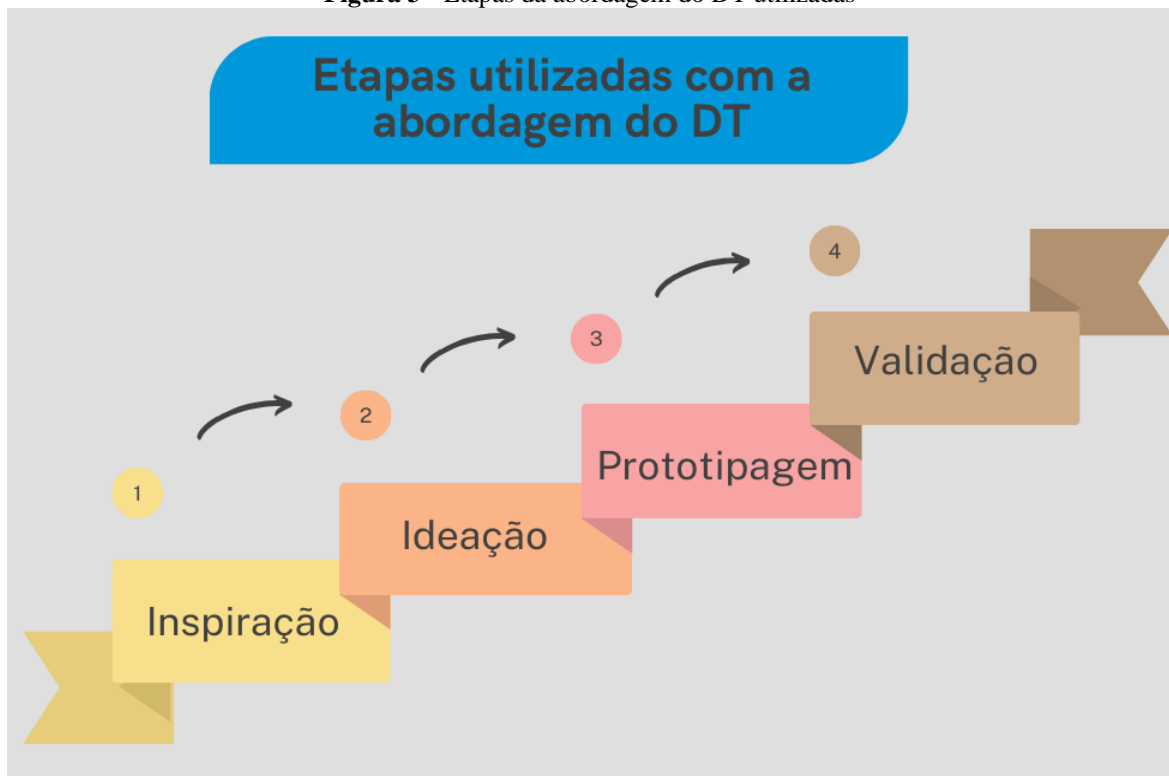
Segundo a análise de Brown (2010), a abordagem envolve três fases essenciais: inspiração, ideação e implementação.

Partindo dessa análise, conduzimos o processo metodológico utilizado nesta pesquisa para o desenvolvimento do produto educacional, pela abordagem do DT. Utilizamos as três fases elencadas por Brown (2010) com as suas respectivas etapas envolvidas em cada fase. Segundo Farias (2019, p. 15), as fases “são interativas, iterativas, incrementais, flexíveis e adaptáveis.” Essas fases se incorporam bem em um processo de elaboração de um produto educacional, que consiste na análise de um problema real e na proposição de uma solução.

Partindo desse pressuposto, consideramos nesta pesquisa o contexto educacional vivenciado pelo pesquisador em um Núcleo de Acessibilidade do Ensino Superior, no que tange a problemática relacionada à ausência de um protocolo direcionado a identificação de discentes com indicadores de AH/SD no Ensino Superior. A partir dessa ambiência, a pesquisa propõe a elaboração desse protocolo, baseado nos protocolos existentes para a educação básica, que permita a sua inovação (ressignificação) para o processo de identificação no ensino superior, cujo público se diversifica da educação básica.

Nesta pesquisa/produto educacional, optamos pelo movimento descrito na Figura 3, contendo as etapas da abordagem do DT:

Figura 3 - Etapas da abordagem do DT utilizadas



Elaborado pelo autor (2023)

É importante ressaltar que as etapas do DT não são lineares, pois apresentam uma condição bastante flexível, ou seja, essas etapas podem ocorrer simultaneamente, assim como estarem sujeitas a mudanças e configurações que sejam as mais apropriadas ao contexto do projeto e do problema em análise (Vianna *et al.*, 2012).

As etapas possibilitam, de maneira flexível, o conhecimento e compreensão da realidade, considerando o público-alvo que, de forma colaborativa participa, da criação. É um procedimento que estimula a criatividade e praticidade no processo de inovação. A seguir, esboçamos o percurso do processo, descrevendo cada uma das etapas e como a sua execução contribuiu para o processo metodológico do produto educacional.

Etapa 1: Inspiração

A inspiração foi a primeira etapa vivenciada para o desenvolvimento desta pesquisa. Foi por meio dessa etapa que identificamos a problemática que impulsionou a busca de possibilidades de um produto educacional visando soluções para o problema elencado. Para Brown (2010, p. 16), a inspiração é “o problema ou a oportunidade que motiva a busca por soluções.” Esse estágio envolve a coleta de informações de diversas fontes para a observação do problema e do comportamento do público-alvo defronte a problemática no seu cotidiano (Bonini; Sbragia, 2011).

Essa etapa ocorreu a partir de três momentos distintos vivenciados pelo pesquisador. O primeiro foi a atuação profissional do pesquisador no Núcleo de Acessibilidade da UFRA, onde desenvolve suas atividades como pedagogo; o segundo, o levantamento da necessidade junto aos Núcleos de Acessibilidade no Brasil; e por fim, uma curadoria de trabalhos que fez parte do estado da arte realizado.

O primeiro momento da etapa da inspiração vivenciado pelo pesquisador está relacionado à sua atuação profissional no Núcleo de Acessibilidade da UFRA (Acessar), onde desenvolve suas atividades como pedagogo. Nessa ambiência profissional, foi observada a ausência de atendimento a discentes superdotados, o que revelou um problema existente no Núcleo de Acessibilidade: a falta de um protocolo orientador para a identificação e atendimento desse público no ensino superior.

Segundo Brown (2010, p. 218), após ser identificado o problema é necessário “pensar em como suas redes de conhecimento sustentam a inspiração”. Partindo desse pressuposto, o segundo passo foi iniciar um levantamento junto aos Núcleos de Acessibilidade no Brasil para

verificar a existência de protocolos para a identificação e atendimento do público das AH/SD nas suas respectivas instituições. As respostas dos Núcleos que deram retorno ao levantamento mostraram que não possuem protocolos prontos para esse objetivo. O resultado é possível ser encontrado na seção 5, item 5.1. Essa etapa nos ajudou a definir a problemática principal da pesquisa/produto educacional.

Por fim, realizamos uma curadoria de trabalhos associados à identificação e uso de protocolos no ensino superior, que fez parte do estado da arte realizado. Essa curadoria resultou em alguns trabalhos que usaram instrumentos específicos para públicos bem delimitados. Não foi encontrado um material no formato de protocolo que abranja os discentes adultos no ensino superior de maneira geral. O resultado detalhado pode ser encontrado na seção II, item 2.1.

Esses momentos vivenciados consolidaram a etapa da inspiração que revelou o problema existente e a oportunidade de buscar uma solução. Assim, estava aberto um campo fértil para se plantar ideias, o que nos levou a execução da segunda etapa da abordagem do DT: a ideação.

Etapa 2: A ideação

A ideação é um processo que consiste na geração de ideias e no seu refinamento. O ponto de partida são os problemas elencados na etapa anterior para gerar ideias de possíveis soluções que terão seus pontos positivos e negativos avaliados (Bonini; Sbragia, 2011). Nessa etapa, algumas técnicas são utilizadas na condução do processo criativo a fim de se obter os melhores resultados.

A técnica de *brainstorm* é uma das mais utilizadas, pois possibilita a geração de ideias de forma rápida de possíveis produtos para solucionar o problema identificado na pesquisa (Farias, 2019). Com a realização do *brainstorm*, seja de forma coletiva ou individual, é possível ter contato com uma variedade de ideias e identificar as melhores, que poderão ser avaliadas por meio de uma prototipagem.

O processo de ideação do produto educacional envolveu algumas tomadas de decisão relacionadas a aspectos como a tipologia do produto educacional a ser construído, o conteúdo e organização; e a identidade visual. Para isso, em alguns momentos da ideação, lançamos mão da técnica de *brainstorm*, como facilitadora na construção desse processo.

a) Tipologia do produto educacional

O primeiro aspecto que precisou ser decidido foi o tipo de produto educacional que seria construído. Dois momentos que fizeram parte da trajetória acadêmica do pesquisador durante o mestrado e ajudaram a pensar nas possibilidades de produto educacional foi o levantamento realizado junto aos Núcleos de Acessibilidade das IFES e o estado da arte.

Entre as ideias que surgiram que agregasse um procedimento de identificação estavam: uma cartilha informativa; um formulário de identificação; um manual; e um protocolo. O levantamento realizado junto aos núcleos de acessibilidade nas IFES revelou a inexistência de um procedimento orientador para identificação de AH/SD no ensino superior no formato de um protocolo.

Assim, a ideia selecionada foi a elaboração de um protocolo de identificação. Esse formato possibilitou reunir instrumentos utilizados na educação básica que pudesse, com adaptações, oferecer etapas de identificação viáveis que dessem suporte aos Núcleos de Acessibilidade das IFES.

A pesquisa realizada no estado da arte resultou em alguns trabalhos que usaram instrumentos específicos e para públicos bem delimitados. No entanto, nessa pesquisa, não encontramos um material no formato de protocolo de identificação, direcionado aos discentes do ensino superior. Daí, manteve-se a ideia de elaborar um protocolo, composto de etapas de identificação viáveis de aplicação no ensino superior.

b) Conteúdo e a organização

O segundo aspecto trabalhado na ideação foi o conteúdo e a organização do protocolo. Para essa etapa, foi essencial a contribuição de algumas vivências como as disciplinas obrigatórias e o estágio supervisionado, bem como a pesquisa realizada no estado da arte.

Ao cursar as disciplinas obrigatórias do programa, a ideia foi sendo aprimorada a partir da apropriação de conceitos que possibilitaram repensar e ajustar o seu desenvolvimento de forma mais didática, criativa e inovadora. Particularmente, os conceitos estudados na disciplina de criatividade, sobre inovação e criatividade, ajudaram a perceber que um protocolo poderia ser constituído a partir de adaptações dos modelos existentes para a educação básica.

A experiência do estágio supervisionado no Núcleo de Atividades de Altas Habilidades e Superdotação (NAAH/S) ajudou na organização do protocolo. A imersão nesse ambiente possibilitou a compreensão dos termos: identificação, avaliação e acompanhamento, dentro de um processo de identificação. A participação em etapas de identificação durante o estágio foi

importante para compreender que um protocolo de identificação deve estar organizado em etapas com objetividade e clareza.

Ainda na etapa de ideação, com base no estado da arte, foi definida a escolha das teorias que embasaram a pesquisa e o produto educacional, sendo elas: O Modelo dos Três Anéis de Renzulli (1986) e o modelo das Inteligências Múltiplas de Gardner (1994) como complementar à primeira.

A concepção do Modelo dos Três Anéis de Renzulli (1986) foi definido na proposta como principal referencial teórico para as práticas de identificação. As leituras realizadas revelaram que essa teoria é frequentemente abordada pelos pesquisadores e especialistas brasileiros na elaboração de documentos norteadores de identificação de Altas Habilidades/Superdotação na educação básica, inclusive em documentos oficiais elaborados pelo Ministério da Educação.

c) Identidade visual

A idealização do nome do produto foi definida a partir de algumas propostas que foram se desenhando após a definição do tipo de produto educacional. As propostas tiveram como base as palavras “protocolo”, “altas habilidades/superdotação” e “discente”. As ideias que surgiram utilizaram as iniciais dessas palavras para compor o nome do produto. Após a formação de alguns nomes, o escolhido foi “PROAHS: Protocolo de Identificação de Discentes com Indicadores de Altas Habilidades/Superdotação no Ensino Superior.

Com o nome definido, o próximo passo foi a criação de um logotipo. Para isso, inicialmente foi utilizada a plataforma *Canva*⁴, que também foi usada para a confecção da diagramação e do design gráfico do produto. Após o exame de qualificação, buscamos a ajuda de um profissional de designer gráfico para a consolidação do logotipo final do produto. A idealização das propostas de logotipos pensados até a versão final pode ser observada na Figura 4.

⁴ O *Canva* é de fácil acesso por ser uma plataforma gratuita e paga, e possibilita utilizar os mais diversos *designers* e criar milhares de imagens diferentes que ajudam a deixar o produto mais criativo.

Figura 4 - Idealização das propostas de logotipos pensados



Elaborado pelo autor (2023)

As cores contidas no logotipo são laranja, azul e amarelo. Cada uma com sua representatividade. O laranja é a cor comumente utilizada para representar a superdotação. O azul representa clareza, organização, confiança e tranquilidade. Já o amarelo está relacionado à estimulação do pensamento criativo.

Assim, após a definição da tipologia do produto educacional, seu conteúdo e organização e a identidade visual, estava estruturada a base que conduziu para a próxima etapa: a prototipagem.

Etapa 3: prototipagem

A terceira etapa percorrida na abordagem do DT foi a prototipagem. Para Brown (2010, p. 88) um protótipo é “qualquer coisa tangível que nos permita explorar uma ideia, avaliá-la e levá-la adiante”. A prototipagem permite que sejam exploradas diversas ideias simultaneamente. Trata-se de um estágio da criação e da concepção da ideia. Transforma a ideia em algo tangível, possibilitando a comunicação da mesma ao usuário de forma rápida (Brown, 2010).

A prototipagem tem, entre suas finalidades, levar uma ideia adiante. Segundo Brown (2010, p. 87), “é dar forma a uma ideia para conhecer seus pontos fortes e fracos e identificar novos direcionamentos para a próxima geração de protótipos mais detalhados e lapidados”. Tem no seu objetivo decidir se uma ideia tem ou não valor funcional.

Partindo desse princípio, buscamos iniciar a prototipagem do produto com base na tomada de decisão apresentada na etapa da ideação. Para dar vida ao protótipo, utilizamos a plataforma *Canva*. Essa plataforma possibilitou a confecção da diagramação e do *design* gráfico do protótipo.

O formato de apresentação e disponibilização do produto educacional como protocolo foi pensado para ser um *Portable Document Format* (PDF). Isso possibilitará a sua divulgação em meios digitais como *site* e *e-mail*, mas poderá também ser impresso para uso de forma física. Dessa maneira, pretendemos minimizar os gastos financeiros, além de apoiar práticas da sustentabilidade.

O primeiro protótipo criado para apresentação da ideia do protocolo no exame de qualificação foi organizado da seguinte forma:

- Capa
- Ficha catalográfica
- Apresentação do autor
- Apresentação do produto
- Sumário
- Tópicos: o que é um protocolo; Altas Habilidades ou Superdotação: conhecendo conceitos; O que é o Núcleo de Acessibilidade; O Modelo dos Três Anéis de Renzulli
- Modelo de protocolo de identificação de AH/SD

Apresentamos, na Figura 5, as imagens do protótipo realizadas na plataforma *Canva*:

Figura 5 - Prototipagem realizada na plataforma Canva



Elaborado pelo autor (2023)

A partir das considerações da banca examinadora no exame de qualificação, foram feitos ajustes no protótipo para o processo de validação. Esses ajustes incluíram mudanças na identidade visual, explanação da teoria utilizada, organização do sumário e das etapas e a finalização dos formulários que compõem cada etapa. O resultado final do produto pode ser visto na seção V, no item 5.3.

Etapa 4: Validação

De acordo com Rocha (2018, p. 302), a fase da prototipagem “além de comunicar uma ideia e torná-la tangível, permite sua validação.” A validação de um produto educacional representa uma tarefa importante na consolidação do produto, pois apresenta a necessidade de ajustes necessários para alcançar a solução desejada.

Os resultados apresentados na validação dão uma devolutiva do processo, seja em alguma fase específica, ou mostrando que o produto precisa de um novo direcionamento no que tange ao problema em questão (Farias, 2019). O processo de validação do produto ocorreu no período de 26 de outubro a 10 de novembro de 2023. O resultado da validação pode ser encontrado no item 5.4.



**O PRODUTO DE NOSSA JORNADA -
CONHECENDO O PROAHS**

5 O PRODUTO DE NOSSA JORNADA - CONHECENDO O PROAHS!

Nesta seção, destacamos o mapeamento da necessidade dos Núcleos de Acessibilidade de terem protocolos de identificação, os quais foram obtidos por meio de um levantamento feito junto aos Núcleo de Acessibilidade no Brasil. Elencamos os instrumentos de identificação encontrados durante o estudo, que serviram de base para a elaboração dos formulários do protocolo e apresentamos o produto educacional detalhadamente, finalizando com o resultado da validação realizada.

5.1 Protocolos de identificação de altas habilidades/superdotação: mapeamento de necessidade pelos Núcleos de Acessibilidade no Brasil

No período de 15 de julho a 30 de agosto de 2022 foi encaminhado um questionário para os Núcleos de Acessibilidade, por meio do *Google forms*⁵. O questionário foi elaborado no *Google forms*, a fim de facilitar a coleta das informações, com dez perguntas, sendo cinco abertas e cinco fechadas. O procedimento de envio para a coleta das informações aconteceu por *e-mail*, como busca ativa de informações, a 69 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras, ficando disponível para receber respostas por 45 dias. Após a finalização do prazo, constatamos que apenas 10 instituições deram retorno com respostas ao questionário.

As respostas dos Núcleos que deram retorno ao levantamento mostraram que sete delas possuíam discentes com Altas Habilidades identificadas e três responderam que não possuíam. Além disso, desses Núcleos, quatro responderam que essas unidades fazem parte do processo de identificação dos discentes e seis não fazem parte desse processo, o que significa que os Núcleos, em sua maioria, não estão diretamente ligados a essa ação na Universidade.

Vale destacar que os Núcleos de Acessibilidade fazem parte da modalidade de educação especial, no ensino superior e a identificação desses discentes necessita ter coparticipação dos profissionais desse setor, seja na etapa de identificação, seja na etapa de acompanhamento, de acordo com a LDBEN (Brasil, 1996), no seu art. 59-A que estabeleceu as seguintes garantias:

O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculadas na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado. (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015 (Brasil, 2015a).

⁵ Formulário presente no Apêndice B.

De acordo com os entrevistados, a forma como os discentes são identificados varia de universidade para universidade. Vejamos algumas respostas:

R1: Por meio de indicações de professores, coordenadores de curso, entrevista.

R3: A princípio, através de acolhimento e encaminhamento dos docentes, mas não tivemos nenhum caso até o momento. Apesar de percebermos que há estudantes com características de AH/SD, eles apresentam laudo de TDAH ou TEA.

R6: Primeiramente, são convidados para participar do processo de identificação, alunos que já apresentam algumas características ou especificidade de AH/SD. São realizados encontros com os estudantes com características de AH/SD para realizar a leitura e assinatura da autorização para participação no processo de identificação. Logo, é realizado o preenchimento do 1º questionário (sujeito) QIIAHS-ADULTOS; preenchimento do 2º questionário (2º fonte) QIIAHS-ADULTOS – SEGUNDA FONTE. (Pérez; Freitas, 2016) que é alguém próximo do sujeito. Para complementar, são realizadas também questões complementares acerca de suas características e demandas.

R7: Ao realizar a matrícula na UFCA, o discente responde um formulário de pré-matrícula, no qual há as perguntas: Você é pessoa com deficiência? Qual? ou Possui alguma Necessidade Educacional Específica? Qual? Após finalizado o processo de ingresso do Sisu, a PROGRAD nos envia uma lista que contém: os nomes, curso, contatos e modalidade de ingresso de cada discente. Se o discente é oriundo da reserva de vagas destinada a pessoa com deficiência, ele passa pela validação da equipe de perícia médica, não lhe sendo solicitado nenhuma outra comprovação, se é ingresso pelas vagas de ampla concorrência. Nós da Secretaria de Acessibilidade solicitamos que o discente apresente seu laudo médico mais recente. A partir daí, acompanharemos esse estudante durante toda sua vida acadêmica.

Como observado, a maioria das universidades que conseguem fazer algum tipo de identificação utilizam procedimentos diferentes como o acolhimento, a entrevista, a indicação e questionários, como o QIIAHS-ADULTOS e QIIAHS-ADULTOS – SEGUNDA FONTE (Pérez; Freitas, 2016). No entanto, apenas 1 (um) Núcleo de Acessibilidade indicou possuir instrumentos utilizados na identificação. Os demais respondentes informaram que não possuem instrumentos para essa finalidade, e nem, conseqüentemente, protocolos.

Em relação ao fluxo de atendimento para o acompanhamento dos discentes identificados, oito responderam ainda não possuir esse acompanhamento, talvez por não terem ainda discentes identificados. Porém, duas respostas informaram o fluxo já realizado. Vejamos essas respostas abaixo:

R1: A orientação é que os estudantes com essa condição (AH/SD), assim como os demais que também são público-alvo da educação especial (Pcds, TEA) contatem a coordenação do seu curso para tratar das adaptações que necessita em razão da sua condição. Caso o estudante prefira buscar o INCLUIR, o protocolo é que o estudante preencha o Formulário de Solicitação de Serviços, Equipamentos e Recursos de Acessibilidade (FORMACESS) que está disponível em nosso site (<https://www.ufrgs.br/incluir/solicitar-atendimento/>). Após o preenchimento do FORMACESS, o INCLUIR realiza reuniões com o estudante, a coordenação do curso

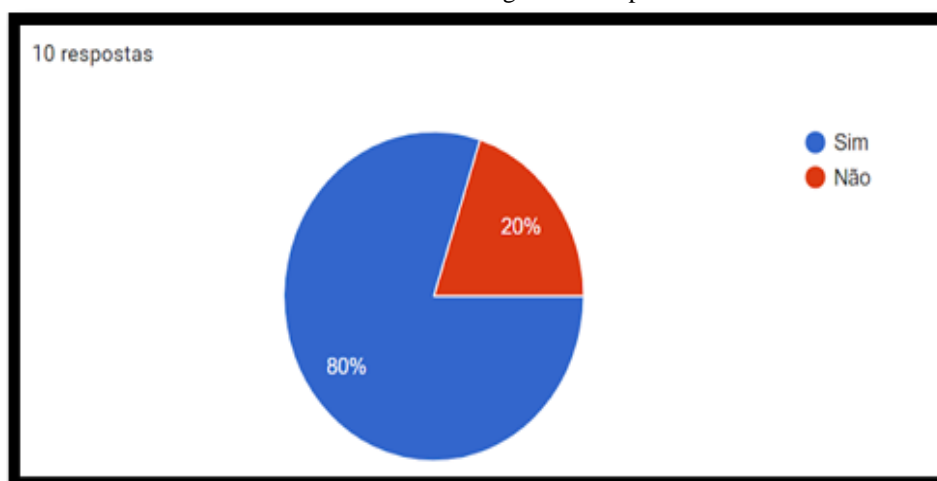
e os professores para tratar das adaptações necessárias. Já o acompanhamento pode ser feito tanto pela Unidade Acadêmica quanto pelo INCLUIR.

R2: Entramos em contato com o discente, seja por e-mail, telefone ou WhatsApp e levantamos junto ao estudante quais recursos ele já utiliza ou qual o nível suporte ele irá requisitar da instituição. A partir das demandas levantadas, iniciamos as ações para atender à solicitação do estudante.

Nessas duas respostas, percebemos a falta de um acompanhamento com ações e atividades mais específicas que visem ao desenvolvimento de potencialidades desse estudante, tais como um programa de enriquecimento curricular. Dessa forma, uma maneira de realizar o acompanhamento seria por meio de parcerias com centros e/ou núcleos especializados externos. Porém, quando perguntado sobre a existência dessas parcerias, todos disseram que não possuíam parceria com outras instituições ou núcleos. Isso mostra a necessidade de buscarmos parceiros que possam contribuir para o acompanhamento discente.

Por fim, a última pergunta do questionário teve a finalidade de entender a real necessidade de um documento, seja um guia, manual ou protocolo para direcionamento na identificação de discentes com indicadores de AH/SD. Das 10 respostas obtidas, 8 responderam que reconheciam essa necessidade e apenas 2 que não. Podemos observar as respostas representadas em percentual, conforme o Gráfico 4:

Gráfico 4 - Porcentagem das respostas



Elaborado pelo autor (2022)

Esse dado tornou-se relevante para a pesquisa, pois reforça a existência da necessidade de um protocolo para os Núcleos de Acessibilidade. Percebemos que a realidade observada no Núcleo de Acessibilidade da UFRA também se reflete em outras instituições de diferentes regiões brasileiras.

5.2 Instrumentos de identificação de AH/SD: o que existe?

Como parte do processo de pesquisa para elaboração do protocolo, foi realizado um levantamento de instrumentos de identificação de indicadores de AH/SD mais utilizados, com o objetivo de analisar e selecionar aqueles que pudessem contribuir para o produto em construção. Esse levantamento foi realizado na literatura, no estado da arte, nas secretarias de educação e em documentos orientadores do MEC.

No estado da arte, alguns dos instrumentos encontrados utilizados pelos pesquisadores foram: o Questionário para expressão de inteligência (QIEI) e o Protocolo de Anamnese do Núcleo de Estudos e Práticas em Altas Habilidades/Superdotação (NEPAHS), ambos elaborados pelo Programa de Evidências Globais de AH/S nas Universidades (PEGAHSUS) e o Inventário Pedagógico para Altas Habilidades/Superdotação (IPAHS) elaborado por Eliane Titon (2019) como produto educacional de mestrado.

Na literatura, encontramos instrumentos de autores que são referência no cenário nacional e internacional no processo de identificação, como os elaborados por Wechsler (1939), Renzulli e Reis (1986), Galbraith e Delisle (1996), Pérez (2016), Pérez e Freitas (2016) e Delou (2013). Esses instrumentos têm favorecido o impulsionamento da identificação de indicadores de AH/SD em crianças, jovens e adultos.

Entre os documentos do MEC, encontramos aqueles que tratam de orientações que abordam a identificação e atendimento e que subsidiam as ações dos sistemas de ensino. Já nas Secretarias de Educação, é possível encontrar procedimentos constituídos com base na literatura e documentos do MEC específicos para a educação básica. Esses documentos podem ser acessados nos sites oficiais desses órgãos.

Ressaltamos que em todas as formas de levantamentos realizados na pesquisa não foram encontrados protocolos que discriminam etapas de identificação direcionado aos discentes do ensino superior. No entanto, a pesquisa revelou que existem processos de identificação, contendo etapas e passos, realizados nas escolas de educação básica, que são elaborados por secretarias de educação em formato de documentos orientadores para conduzir o processo de identificação de discentes com indicadores de AH/SD no âmbito escolar.

Considerando esses documentos, foram escolhidos dois processos de identificação da educação básica para adaptação ao ensino superior. Um relacionado à organização das etapas, cujo documento selecionado foi da Secretaria de Educação de Campinas – SP, intitulado: Processo de identificação em Altas habilidades/superdotação nas unidades educacionais

(Campinas, 2019). O segundo foram os modelos de formulários encontrados na Secretaria de Educação de Brasília que serviram de base para os modelos de formulários do protocolo.

A seleção do documento da Secretaria de Educação de Campinas – SP foi pautada em dois aspectos: primeiro pela forma de sua organização e estrutura, dividido em 4 etapas e passos, com formulários e questionários bem definidos. O segundo aspecto considerado foi que a base teórica utilizada no processo é a concepção de superdotação de Renzulli (1986), teoria que embasa esta pesquisa.

Os documentos encontrados da Secretaria de Estado de Educação de Brasília apresentam instrumentos no formato de fichas, questionários e relatórios destinados para uso no processo de identificação de indicadores de AH/SD. Eles serviram de base para adaptações dos instrumentos pensados e que foram necessários para composição das etapas do protocolo.

Apresentamos abaixo, o Quadro 4, que contém a lista de instrumentos encontrados e analisados, com o objetivo de colaborar para a elaboração de um protocolo com etapas de identificação direcionado ao ensino superior.

Quadro 4 - Instrumentos encontrados nas pesquisas realizadas

INSTRUMENTOS	FONTE
Questionário para Expressão de Inteligência (QIEI)	Lima, Basso e Riechi (2018). Disponível em: https://conbrasd.org/wp-content/uploads/2021/08/ANAIS_VIII_ENCO_CONBRASD_2018.pdf
Protocolo de Anamnese NEPAHS	Lima, Basso e Riechi (2018). Disponível em: https://conbrasd.org/wp-content/uploads/2021/08/ANAIS_VIII_ENCO_CONBRASD_2018.pdf
Inventário Pedagógico para Altas Habilidades/Superdotação (IPAHS)	Titon (2019) Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/66307?show=full
Lista básica de indicadores de superdotação: parâmetros de observação em sala de aula	Delou (2013) Disponível em: https://paaahsd.uff.br/wp-content/uploads/sites/388/2021/02/LBISD_2015.pdf
Lista de características de Altas Habilidades/Superdotação	Galbraith e Delisle (1996) Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/altashab1.pdf
Escala de inteligência Wechsler para adultos (WICS III)	Wechsler (1939) Disponível em: https://www.scielo.br/j/prc/a/wdkf3mMnJRq3BShfqTmWdc/?format=pdf&lang=pt

Formulário de nomeação por colegas	Renzulli e Reis (1986). Disponível em: https://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial
Formulário de autonegação	Renzulli e Reis (1986). Disponível em: https://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial
Informativo Altas Habilidades ou superdotação	Ministério da Educação- MEC/Semesp/DDE. 2020 Autora: Cristina M. C. Delou (2020) Disponível em: www.gov.br
Processo de identificação em Altas habilidades/superdotação nas unidades educacionais	Secretaria Municipal de Educação de Campinas-SP (Campinas, 2019). Disponível em: https://educa.campinas.sp.gov.br/biblioteca
Ficha de indicação de Altas habilidades/superdotação; Questionário para família/diagnóstico inicial; Relatório de avaliação em Altas habilidades/superdotação; Ficha de acompanhamento individualizada do AEE	Secretaria de Estado de Educação de Brasília-DF (Brasília, 2021). Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/pedagogico-formularios/
Lista de Verificação de Indicadores de Altas Habilidades/Superdotação para o/a professor/a regente ou professor/a de disciplina (LIVIAHSD)	Pérez e Freitas (2016). Disponível em: Manual de identificação de Altas Habilidades/Superdotação (2016).
Lista de Verificação de Indicadores de Altas Habilidades/Superdotação – Área Artística (LIVIAHSD-AA)	Pérez e Freitas (2016). Disponível em: Manual de identificação de Altas Habilidades/Superdotação (2016).
Lista de Verificação de Indicadores de Altas Habilidades/Superdotação - Área Corporal Cinestésica (LIVIAHSD-ACC)	Pérez e Freitas (2016). Disponível em: Manual de identificação de Altas Habilidades/Superdotação (2016).
Questionário de Identificação de Indicadores de Altas Habilidades/Superdotação para o aluno/a do ensino fundamental e médio (QIIAHSD-A)	Pérez e Freitas (2016). Disponível em: Manual de identificação de Altas Habilidades/Superdotação (2016).
Questionário de Identificação de Indicadores de Altas Habilidades/Superdotação para os responsáveis de aluno/a do ensino fundamental, médio e superior (QIIAHSD-R)	Pérez e Freitas (2016). Disponível em: Manual de identificação de Altas Habilidades/Superdotação (2016).
Questionário de Identificação de Ide Altas Habilidades/Superdotação para o/a professor/a do ensino fundamental, médio e superior (QIIAHSD-Pr)	Pérez e Freitas (2016). Disponível em: Manual de identificação de Altas Habilidades/Superdotação (2016).

Questionário de Identificação de Indicadores de Altas Habilidades/Superdotação em Áreas Artísticas e Esportivas – Professores (QCCAE)	Pérez e Freitas (2016). Disponível em: Manual de identificação de Altas Habilidades/Superdotação (2016).
Questionário de Identificação de Indicadores de Altas Habilidades/Superdotação para Adultos (QIAHSD-Adultos)	Pérez e Freitas (2016). Disponível em: Manual de identificação de Altas Habilidades/Superdotação (2016).
Questionário de Identificação de Indicadores de Altas Habilidades/Superdotação para segunda fonte (QIAHSD-Adultos-2ª fonte)	Pérez e Freitas (2016). Disponível em: Manual de identificação de Altas Habilidades/Superdotação (2016).

Elaborado pelo autor (2023)

A análise dos instrumentos pesquisados foi importante no processo de ideação e amadurecimento do produto educacional. Conhecer os possíveis caminhos que levam a identificação de AH/SD possibilitou ampliar o entendimento desse processo dentro da pesquisa. Ressaltamos que os documentos selecionados (Processo de identificação em Altas habilidades/superdotação nas unidades educacionais/Secretaria Municipal de Educação de Campinas-SP e os instrumentos da Secretaria de Estado de Educação de Brasília-DF) para serem a base na elaboração do produto educacional foram fundamentais nesse processo.

5.3 PROAHS: Produto educacional de identificação de discentes com indicadores de Altas Habilidades/Superdotação no Ensino Superior

Para atender o propósito do produto educacional organizamos, inicialmente, as etapas do desenvolvimento do produto que estão delineadas da seguinte forma:

1. Seleção das teorias que embasam a identificação de discentes com indicadores de AH/SD;
2. Seleção dos instrumentos (formulários, questionários ou testes), que farão parte do protocolo;
3. Elaboração das etapas procedimentais;
4. Criação da identidade visual do protocolo;
5. Confecção do protocolo no formato PDF.

O produto educacional PROAHS está organizado da seguinte forma:

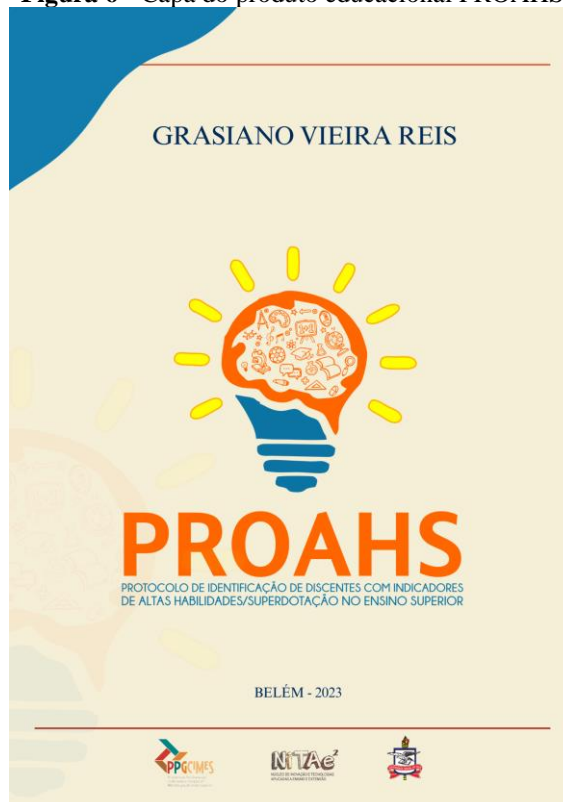
- Capa
- Ficha técnica
- Apresentação do autor

- Sumário
- Apresentação do produto
- O que é o Núcleo de Acessibilidade?
- Quem são as pessoas com Altas Habilidades ou Superdotação?
- A concepção de Superdotação segundo a Teoria dos Três Anéis de Renzulli.
- Modelo de protocolo de identificação de AH/SD para o ensino superior.
- Referências

a) A capa

A capa é composta pelas cores azul, laranja e creme. As cores foram escolhidas porque representam clareza, organização, confiança, tranquilidade e estão relacionadas à estimulação do pensamento criativo. A Figura 6 traz o modelo de capa proposta.

Figura 6 - Capa do produto educacional PROAHS



Elaborado pelo autor (2023)

Para compor a identidade visual do produto foi criada um logotipo que está no centro da capa. O logotipo tem o formato conforme a Figura 7:

Figura 7 - Logotipo do produto PROAHS



O logotipo é composto pelos seguintes elementos gráficos: o formato de uma lâmpada, que representa ideias e pensamentos, tendo em seu contorno traços na cor amarela para simbolizar a iluminação e a criatividade. Dentro da lâmpada há uma representação de diversos elementos gráficos, retratando as habilidades acadêmicas (específicas) e habilidades gerais. Abaixo, o título: PROAHS: Protocolo de identificação de discentes com indicadores de Altas Habilidades/Superdotação no ensino superior.

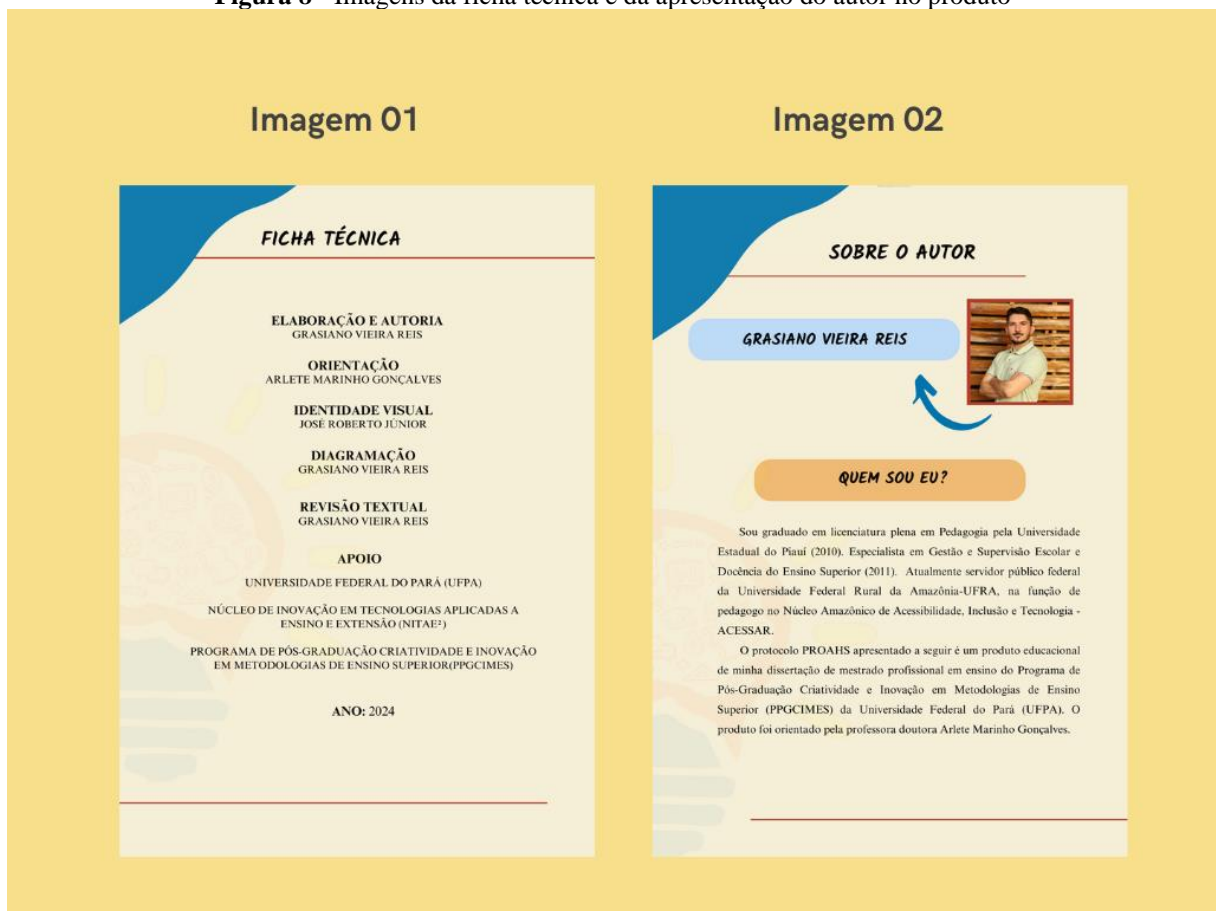
b) A ficha técnica

A folha da ficha técnica contém o nome do autor, da sua orientadora, e dos responsáveis pela identidade visual, diagramação e revisão textual. Também informa as instituições apoiadoras: Universidade Federal do Pará (UFPA), Núcleo de Inovação em Tecnologias Aplicadas a Ensino e Extensão (NITAE) e Programa de Pós-Graduação Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior (PPGCIMES). Na Figura 8, a imagem 01, mostra a configuração da página.

c) A apresentação do autor

Essa página está estruturada com um fundo de cor creme, contendo a marca d'água do logotipo do produto, centralizada à esquerda. Na parte superior, o nome do autor à esquerda e uma foto à direita. Em seguida, um pequeno texto com informações sobre o currículo acadêmico e profissional do autor. Na Figura 8, a imagem 02, mostra a estrutura da página.

Figura 8 - Imagens da ficha técnica e da apresentação do autor no produto



Elaborado pelo autor (2023)

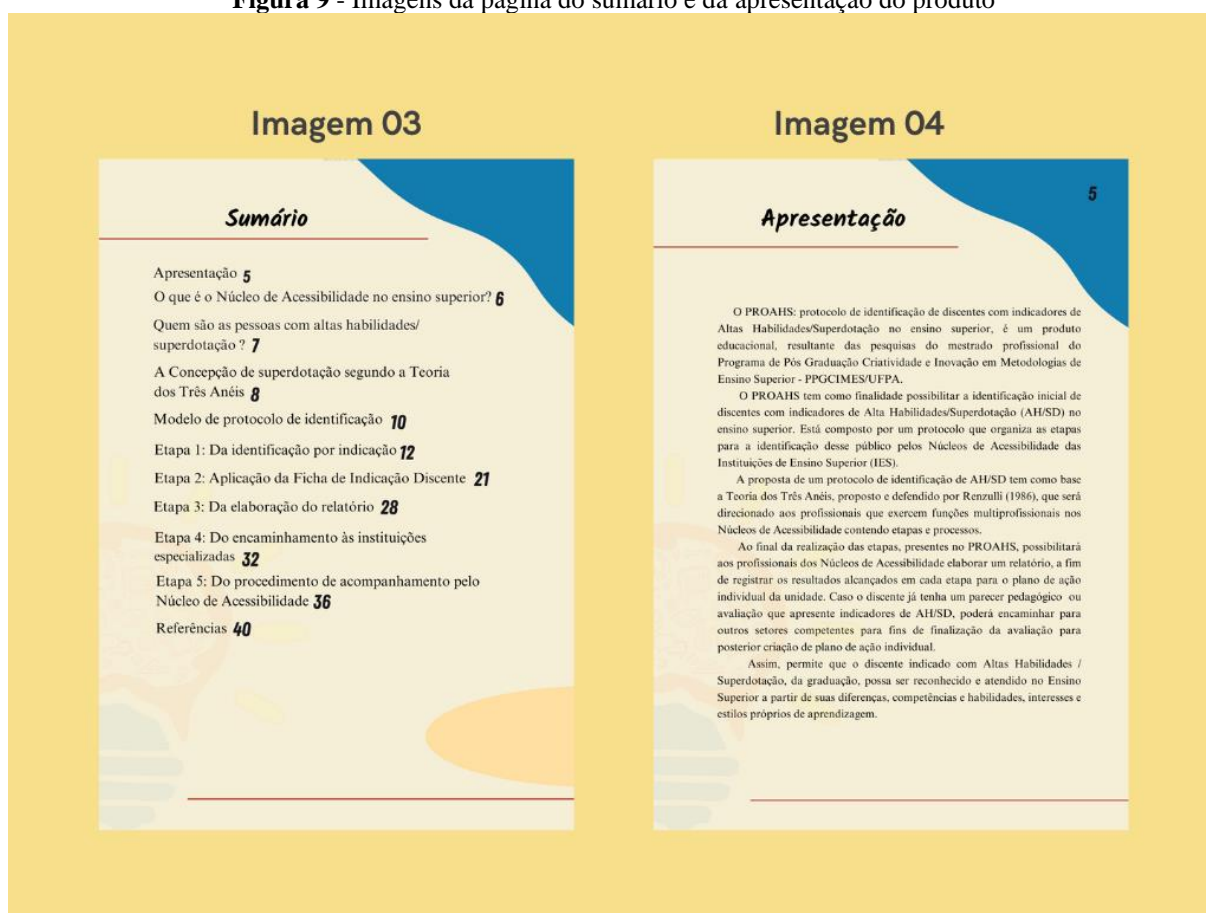
d) O sumário

O sumário está organizado contendo todas as partes que compõem o produto educacional que estão enumeradas de forma a facilitar a busca por uma página específica. Assim, o leitor poderá ter uma visão geral do conteúdo que irá encontrar no protocolo e como está organizado. Na Figura 9, na imagem 03, é possível observar como ficou organizada essa página.

e) Apresentação do produto

Essa página traz uma breve explicação sobre o que é o PROAHS, qual a sua finalidade, a base teórica utilizada, o público-alvo de aplicação e orientações aos profissionais que utilizarão o protocolo, referentes a sua organização e etapas. Na Figura 9, a imagem 04 traz a página de apresentação.

Figura 9 - Imagens da página do sumário e da apresentação do produto



Elaborado pelo autor (2023)

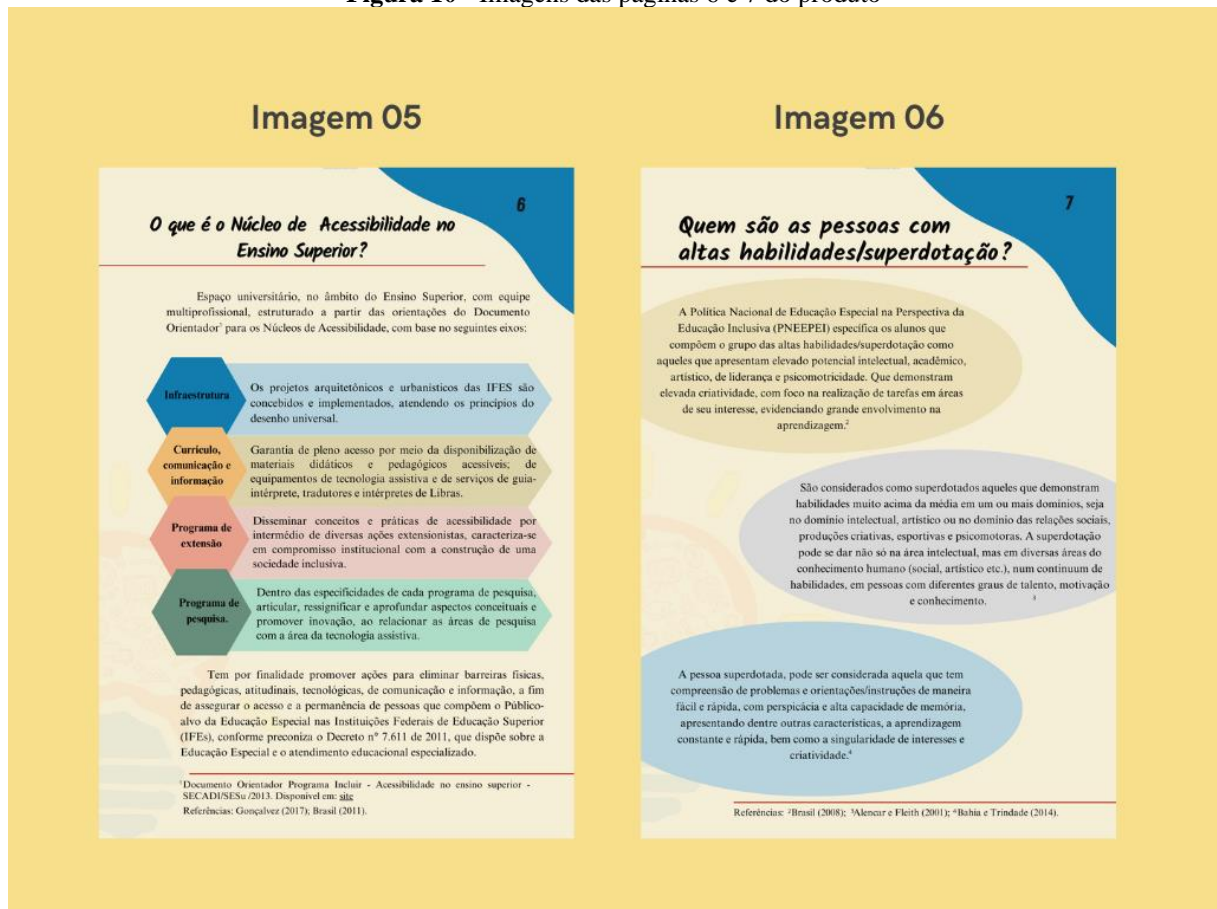
f) O que é o Núcleo de Acessibilidade no ensino superior?

Esse tópico tem por finalidade contextualizar o leitor acerca do que é o Núcleo de acessibilidade no ensino superior, sua estrutura a partir dos quatros eixos delineados na legislação e sua importância em promover ações que garantam a eliminação das mais diversas barreiras, possibilitando um espaço de inclusão das pessoas que compõem o público-alvo da educação especial. Na Figura 10, imagem 05, é possível observar como o tópico foi estruturado no protocolo.

g) Quem são as pessoas com Altas Habilidades/Superdotação?

Essa página foi elaborada com o objetivo de informar ao leitor quem é o público-alvo ao qual se destina o protocolo. O tópico traz alguns conceitos sobre quem são as pessoas com Altas Habilidades/Superdotação, elencados por alguns autores renomados e da própria definição que encontramos na legislação brasileira. A imagem 06 da Figura 10 apresenta essa página.

Figura 10 - Imagens das páginas 6 e 7 do produto

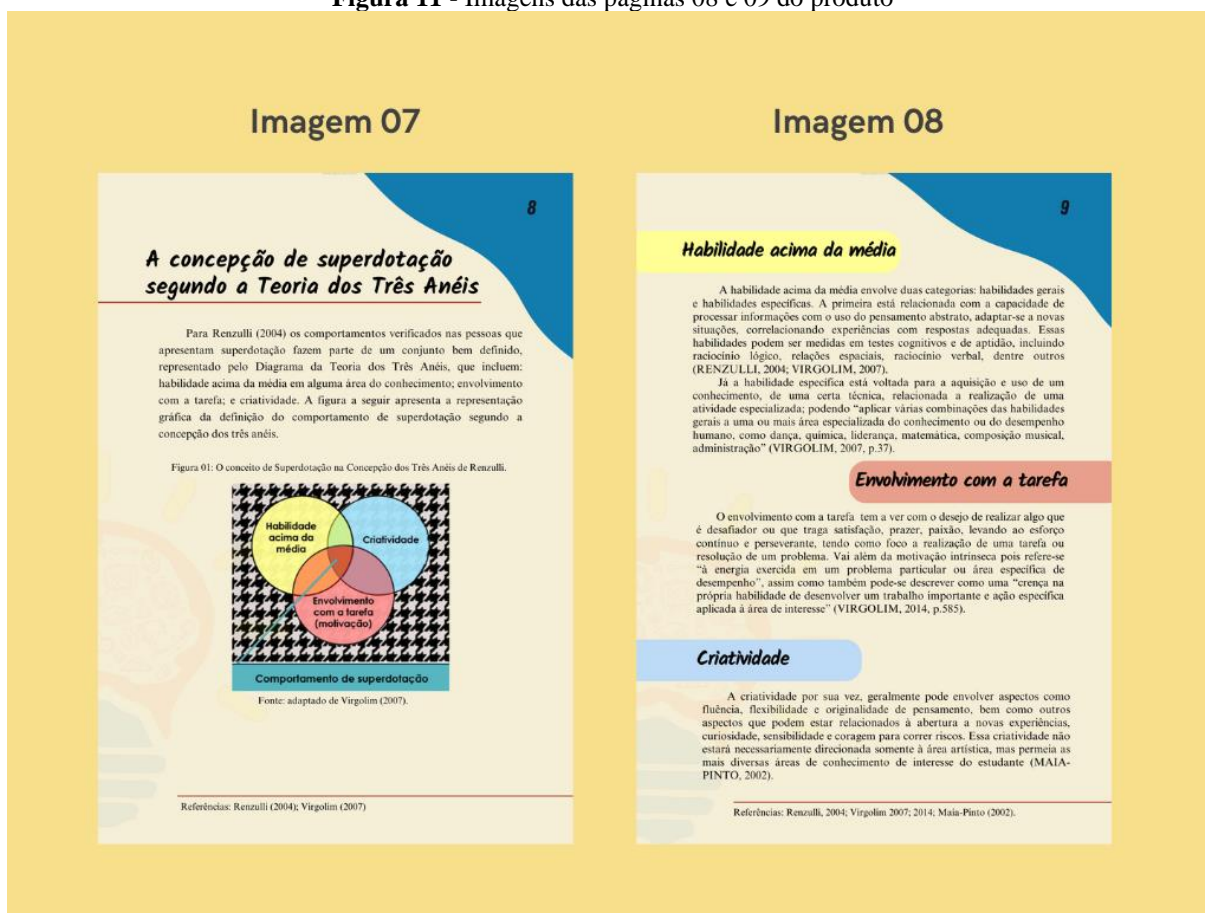


Elaborado pelo autor (2023)

h) A concepção de superdotação segundo a Teoria dos Três Anéis de Renzulli

As páginas 8 e 9 do produto trazem um pequeno resumo da Teoria dos Três Anéis de Renzulli (1986). Essas páginas possibilitam conhecer um pouco sobre a base teórica utilizada para a elaboração das etapas do protocolo. O objetivo desse tópico é possibilitar ao leitor o entendimento de como a teoria está estruturada em três fatores: habilidade acima da média, envolvimento com a tarefa e criatividade. A página 8 contém a figura com a apresentação dos três anéis em intersecção, que representam o conceito de Superdotação pela teoria. A página 9 contém um breve resumo de cada um dos fatores elencados na teoria. A forma como as páginas estão organizadas estão representadas nas imagens 7 e 8, da Figura 11.

Figura 11 - Imagens das páginas 08 e 09 do produto



Elaborado pelo autor (2023)

i) Modelo de protocolo de identificação

O modelo de protocolo de identificação inicia com um fluxograma das etapas organizadas para a aplicação do protocolo. O protocolo está constituído de 5 etapas, sendo que a etapa 1 está dividida em 4 passos. Cada etapa é composta pelas seguintes informações: a finalidade da etapa, os instrumentos que devem ser utilizados e as orientações para o desenvolvimento da etapa.

As etapas foram elaboradas de forma a seguirem uma ordem lógica de aplicação, o que significa que a conclusão de uma gera subsídios para a aplicação da seguinte. Os instrumentos indicados na etapa 1 estão baseados e/ou adaptados a partir dos seguintes instrumentos: Lista de características de Altas Habilidades/Superdotação (Galbraith e Delisle, 1996, com adaptações) e Formulário para nomeação por colegas (Renzulli; Reis, 1997). Além desses, também elaboramos instrumentos a partir da adaptação do material da Secretaria Municipal de Educação de Campinas/SP e da Secretaria de Educação de Brasília/DF.

Os instrumentos que compõem a etapa 2 (Ficha de Indicação Discente), a etapa 3 (Modelo de Relatório Discente de Identificação de Indicadores de Altas Habilidades

/Superdotação no Ensino Superior) e a etapa 5 (Modelo de plano de acompanhamento discente) foram elaborados a partir da adaptação do material da Secretaria de Educação de Brasília/DF. Já o instrumento da etapa 4 (Modelo de Ficha de Encaminhamento de Discente para Avaliação de Altas Habilidades /Superdotação) é de elaboração própria do autor.

Apresentamos a página com o fluxograma das etapas do protocolo na Figura 12.



Elaborado pelo autor (2023)

Para conhecer todas as etapas e instrumentos do produto educacional PROAHS: Protocolo de Identificação de Discentes com Indicadores de Altas Habilidades/Superdotação no Ensino Superior, na íntegra, acesse o produto no formato PDF por meio do [link](#) ou QR code a seguir.

Figura 13 - QR code para acesso ao produto educacional



Elaborado pelo autor (2023)

5.4 Resultado da validação do PROAHS

A validação tem um importante papel no processo de prototipagem de um produto, pois é o momento da busca de forma objetiva da comprovação do produto como útil ou não para o público pensado (Santos; Lima, 2021). Assim, a validação proporciona um processo contínuo de coleta de informações que vão consolidando a prototipagem, até resultar no produto final.

A validação do PROAHS ocorreu no período de 26 de outubro a 10 de novembro de 2023. Para o processo de validação convidamos 09 Núcleos de Acessibilidade das IFES da região Norte e a coordenação do NAAH/S do Estado do Pará. Para tanto, foi encaminhada, via *e-mail*, uma carta convite aos participantes (APÊNDICE C). A carta convite continha o *link* de acesso ao formulário *on-line* elaborado pelo *Google Forms*, composto do TCLE (APÊNDICE A) e do questionário de validação (APÊNDICE D), junto com o *link* para acesso ao produto educacional PROAHS. Tivemos o retorno de participação de 06 Núcleos de Acessibilidade (UFRA, UFPA, UNIFESSPA, UNIFAP, UFRR e UFT) e da coordenação do NAAH/S.

O questionário de validação foi estruturado em três blocos. O primeiro bloco, organizado com três perguntas, buscou identificar os participantes que aceitaram participar do processo de validação. O segundo bloco se refere à estrutura e organização do protocolo, composto de 12 afirmativas para avaliação. O bloco três direcionou a avaliação para os formulários elaborados para cada etapa do protocolo, com 10 afirmativas para análise e finalizou com um espaço para sugestões e comentários livre pelos participantes.

Bloco I – Identificação

As respostas ao bloco I apresentam o perfil dos participantes, com três perguntas, relacionadas aos seguintes aspectos: grau de escolaridade; experiência na educação especial; e a qual categoria pertence o participante (coordenador/profissional técnico do Núcleo de acessibilidade ou coordenador do NAAH/S). No Quadro 5, apresentamos um resumo da identificação dos participantes a partir de suas respostas.

Quadro 5 - Resumo das respostas do bloco I

Grau de escolaridade			
Superior completo	Especialização	Mestrado	Doutorado
	42,9%	42,9%	14,3%
Experiência na Educação Especial			
Sim		Não	
85,7%		14,3%	
Categoria			
Técnico do N.A	Coordenadores de N.A		Coordenadores NAAH/S
14,3%	71,4%		14,3%

Elaborado pelo autor (2023)

A identificação do perfil dos participantes ajudou a dar mais segurança ao processo de validação. Quanto à formação acadêmica, todos informaram ter pós-graduação. Três sinalizaram ter especialização (42,9%); outros três, mestrado (42,9%); e um, doutorado (14,3%). Em relação a experiência na educação especial, 85,7% afirmaram possuir experiência, o que corresponde a 06 respostas, do total de 07 participantes.

Já referente a categoria, apresentaram a distribuição de 71,4% como coordenadores do Núcleo de Acessibilidade, 14,3% técnico do Núcleo de Acessibilidade e 14,3% coordenadores de NAAH/S. Vale ressaltar que a porcentagem de 14,3%, que corresponde a uma resposta que informa ser técnico do Núcleo de acessibilidade, refere-se ao profissional da UFPA indicado pela coordenadora do Núcleo de acessibilidade dessa instituição, visto que a mesma, por ser orientadora desta pesquisa e estar envolvida no processo de elaboração do protocolo, preferiu indicar uma técnica com experiência na educação especial para realizar a avaliação.

Para conhecer melhor a formação profissional dos participantes, foi feito um levantamento sobre sua área de formação inicial, formação na área da educação especial e tempo de atuação na educação especial. O resultado mostrou que a formação inicial perpassa por áreas distintas na academia. No entanto, a formação da maioria (3 participantes) é em pedagogia. Todos informaram possuir alguma formação na área da educação especial, sendo a especialização em Educação Especial e Inclusiva comum a 3 participantes.

Em relação ao tempo de atuação na educação especial, o levantamento apontou uma média de 11 anos de atuação, sendo o maior, 21 anos e o menor, 1 ano. Vale ressaltar que essa experiência na educação especial abrange atuação também no ensino superior. No Quadro 6, apresentamos os dados coletados no levantamento realizado com cada participante da validação.

Quadro 6 - Perfil da formação acadêmica dos participantes

Formação acadêmica	Formação na área da educação especial	Tempo de atuação na Educação Especial
Pedagogia	Especialização em Educação Especial e Inclusiva; Especialização em Neuropsicopedagogia -avaliação.	15 anos no NAAH/S e 17 anos na Educação Especial.
Pedagogia; Especialização em Gestão Escolar; Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas.	Especialização em autismo (em formação).	Desde a graduação em 2005, há 18 anos.
Matemática; Engenharia de computação e tecnologia em processamento de dados.	Informática na educação especial; Mestrado e doutorado nas áreas de acessibilidade com foco no público-alvo da educação especial.	21 anos.
Biblioteconomia; Pedagogia.	Especialização em Educação Especial na perspectiva inclusiva.	8 anos de atuação na educação especial no ensino superior
Licenciatura em Educação Física; Bacharelado em Fisioterapia.	Especialização em Educação Especial e Inclusiva.	De forma mais efetiva há 4 anos.
Psicologia; Mestrado em Teoria e Pesquisa do Comportamento.	Psicopedagoga Clínica e Institucional; Especialização em ABA no TEA e DI; Aplicadora VB-MAP; Especialização em Neuropsicologia (em formação).	Há mais de 10 anos.
Serviço Social	Curso de capacitação.	Menos de 1 ano

Elaborado pelo autor (2023)

É importante lembrar que o Documento Orientador do Programa Incluir (Brasil, 2013) ressalta a importância da formação docente, visando romper com as práticas arcaicas de segregação das pessoas com deficiência. Para Pérez e Freitas (2011), a invisibilidade de

discentes com AH/SD também está relacionada à falta de formação acadêmica e docente. Assim, quanto mais formação na área da educação especial os profissionais de um Núcleo de Acessibilidade possuem, mais preparados estarão para dar visibilidade ao grupo dos discentes com AH/SD no ensino superior.

Bloco II – Da estrutura e organização

O bloco II buscou saber a avaliação dos participantes referente a estrutura e a organização do protocolo. Para tanto, foi utilizada a Escala de Likert, que possibilita a consolidação de resultados por meio de “atitudes de concordância” da ferramenta avaliada (Silva Júnior; Costa, 2014, p.2).

A Escala de Likert foi utilizada no processo de validação, de maneira que resultasse na avaliação dos participantes sobre os aspectos levantados nas afirmativas. Para cada afirmativa foi usada a seguinte escala de verificação: concordo plenamente; concordo parcialmente; não concordo nem discordo; discordo parcialmente e discordo plenamente. O grau de intensidade de concordância máxima é representado pelo concordo plenamente e o grau de intensidade de discordância máxima pelo discordo plenamente.

O bloco foi organizado com 12 (doze) afirmativas, conforme apresentado a seguir:

- 1 - A estrutura do protocolo é bem organizada.
 - 2 - A organização do protocolo é de fácil compreensão.
 - 3 - As cores são agradáveis.
 - 4 - O tamanho das letras permite uma boa leitura.
 - 5 - A fonte utilizada permite uma boa leitura.
 - 6 - As informações de forma geral são claras e de fácil entendimento.
 - 7 - A explicação da teoria utilizada está clara e de fácil entendimento.
 - 8 - O quantitativo de informações deixa a leitura cansativa.
 - 9 - O fluxograma das etapas é claro e de fácil entendimento.
 - 10 - Eu mudaria a organização das etapas.
 - 11 - O quantitativo de etapas do protocolo é adequado.
 - 12 - As orientações no início de cada etapa estão claras e de fácil entendimento.
- A consolidação das respostas obtidas pode ser observada no Quadro 7.

Quadro 7 - Consolidação das respostas do bloco II

Respostas do Bloco II - da estrutura e organização					
Afirmativas	Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo plenamente
A estrutura do protocolo é bem organizada.	100%				
A organização do protocolo é de fácil compreensão.	85,7%	14,3%			
As cores são agradáveis.	100%				
O tamanho das letras permite uma boa leitura.	100%				
A fonte utilizada permite uma boa leitura.	100%				
As informações de forma geral são claras e de fácil entendimento.	85,7%	14,3%			
A explicação da teoria utilizada está clara e de fácil entendimento.	85,7%	14,3%			
O quantitativo de informações deixa a leitura cansativa.		28,6%	14,3%	28,6%	28,6%
O fluxograma das etapas é claro e de fácil entendimento.	85,7%	14,3%			
Eu mudaria a organização das etapas.		14,3%		14,3%	71,4%
O quantitativo de etapas do protocolo é adequado.	71,4%		14,3%	14,3%	
As orientações no início de cada etapa estão claras e de fácil entendimento.	85,7%	14,3%			

Elaborado pelo autor (2023)

Para os avaliadores, a estrutura do protocolo está bem organizada, obtendo 100% de concordância nas respostas, assim como o tamanho da letra, a fonte e as cores utilizadas. Para 85,7% dos avaliadores, ou seja, seis, a organização, as informações, o fluxograma das etapas, a explicação da teoria e as orientações no início de cada etapa do protocolo estão claras e de fácil entendimento.

Em relação às etapas do protocolo, 71,4%, ou seja, 5 participantes, concordam plenamente que o quantitativo de etapas é adequado e não mudariam a organização das etapas. Esse resultado é relevante, haja vista que num processo de identificação existem várias possibilidades de organização das etapas e diferentes instrumentos. No entanto, é importante frisar que as etapas são possibilidades e podem ser usadas outras formas de obter informações no processo de identificação, considerando sempre a realidade na qual forem executadas (Pérez; Freitas, 2016).

Por fim, já em relação ao quantitativo de informações contidas no protocolo, isto é, se deixa a leitura cansativa, 28,6% concordam parcialmente que sim. Já os que discordam parcialmente e totalmente somaram 57,2%, o que corresponde a 4 respostas. Apenas um participante não concordou nem discordou em relação a essa questão.

Bloco III - dos formulários

O bloco III foi composto por afirmativas que analisavam os formulários elaborados e adaptados para serem utilizados no processo de aplicação do protocolo em cada etapa. Esse bloco também trouxe afirmativas que verificaram a intenção dos participantes em usar o protocolo na sua instituição. Além disso, deixou um espaço livre para sugestões e comentários de aprimoramento do protocolo. O bloco foi organizado com 12 (doze) afirmativas, conforme apresentado a seguir:

1 - A proposta do formulário da etapa 1 é adequada e pode ser realizada pelo Núcleo de Acessibilidade.

2 - A proposta do formulário da etapa 2 é adequada e pode ser realizada pelo Núcleo de Acessibilidade.

3 - A proposta do formulário da etapa 3 é adequada e pode ser realizada pelo Núcleo de Acessibilidade.

4 - A proposta do formulário da etapa 4 é adequada e pode ser realizada pelo Núcleo de Acessibilidade.

5 - A proposta do formulário da etapa 5 é adequada e pode ser realizada pelo Núcleo de Acessibilidade.

6 - Os formulários são didáticos e o passo a passo está com informações claras e precisas.

7 - Usaria o protocolo no Núcleo de Acessibilidade da minha universidade.

8 - Eu recomendaria o uso do Protocolo para outros setores da universidade.

9 - Como pessoa que faz parte do Núcleo de Acessibilidade me sinto segura para aplicar os formulários, se for necessário, em minha universidade.

10 - Me senti à vontade para responder as perguntas constantes neste formulário.

No Quadro 8, apresentamos a consolidação das respostas do bloco III.

Quadro 8 - Consolidação das respostas do bloco III

Respostas do Bloco III - dos formulários					
Afirmativas	Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo plenamente
A proposta do formulário da etapa 1 é adequada e pode ser realizada pelo Núcleo de Acessibilidade.	71,4%	14,3%	14,3%		
A proposta do formulário da etapa 2 é adequada e pode ser realizada pelo Núcleo de Acessibilidade.	71,4%	14,3%	14,3%		
A proposta do formulário da etapa 3 é adequada e pode ser realizada pelo Núcleo de Acessibilidade.	85,7%	14,3%			
A proposta do formulário da etapa 4 é adequada e pode ser realizada pelo Núcleo de Acessibilidade.	85,7%	14,3%			
A proposta do formulário da etapa 5 é adequada e pode ser realizada pelo Núcleo de Acessibilidade.	42,9%	42,9%	14,3%		
Os formulários são didáticos e o passo a passo está com informações claras e precisas.	85,7%	14,3%			

Usaria o protocolo no Núcleo de Acessibilidade da minha universidade.	71,4%	28,6%			
Eu recomendaria o uso do Protocolo para outros setores da universidade.	71,4%	28,6%			
Como pessoa que faz parte do Núcleo de Acessibilidade me sinto segura para aplicar os formulários, se for necessário, em minha universidade.	57,1%	28,6%	14,3%		
Me senti à vontade para responder as perguntas constantes neste formulário.	100%				

Elaborado pelo autor (2023)

Em relação às propostas de formulários da etapa 1 e 2, 71,4% concordam plenamente que está adequada e pode ser realizada pelo Núcleo de Acessibilidade, enquanto 14,3% concordam parcialmente. Já as propostas de formulários das etapas 3 e 4, para 85,7% dos avaliadores, estão plenamente adequadas e podem ser realizadas pelo Núcleo de Acessibilidade. Os outros 14,3% concordam parcialmente. Quanto à proposta de formulários da etapa 5, 42,9%, ou seja 3, concordam plenamente ser adequada e realizável, enquanto 42,9% concordam parcialmente, sendo que os demais, 14,3%, apenas um, não concorda nem discorda.

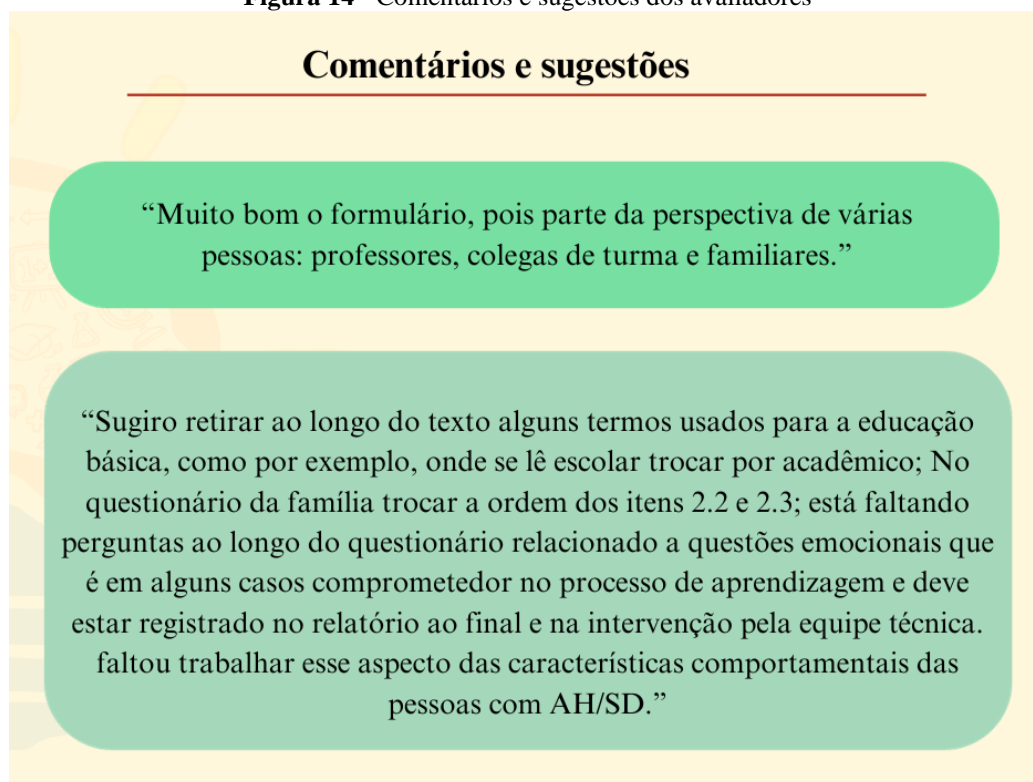
Quanto a afirmativa que os formulários são didáticos e o passo a passo está com informações claras e precisas, 85,7%, ou seja, 6 avaliadores concordaram plenamente e outros 14,3%, que corresponde apenas a uma resposta, concorda parcialmente. No que consiste ao uso ou recomendação de uso na sua instituição, todos concordam, sendo 71,4%, plenamente e 28,6%, parcialmente.

Referente a se sentirem seguros para aplicar os formulários na sua universidade, um total de 4 participantes, 57,1%, concordaram plenamente, enquanto outros 2, 28,6%, concordam parcialmente. Ainda tivemos um participante que não concorda nem discorda. Porém, cabe destacar que essa resposta foi dada pela coordenação do NAAH/S e considerando que o foco dessa instituição é a educação básica, esse resultado não trouxe impacto negativo para a avaliação.

Esse retorno é significativo para a pesquisa, haja vista que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), com a alteração dada pela Lei 13.234/2015 (Brasil, 2015a), destaca a importância de procedimentos para a identificação, que conduzam ao cadastramento e, conseqüentemente, ao atendimento dos discentes com AH/SD também na educação superior. Assim, este trabalho tem na sua finalidade ser uma alternativa de identificação nas instituições de ensino superior, em meio a carência de instrumentos direcionados a esse nível de ensino.

O bloco III finaliza com um espaço livre para sugestões e comentários de aprimoramento por parte dos avaliadores, mas não como resposta obrigatória. Assim, tivemos comentários e sugestões de dois avaliadores nesse item. Suas respostas estão transcritas na Figura 14.

Figura 14 - Comentários e sugestões dos avaliadores



Elaborado pelo autor (2023)

Conforme podemos observar nos comentários, algumas sugestões foram dadas para aprimoramento do protocolo. Assim, foram realizados ajustes, seguindo algumas dessas sugestões. O primeiro foi a substituição da palavra “escolar”, termo comumente usado na educação básica, por “acadêmico”, mais utilizado no ensino superior, mantendo o termo “escolar” apenas quando se refere ao resgate histórico do discente na educação básica.

No questionário da família foi realizada a inversão da ordem dos itens 2.2 e 2.3, de acordo com sugestão dada. Ainda nesse questionário, foi recomendado incluir perguntas relacionadas a questões emocionais. Nesse sentido, ajustamos a pergunta 5.1 do questionário da família para atender a essa sugestão. Quanto ao aspecto proposto, de trabalhar as características comportamentais das pessoas com AH/SD, entendemos que isso poderá ocorrer de forma mais adequada e profunda, após esse primeiro momento de identificação na continuidade do processo de avaliação.

Ressaltamos que com esse protocolo, buscamos a identificação inicial de indicadores de comportamentos de AH/SD, contendo etapas definidas para esse propósito. Mas, com os resultados obtidos após a sua aplicação, outros protocolos e diretrizes podem ser executados na continuidade de acompanhamento desse discente identificado.

Por fim, o resultado da validação apontou, na sua maioria, mais pontos positivos do que negativos. Ficou evidente que o protocolo está bem organizado e que suas etapas têm potencial de contribuir para a identificação de indicadores de AH/SD no ensino superior, por Núcleos de Acessibilidade. Mostrou também a necessidade de avanços no conteúdo dos instrumentos para a identificação, que contemplasse as características comportamentais e os aspectos emocionais das pessoas com AH/SD, como parte do processo de identificação. Sobre essas possibilidades adicionais, podem ser pensadas em parceria com outras unidades acadêmicas, como a da Psicologia, por exemplo.

Destacamos mais uma vez que este trabalho faz um recorte de possibilidade de identificação de indicadores de AH/SD no ensino superior, que neste caso, foi por Núcleos de Acessibilidade, pelo fato do pesquisador fazer parte de um núcleo e por entendermos que esses espaços podem avançar para ações mais concretas para o público da educação especial nesse nível de ensino, mas, não significa dizer que é somente nesses espaços que deve ocorrer o protocolo de indicadores, mas sim, por outras unidades acadêmicas das universidades.



**UMA PAUSA NA NOSSA JORNADA:
REFLEXÕES FINAIS!**

6 UMA PAUSA NA NOSSA JORNADA: REFLEXÕES FINAIS!

Chegamos à conclusão de mais uma etapa da nossa jornada acadêmica. Essa jornada foi impulsionada principalmente pelas inquietações oriundas do nosso ambiente de trabalho. Como destacamos na introdução desta dissertação, a atuação profissional no Núcleo de Acessibilidade da UFRA revelou a ausência de identificação e acompanhamento de discentes com altas habilidades/superdotação pela UFRA, pois não há protocolos para o ensino superior, apenas para a educação básica.

Como esse público ingressa na universidade por meio da ampla concorrência, podem passar despercebidos pela academia, uma vez que não há cadastro no ingresso, em sua maioria. Considerando também o mito de que pessoas com altas habilidades/superdotação são boas em tudo e não necessitam de suporte, muitos discentes superdotados acabam não recebendo o necessário acompanhamento ou suplementação, nem políticas de inclusão na universidade para esse público ou ações mais concretas, gerando dificuldades na sua vida acadêmica.

Isso nos levou à questão norteadora desta pesquisa, que foi: como constituir etapas em um protocolo para a identificação de discentes com indicadores de Altas Habilidades/Superdotação no ensino superior pelos Núcleos de Acessibilidade? Com essa questão em mente, estabelecemos como objetivo geral desenvolver um protocolo que possa contribuir com a identificação de discentes com indicativo de altas habilidades/superdotação pelos Núcleos de Acessibilidade no ensino superior, que poderá, futuramente, gerar o cadastro desse público nas IES.

Para atingir esse objetivo geral, foram elencados objetivos específicos, começando com o levantamento de pesquisas relacionadas a protocolos utilizados por universidades que possuem núcleos/coordenadorias/assessorias de acessibilidade para identificar discentes com AH/SD. Esse objetivo conduziu ao estado do conhecimento, que possibilitou encontrar pesquisas brasileiras que evidenciaram a carência de instrumentos de identificação para o ensino superior.

Em seguida, confirmamos a necessidade dos Núcleos de Acessibilidade de terem um protocolo que direcione a identificação de estudantes com AH/SD, com um levantamento feito junto aos Núcleos de Acessibilidade das IFES. Das 10 instituições participantes, 8 confirmaram a necessidade de um protocolo, indicando um caminho promissor para a pesquisa, com grande potencial de usabilidade pelas instituições.

A elaboração desse produto passou pela seleção de formulários e instrumentos de identificação que pudessem contribuir com a constituição de etapas em um protocolo para o

ensino superior. Nesse momento, nos deparamos com a dificuldade de encontrar instrumentos direcionados ao ensino superior, haja vista os achados sempre estarem relacionados à educação básica. Assim, foi necessário usar a criatividade e inovação, buscando constituir as etapas usando como base e adaptando os instrumentos selecionados da educação básica.

Foi assim que chegamos ao produto educacional “PROAHS: Protocolo de identificação de discentes com indicadores de altas habilidades/superdotação no ensino superior”, apresentado nesta dissertação. O processo de elaboração foi realizado com muita responsabilidade e compromisso em todas as fases executadas. Contou com a participação de diversos personagens que direta e indiretamente contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

Cabe ressaltar alguns momentos dessa jornada que foram essenciais, como as disciplinas cursadas durante o mestrado, que ampliaram o entendimento sobre temas importantes da educação, especialmente sobre ensino, aprendizagem e produto educacional, além de proporcionarem uma visão holística sobre criatividade e inovação, conhecimento que possibilitou a inovação de um produto educacional para o ensino superior.

O estágio supervisionado, momento enriquecedor para o produto, proporcionou a vivência com profissionais com experiência na identificação de discentes com indicadores de AH/SD e o seu acompanhamento. Embora no âmbito da educação básica, essa experiência enriqueceu as tomadas de decisões na constituição e organização das etapas do produto.

O PROAHS passou pelo processo de validação, como proposto em um dos objetivos específicos. Nesse processo, coordenadores e profissionais dos Núcleos de Acessibilidade da Região Norte, junto com a coordenação do NAAH/S do Pará, avaliaram o protocolo. Essa avaliação foi positiva, apresentando resultados significativos, como a concordância de 71,4%, ou seja, 5 participantes dos 7 que avaliaram, de que o quantitativo e a ordem das etapas são adequados para a identificação. Isso revelou que mesmo com as dificuldades encontradas nessa jornada, a questão norteadora nos direcionou para o caminho certo.

A validação também contribuiu para que nosso objetivo geral foi alcançado. O uso do protocolo foi pensado para a utilização pelas instituições de ensino superior, sobretudo, os Núcleos de Acessibilidade. Na validação, 100% dos participantes informaram que usariam ou recomendariam a utilização nas suas respectivas instituições. Isso mostra que como instrumento de ponto de partida na identificação inicial, o PROAHS tem um grande potencial de usabilidade, proporcionando possibilidades de avanço da instituição no processo de identificação e, conseqüentemente, acompanhamento desses discentes.

A validação evidenciou também a necessidade de avanços no conteúdo dos instrumentos para a identificação, por exemplo, quando apontou a necessidade de trabalhar as características comportamentais e os aspectos emocionais das pessoas com AH/SD, como parte do processo de identificação. Vale ressaltar que, buscamos com essa pesquisa proporcionar às instituições de ensino superior um documento inicial que não se encerra aqui, podendo ser ressignificado e adaptado às diferentes realidades, contemplando os aspectos que podem ter ficado pendentes, por tratar-se de um protocolo inicial.

É importante ressaltar que, nessa pesquisa tivemos como foco o Núcleo de Acessibilidade como espaço para identificação desse público, visto que a pesquisa realizada junto aos Núcleos de Acessibilidade mostrou que é nesse espaço que comumente as instituições de ensino superior têm buscado propostas para trabalhar com esses discentes. No entanto, o protocolo pode ser utilizado por quaisquer setores da universidade que tenham na sua proposição o trabalho com AH/SD.

Com esse protocolo, temos a finalidade de dar visibilidade aos discentes com altas habilidades/superdotação que estão nos espaços universitários e que podem, pela ausência de suporte, abandonarem a academia. Trata-se de uma alternativa viável para os profissionais dos Núcleos de Acessibilidade trabalharem a identificação inicial e, conseqüentemente, buscar formas de atendimento que potencializam as habilidades apresentadas.

Entendemos também que o Protocolo PROAHS tem o potencial de provocar maiores debates na área de Altas Habilidades/Superdotação no espaço universitário. Esse debate pode iniciar com ações que envolvam a disseminação de informações corretas, por meio de formações para docentes e técnicos educacionais, haja vista que esses profissionais estão envolvidos no processo de identificação. Além disso, ainda pode contribuir para desmistificar os mitos que ainda pairam sobre as Altas Habilidades/Superdotação.

O Protocolo PROAHS estará disponibilizado no site do [repositório](#) do Programa de Pós-Graduação em Criatividade e Inovação em Metodologias do Ensino Superior (PPGCIMES) para acesso e compartilhamento. Desejamos que o uso do protocolo seja mais uma ferramenta de auxílio aos profissionais da educação e que seja um dos passos que visa garantir o direito ao atendimento educacional aos discentes com altas habilidades/superdotação no ensino superior.

Assim, encerramos nossa jornada acadêmica no mestrado. O mestrado profissional do PPGCIMES proporcionou uma vivência rica de estudos, conhecimentos e companheirismo adquiridos nas orientações, nas disciplinas, nas atividades acadêmicas, nos cursos e nos eventos frequentados no percurso dessa jornada. Encerramos com o desejo de que mais estudos na área

das altas habilidades/superdotação avancem, especialmente, direcionados ao adulto no ensino superior no espaço universitário e que suas habilidades sejam visíveis e valorizadas.

Houve uma pausa aqui, mas não o fim, pois essa pesquisa/produto pode dar continuidade no Doutorado, em grupos de pesquisa ou em ações adicionais para esse público pelo Núcleo de Acessibilidade da UFRA.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. M. L. S. Características socioemocionais do superdotado: questões atuais. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 371-378. 2007.
- ALENCAR, E. M. L. S.; FLEITH, D. S. **Superdotados: Determinantes, educação e ajustamento**. 2 ed. São Paulo: EPU, 2001.
- ALMEIDA, Alexandre Trindade de. **Conhecimentos sobre Altas Habilidades/Superdotação na formação inicial de educadores musicais**. 2020. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.
- AMABILE, T. M. Componential theory of creativity. **Harvard Business School Working Paper**, [S. l.], n. 12-096, 2012.
- BACELLAR, G. T. B. S. B. **Experiência de Estudantes com Altas Habilidades/Superdotação nas Graduações em Saúde: orientações para a construção de Protocolo Institucional de Inclusão**. 2021. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ensino nas Ciências da Saúde) - Faculdade Pequeno Príncipe, Curitiba, 2021.
- BAHIA, S.; TRINDADE, J. P. A importância da cooperação na sobredotação. *In*: PISKE, F.H. *et al.* (eds.). **Altas habilidades/Superdotação (AH/SD): Criatividade e emoção**. Curitiba: Juruá Editora, 2014, p. 113-124.
- BASSO, E. *et al.* Identificação de estudantes com altas habilidades/ superdotação no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 26, n. 3, p. 453-464, 2020.
- BONINI, L. A.; SBRAGIA, R. O modelo de design thinking como indutor da inovação nas empresas: um estudo empírico. **Revista de Gestão e Projetos**, São Paulo, v. 2, n. 1, 2011.
- BRASIL. **Documento orientador Programa Incluir – Acessibilidade no Ensino Superior**. Brasília: [SECADI/SISu], 2013. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/sesu/pdf/documento_orientador_programa_incluir.pdf. Acesso em: 25 jul. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior**. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação. **Documento Orientador: Execução da ação**. Brasília: NAAH/S, 2006.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 16 set. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm. Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n° 13.234, de 29 de dezembro de 2015**. Altera a Lei n o 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação. Brasília: Presidência da República, 2015a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113234.htm. Acesso em: 25 nov. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n° 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n° 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em 01 set. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm . Acesso em: 22 jul. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n° 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 jul. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 22 jul. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: [Ministério da Educação], 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial n. 555, 2007.

BRASÍLIA. Secretaria de Estado da Educação. Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral. **Atendimento educacional especializado ao estudante com altas habilidades/ superdotação**. Brasília: SEE/DF, 2021. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/pedagogico-formularios/>. Acesso em: 21 dez. de 2022.

BROWN, T. **Design Thinking**: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CABRAL, L. S. A.; MELO, F. R. L. V. Entre a normatização e a legitimação do acesso, participação e formação do público-alvo da educação especial em instituições de ensino superior brasileiras. **Educar em Revista**, Curitiba, n. especial 3, p. 55-70, 2017.

CAMPINAS. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria de Educação Básica. **Orientações**: Processo de identificação em Altas Habilidades/superdotação nas unidades educacionais. Campinas: SME/CEB, 2019. Disponível em: <https://educa.campinas.sp.gov.br/biblioteca>. Acesso em: 21 dez. 2022.

CARDON, E. C.; LEONARD, S. Unleashing design: planning and the art of battle command. **Military Review**, [S. l.], v. 90, n. 2, p.29-39, mar. 2010.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. Implications of a systems perspective for the study of creativity. In: STERNBERG, R. J. (ed.). **Hand book of creativity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 313-335.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Unesco, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2022.

DELOU, C. M. C. **Lista base de indicadores de superdotação**: parâmetros para observação de alunos em sala de aula. [S. l. : s. n.], 2013.

DELOU, C. M. C. **Informativo Altas Habilidades ou Superdotação**. Brasília: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: www.gov.br/mec/pt-br/acessoinformacao/institucional/secretarias/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao/CRISTINAINFORMATIVOAgosto29082022ESTE.pdf. Acesso em: 22 set. 2022.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Saúde. Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde. Comissão Permanente de Protocolos de Atenção à Saúde. **Segurança do paciente**: identificação do usuário. Brasília: Comissão Permanente de Protocolos de Atenção à Saúde, 2019.

FARIAS, M. S. F. **Design Thinking na elaboração de um produto educacional**: Roteiro de Aprendizagem: estruturação e orientações. 2019. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ensino Tecnológico) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Manaus, 2019.

FLEITH, D. de S.; ALENCAR, E. M. L. S (orgs.) **Desenvolvimento de talento e Altas Habilidades**: orientação a pais e professores. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GALBRAITH, J.; DELISLE, J. **The gifted kid's survival guide**: a teen handbook. Minneapolis, MN: Free Spirit Publishing, 1996.

GAMA, M. C. S. **Educação de Superdotados: Teoria e Prática.** São Paulo: EPU, 2006.

GARDNER, H. **Estruturas da Mente: A Teoria das Inteligências Múltiplas.** Tradução: Sandra Costa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, A. M. (org.). **Núcleo de acessibilidade no ensino superior: práticas inclusivas com alunos com deficiência e transtornos funcionais específicos.** Curitiba: Editora CRV, 2017.

GONÇALVES, A. S. F. V. **Altas Habilidades ou superdotação: implicações na prática docente.** 2018. 202 f. Dissertação (Mestrado em Diversidade e Inclusão) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

GONÇALVES, P.; STOLTZ, T. **Altas habilidades ou superdotação: teorias, identificação, avaliação e atendimento na escola e na família.** Curitiba: Juruá, 2022.

GUENTHER, Z.C. **Capacidade e talento: um programa para a escola.** São Paulo: EPU, 2006. 120 p.

JANUZZI, G. S. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. 224 p.

LANDAU, E. **A coragem de ser superdotado.** São Paulo: Arte e Ciência, 2002.

LIMA, M. A.; BASSO, E.; RIECHI, T. I. J. S. Autoconcepção de altas habilidades/superdotação em estudantes universitários com expressão de inteligência muito acima da média. *In: ENCONTRO NACIONAL DO CONBRASD*, 8., 2018, Campo Grande. **Anais [...].** Campo Grande: ConBraSD, 2018. p. 84-92. Disponível em: https://conbrasd.org/wp-content/uploads/2021/08/ANAIS_VIII_ENCO_CONBRASD_2018.pdf. Acesso em: 18 jun. 2022.

MAIA-PINTO, R. R. **Avaliação das práticas educacionais implementadas em um programa de atendimento a alunos superdotados e talentosos.** 2002. 153 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília - DF, 2002.

MAIA-PINTO, R. R.; FLEITH, D. S. Avaliação das práticas educacionais de um programa de atendimento a alunos superdotados e talentosos. **Psicologia Escolar e Educacional**, [S. L.], v. 8, n. 1, p. 55-66, 2004.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 231 p.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, São Carlos, v. 22, n. 57, p. 93-109, 2010.

MORÁN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. *In*: SOUZA, C. A.; MORALES, O. E. T. (orgs.). **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens**. Ponta Grossa: UEPG/PROEX, 2015. (Coleção Mídias Contemporâneas, 2). Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wpcontent/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf. Acesso em: 18 nov. 2022.

NEVES-PEREIRA, M. S.; ALENCAR, E. M. L. S. A Educação no século XXI e o seu papel na promoção da criatividade. **Revista Psicologia e Educação On-Line**, [S. l.]: v. 1, n. 1, p. 1-10, 2018. Disponível em: <http://psicologiaeducacao.ubi.pt/Ficheiros/ArtigosOnLine/2018N1/V1N1online/1.%20V1N1online2018.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

OLIVEIRA, A. P. S. **Identificação de altas capacidades em estudantes estrangeiros do Ensino superior**. 2020. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

PÉREZ, S. G. P. B. A Identificação das Altas Habilidades sob uma Perspectiva Multidimensional. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 22, n. 35, p. 299-328, 2009.

PÉREZ, S. G. P. B. Mitos e crenças as pessoas com Altas Habilidades: alguns aspectos que dificultam o seu atendimento. **Cadernos de Educação Especial**, Santa Maria, RS, n. 22, 2003, p. 45-59.

PÉREZ, S. G. P. B. **Ser ou não ser, eis a questão**: o processo de construção da identidade da Pessoa com Altas Habilidades/Superdotação adulta. 2008. 229 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PÉREZ, S. G. P. B.; FREITAS, S. N. Encaminhamentos pedagógicos com alunos com Altas Habilidades/ Superdotação na Educação Básica: o cenário brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 41, p. 109-124, 2011.

PÉREZ, S. G. P. B.; FREITAS, S. N. **Manual de identificação de altas habilidades/superdotação**. Guarapuava: Apprehendere, 2016. 121 p.

PISKE, F. H. R. **Altas habilidades/superdotação (AH/SD): identificação, mitos e atendimento**. Curitiba: Juruá, 2021. 100 p.

PLETSCH, M. D.; MELO, F. R. L. V.. Estrutura e funcionamento dos núcleos de acessibilidade nas universidades federais da região sudeste. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S. L.], v. 12, n. 3, p. 610-1627, 2017.

RENZULLI, J. S. O Que é Esta Coisa Chamada Superdotação, e como a Desenvolvemos? Uma Retrospectiva de Vinte e Cinco Anos. **Educação**, Porto Alegre, ano XXVII, v. 1, n. 52, p. 75-131, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/papah/o-que-e-esta-coisa-chamada-superdotacao.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

RENZULLI, J. S.; REIS, S. M. The Enrichment Triad/ Revolving Door Model: A schoolwide plan for the development of creative productivity. *In: Renzulli, J. S. (org.). **Systems and models for developing programs for the gifted and talented.*** Mansfield Center, CT: Creative Learning Press, 1986, p. 216-266.

RENZULLI, J.S.; REIS, S. **The schoolwide enrichment model:** a how-to guide for education excellence. Mansfield Center: Creative learning, 1997.

RHODES, Mel. An analysis of creativity. **The Phi Delta Kappan**, [S. l.], v. 42, n. 7, p. 305-310, 1961.

ROCHA, J. Design Thinking na formação de professores: novos olhares para os desafios da educação. *In: BACICH, L.; MORAN, J. (orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora:*** uma abordagem Teórico prática. Porto Alegre: Penso, 2018, p. 284-318.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

ROMANOWSKI, J. P. **As licenciaturas no Brasil:** um balanço das teses e dissertações dos anos 90. 2002, 147 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SABATELLA, M. L. P. **Talento e superdotação:** problema ou solução. Curitiba: Intersaberes, 2013. 233 p.

SÁNCHEZ, M. D. P.; AVILÉS, R. M. H. Funciones del psicopedagogo en la evaluación a la diversidad del superdotado. *In: SÁNCHEZ, M.D.P.; Costa, J.L.C. (orgs.). **Los superdotados:*** esos alumnos excepcionales. Málaga: Aljibe, 2000, p. 1-23.

SANTOS, J. E.; LIMA, A. S. T. Elaboração, aplicação, avaliação e validação do produto educacional: cartilha ambiental – resíduos sólidos no contexto da educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 2, n. 21, p. e11149, 2021.

SILVA JUNIOR, S. D.; COSTA, F. J. Mensuração e escalas de verificação: uma análise comparativa das escalas de likert e phrase completion. *In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO*, 17., 2014, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2014. p.2177-3866.

STERNBERG, Robert J. Implicit theories of intelligence as exemplar stories of success: Why intelligence test validity is in the eye of the beholder. **Psychology, Public Policy, and Law**, New York, v. 6, n. 1, p. 159-167, 2000.

TENTES, V. T. A.; FLEITH, D. S.; ALMEIDA, L. S. Novos paradigmas para a educação dos superdotados: a questão dos estudantes underachievers e com dupla excepcionalidade. *In: **PSICOLOGIA dos processos de desenvolvimento humano:*** cultura e educação. Braga, Portugal: Alínea, 2016. cap. 7, p. 137-155. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/50154>. Acesso em: 4 set. 2023. -

TITON, Eliane Regina. **Estudantes com Altas Habilidades/Superdotação na Universidade: análise de itinerários pedagógicos**. 2019. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

VIANNA, M. *et al.* **Design thinking: inovação em negócios**. Rio de Janeiro: MJV Press, 2012.

VILARINHO-REZENDE, D.; FLEITH, D. S.; ALENCAR, E. M. L. S. Desafios no diagnóstico de dupla excepcionalidade: um estudo de caso. **Revista de Psicologia**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 61-84, 2016.

VILELA, R. A. T. O lugar da abordagem qualitativa na pesquisa educacional: retrospectiva e tendências atuais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 431-466, 2003.

VIRGOLIM, A. M. R. A contribuição dos instrumentos de investigação de Joseph Renzulli para a identificação de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 27, n. 50, p. 581-610, 2014.

VIRGOLIM, A. M. R. **Altas habilidade/superdotação: encorajando potenciais**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

VIRGOLIM, A. M. R. O indivíduo superdotado: História, concepção e identificação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 173-183, 1997.

WECHSLER, D. **The measurement of adult intelligence**. [S. l.]: Williams & Wilkins Co, 1939.

APÊNDICE A - FORMULÁRIO DA PESQUISA COM NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE DO BRASIL (VIA E-MAIL)

27/02/2023, 21:35

Identificação de estudantes com AH/SD realizado pelos Núcleos de acessibilidade nas IFES

Identificação de estudantes com AH/SD realizado pelos Núcleos de acessibilidade nas IFES

O Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal Rural da Amazônia- Ufra, está buscando identificar alunos com altas habilidades/superdotação na universidade, para que possamos realizar o acompanhamento desse público.

Assim, gostaríamos de contar com a sua colaboração em compartilhar informações da sua universidade ou núcleo de acessibilidade respondendo as questões abaixo.

Desde já agradecemos a sua colaboração!

***Obrigatório**

1. Nome da Instituição de Ensino Superior: *

2. Setor responsável pela ações de inclusão e acessibilidade na IES: *

3. O Núcleo de acessibilidade de sua Instituição possui estudantes com altas habilidades identificadas? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

4. O Núcleo de acessibilidade faz parte do processo de identificação de estudantes com AH/SD pela sua Instituição? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

27/02/2023, 21:35

Identificação de estudantes com AH/SD realizado pelos Núcleos de acessibilidade nas IFES

5. Há algum guia, manual, formulário ou protocolo que o Núcleo ou a Universidade utiliza para orientar essa identificação no ensino superior? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

6. Caso haja um guia, manual, formulário ou protocolo, esse documento está publicizado? Qual o link de acesso?

7. Descreva brevemente de que forma esses estudantes são identificados pela sua Instituição? *

8. Qual o fluxo de atendimento usado no acompanhamento dos estudantes com altas habilidades/superdotação? *

27/02/2023, 21:35

Identificação de estudantes com AH/SD realizado pelos Núcleos de acessibilidade nas IFES

9. Existem parcerias com centros e/ou núcleos externos especializados (exemplo *
NAAHS) para esse acompanhamento?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

10. O núcleo de acessibilidade ou a universidade reconhece a necessidade de um *
documento (guia, manual, protocolo) para direcionamento na identificação de
alunos com AH/SD?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS A ENSINO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO
EM METODOLOGIAS DE ENSINO SUPERIOR
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO

Pesquisa de Proposta de Mestrado

A pesquisa faz parte da proposta de dissertação de mestrado do Programa de Pós- Graduação Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior (PPGCIMES) da linha de pesquisa Criatividade e Inovação em Processos e Produtos Educacionais (CIPPE) da UFPA.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este instrumento de pesquisa sob a temática PROAHS: Protocolo de Identificação de Discentes com Indicadores de Altas Habilidades ou Superdotação pelos Núcleos de Acessibilidade no Ensino Superior foi desenvolvido pelo mestrando Grasiano Vieira Reis, do Programa de Pós-graduação em Criatividade, Inovação e Metodologia no Ensino Superior, turma 2022, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Arlete Marinho Gonçalves.

Este estudo tem por objetivo desenvolver um protocolo, como produto educacional, que possa contribuir para a identificação de discentes com indicadores de ensino pelos profissionais dos Núcleos de Acessibilidade no ensino superior. Para tanto, solicitamos sua participação colaborativa. A pesquisa será realizada por meio de um questionário *on-line*, constituído por 15 perguntas. Estimamos que você precisará de aproximadamente 30 minutos. A precisão de suas respostas é determinante para a qualidade da pesquisa.

Como pesquisadores garantimos e nos comprometemos com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Da mesma forma, o tratamento dos

dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18).

Os resultados desta pesquisa servirão de base para o aprimoramento do produto educacional em desenvolvimento. As dicas e opiniões levantadas pelos pesquisadores não serão nomeadas e não terão fins lucrativos. A finalidade é a pesquisa e o desenvolvimento do produto.

Ressaltamos que não haverá custos por parte do participante. A participação nesta pesquisa é voluntária e poderá ser interrompida a qualquer momento, sem ocasionar nenhum dano ao participante.

Para contactar um pesquisador da pesquisa você poderá encaminhar um e-mail, ligar ou mandar mensagens pelo WhatsApp a qualquer momento para um dos contatos a seguir:

Nome: Prof^a. Dr^a. Arlete Marinho Gonçalves (orientadora) Celular: 91 – 99291-4581

E-mail: arletmg@ufpa.br

Nome: Grasiano Vieira Reis (mestrando) Celular: 91-99169-0245

E-mail: grasiano.reis@ufra.edu.br.

Declaro que fui esclarecido (a) sobre o objetivo da pesquisa e que por minha livre vontade aceito participar nesta pesquisa, cooperando com a coleta de dados para o desenvolvimento do produto.

ACEITO PARTICIPAR DA PESQUISA

NÃO ACEITO PARTICIPAR DA PESQUISA

Belém-Pará, ____de____ de 2023.

Assinatura do participante- colaborador

Assinatura do Pesquisador

Assinatura da Orientadora

APÊNDICE C - CARTA CONVITE - ETAPA VALIDAÇÃO (VIA E-MAIL)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS A ENSINO E
EXTENSÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO
EM METODOLOGIAS DE ENSINO SUPERIOR
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO

Prezado (a),

Você está sendo convidado (a) para participar do processo de validação do conteúdo do produto educacional “PROAHS: Protocolo de Identificação de Discentes com Indicadores de Altas Habilidades/Superdotação no Ensino Superior”, que estamos desenvolvendo no Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob a orientação da Prof.^a Dra. Arlete Marinho Gonçalves. O produto em desenvolvimento tem como objetivo ser um recurso para apoiar os profissionais dos Núcleos de Acessibilidade na identificação de discentes com AH/SD no ensino superior.

O processo de validação ocorrerá no formato remoto e terá as seguintes etapas:

1. Inicialmente, solicitamos que você acesse o formulário de validação pelo link: <https://forms.gle/rZL2h4sfUPVKenJh7>, faça a leitura do TCLE e aceite participar da validação.
2. Para continuar o preenchimento do formulário da validação, solicitamos que você acesse o produto educacional pelo link: https://drive.google.com/file/d/105kKUj2LJ4P8mEb6w2hUmRVdvBIVU6ZL/view?usp=drive_link, assim conhecerá o produto e poderá fazer sua avaliação respondendo as perguntas do formulário;

Esta pesquisa está disponível para validação de 26/10/2023 até 10/11/2023. Sua participação será importante para a melhoria do desenvolvimento final do produto educacional.

Agradecemos sua colaboração e contribuição no processo de validação do PROAHS.

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO DE VALIDAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS A ENSINO E
EXTENSÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO
EM METODOLOGIAS DE ENSINO SUPERIOR
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa PROAHS: PROTOCOLO DE IDENTIFICAÇÃO DE DISCENTES COM INDICADORES DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR de responsabilidade de Grasiano Vieira Reis, estudante do Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior, da Universidade Federal do Pará, sob orientação da Prof^ª. Dr^ª. Arlete Marinho Gonçalves.

A presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) sob CAAE: 73641423.1.0000.0018. O objetivo desta pesquisa é contribuir com a identificação de discentes com indicadores de Altas habilidades/Superdotação pelos profissionais dos Núcleos de Acessibilidade no Ensino Superior. Assim, gostaria de consultá-lo (a) sobre seu interesse e disponibilidade para contribuir com a pesquisa, por meio de um questionário *on-line*, que analisará o conteúdo e as etapas do protótipo do protocolo de identificação que possibilitará sua validação.

O risco referente à participação dos profissionais dos Núcleos na pesquisa que pode ocorrer seria a divulgação das informações no meio acadêmico, mas será mantido o anonimato. Para tanto, o desenvolvimento da pesquisa ocorrerá da melhor forma, a fim de reduzir a ocorrência de tal possibilidade. Não haverá possibilidade de riscos físicos, visto que a participação será no formato *on-line* pelo preenchimento do formulário pelo *Google forms*.

Como benefícios, os participantes da pesquisa poderão ajudar com o conhecimento e experiência de atuação no ensino superior, além de contribuirem com o apoio e inclusão desse estudante na Universidade. Para a comunidade em geral e acadêmica traz mais possibilidades de identificação e acompanhamento pedagógico aos discentes no contexto acadêmico.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários para validação da pesquisa e lhe asseguramos que o seu nome não será divulgado, sendo mantido rigoroso sigilo mediante a omissão de informações que permitam identificá-lo (a). As informações fornecidas terão a privacidade garantida pelo pesquisador responsável pela pesquisa.

Ressaltamos que não haverá custos por parte dos participantes e que não receberão nenhum tipo de recompensa. A participação nesta pesquisa é voluntária e poderá ser interrompida a qualquer momento, sem ocasionar nenhum dano ao participante.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, solicitamos assinalar o aceite de participação direto no início do formulário para seguir adiante no processo de validação. Com essa concordância, seu e-mail será automaticamente registrado como participante do processo.

Qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode contatar o pesquisador pelos seguintes meios: Telefone – (91) 99169-0245 ou e-mail: grasiano.reis@ufra.edu.br; ou a orientadora: Telefone – (91) 9 9291-4581 ou e-mail: arletmarinho@gmail.com.

Caro (a) participante,

Solicitamos que você se sinta à vontade para analisar e avaliar o protocolo de identificação que lhe foi enviado. A sua avaliação contribuirá para ajustes que se fizerem necessários para o aprimoramento do protocolo que está em desenvolvimento.

Esse questionário foi elaborado usando a Escala de Likert, que nos permite uma tabela de classificação das opiniões emitidas. Contém afirmativas, as quais você deverá emitir seu parecer, ao final, com base na sua avaliação do protótipo. Para isso, marque na escala a resposta que mais se adequa a sua opinião.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa.

Concordo em participar da pesquisa

Não concordo em participar da pesquisa

Bloco I - Identificação

Grau de escolaridade:

Superior completo

Especialização

Mestrado

Doutorado

Possui experiência na educação especial?

Sim

Não

Você faz parte de qual categoria?

Coordenadores de Núcleo de Acessibilidade

Coordenadores de NAAH/S

Outro:

Bloco II – Da estrutura e organização

A estrutura do protocolo é bem organizada.

Concordo plenamente

- () Concordo parcialmente
- () Não concordo nem discordo
- () Discordo parcialmente
- () Discordo plenamente

A organização do protocolo é de fácil compreensão.

- () Concordo plenamente
- () Concordo parcialmente
- () Não concordo nem discordo
- () Discordo parcialmente
- () Discordo plenamente

As cores são agradáveis.

- () Concordo plenamente
- () Concordo parcialmente
- () Não concordo nem discordo
- () Discordo parcialmente
- () Discordo plenamente

O tamanho das letras permite uma boa leitura.

- () Concordo plenamente
- () Concordo parcialmente
- () Não concordo nem discordo
- () Discordo parcialmente
- () Discordo plenamente

A fonte utilizada permite uma boa leitura.

- () Concordo plenamente
- () Concordo parcialmente
- () Não concordo nem discordo
- () Discordo parcialmente
- () Discordo plenamente

As informações de forma geral são claras e de fácil entendimento.

- () Concordo plenamente

- () Concordo parcialmente
- () Não concordo nem discordo
- () Discordo parcialmente
- () Discordo plenamente

A explicação da teoria utilizada está clara e de fácil entendimento.

- () Concordo plenamente
- () Concordo parcialmente
- () Não concordo nem discordo
- () Discordo parcialmente
- () Discordo plenamente

O quantitativo de informações deixa a leitura cansativa.

- () Concordo plenamente
- () Concordo parcialmente
- () Não concordo nem discordo
- () Discordo parcialmente
- () Discordo plenamente

O fluxograma das etapas é claro e de fácil entendimento.

- () Concordo plenamente
- () Concordo parcialmente
- () Não concordo nem discordo
- () Discordo parcialmente
- () Discordo plenamente

Eu mudaria a organização das etapas

- () Concordo plenamente
- () Concordo parcialmente
- () Não concordo nem discordo
- () Discordo parcialmente
- () Discordo plenamente

O quantitativo de etapas do protocolo é adequado.

- () Concordo plenamente

-) Concordo parcialmente
-) Não concordo nem discordo
-) Discordo parcialmente
-) Discordo plenamente

As orientações no início de cada etapa estão claras e de fácil entendimento.

-) Concordo plenamente
-) Concordo parcialmente
-) Não concordo nem discordo
-) Discordo parcialmente
-) Discordo plenamente

Bloco III – Dos Formulários

A proposta do formulário da etapa 1 é adequado e pode ser realizado pelo Núcleo de Acessibilidade.

-) Concordo plenamente
-) Concordo parcialmente
-) Não concordo nem discordo
-) Discordo parcialmente
-) Discordo plenamente

A proposta do formulário da etapa 2 é adequado e pode ser realizado pelo Núcleo de Acessibilidade.

-) Concordo plenamente
-) Concordo parcialmente
-) Não concordo nem discordo
-) Discordo parcialmente
-) Discordo plenamente

A proposta do formulário da etapa 3 é adequado e pode ser realizado pelo Núcleo de Acessibilidade.

-) Concordo plenamente
-) Concordo parcialmente
-) Não concordo nem discordo
-) Discordo parcialmente
-) Discordo plenamente

A proposta do formulário da etapa 4 é adequado e pode ser realizado pelo Núcleo de Acessibilidade.

-) Concordo plenamente
-) Concordo parcialmente
-) Não concordo nem discordo
-) Discordo parcialmente
-) Discordo plenamente

A proposta do formulário da etapa 5 é adequado e pode ser realizado pelo Núcleo de acessibilidade.

-) Concordo plenamente
-) Concordo parcialmente
-) Não concordo nem discordo
-) Discordo parcialmente
-) Discordo plenamente

Os formulários são didáticos e o passo a passo estão com informações claras e precisas.

-) Concordo plenamente
-) Concordo parcialmente
-) Não concordo nem discordo
-) Discordo parcialmente
-) Discordo plenamente

Usaria o protocolo no Núcleo de acessibilidade da minha universidade.

-) Concordo plenamente
-) Concordo parcialmente
-) Não concordo nem discordo
-) Discordo parcialmente
-) Discordo plenamente

Eu recomendaria o uso do Protocolo para outros setores da universidade.

-) Concordo plenamente
-) Concordo parcialmente
-) Não concordo nem discordo
-) Discordo parcialmente

() Discordo plenamente

Como pessoa que faz parte do Núcleo de Acessibilidade me sinto segura para aplicar os formulários, se for necessário, em minha universidade.

() Concordo plenamente

() Concordo parcialmente

() Não concordo nem discordo

() Discordo parcialmente

() Discordo plenamente

Me senti à vontade para responder as perguntas constantes neste formulário.

() Concordo plenamente

() Concordo parcialmente

() Não concordo nem discordo

() Discordo parcialmente

() Discordo plenamente

Sugestões e comentários para aprimoramento do protocolo
